

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

BRUNA DE BRUM CABRAL

**GESTÃO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE
SOCIAL.**

Porto Alegre,
2022.

BRUNA DE BRUM CABRAL

**GESTÃO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE
SOCIAL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Serviço Social e Política Social como requisito parcial para obtenção de qualificação para dissertação de mestrado.

Orientadora: Profª Drª Thaisa Teixeira Closs.

Área de concentração: Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional.

Porto Alegre,

2022

CIP- Catalogação na Publicação

BRUNA DE BRUM CABRAL

**GESTÃO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE
SOCIAL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Serviço Social e Política Social como requisito parcial para obtenção de qualificação para dissertação de mestrado.

Aprovada em: XX de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Miriam Thais Guterres Dias / UFRGS

Profa. Dra. Jane Cruz Prates / PUCRS

Profa. Dra. Marilene Maia / UNISNOS

Porto Alegre,

2022

AGRADECIMENTOS

“A maternidade não cabe no Lattes”

A palavra gestão é substantivo feminino e tem por significado “Ato ou efeito de gerir; administração, gerência. A palavra gestar é verbo transitivo direto e significa “Gerar outro ser dentro do próprio corpo; conceber”. No sentido figurado da palavra gestar entende-se “Dar origem a alguma coisa; criar na imaginação ou propriamente; criar”. Ao contrário do que a sociedade Patriarcal Capitalista nos quer fazer crer, a gestão competente não requer totalitarismo, autoritarismo, verticalidade. Gerir, gestar são ações que requerem competências de percepção e captação da realidade, raciocínio, criação e estratégia. Ações de intensidade extremamente feminina. Atos e ações que quase que instintivos daquelas que criam, gestam e gerem com o próprio corpo. Portanto, minha gratidão, ao findar esta caminhada acadêmica se estende:

Às mulheres que me antecederam. À minha mãe, Ieda Brum, aquela que me gerou e geriu para a vida. À minha filha Helena, minha primeira gestação e aquela por quem busco ser uma inspiração positiva e desconstruída do que é ser mulher na sociedade patriarcal. Às minhas irmãs Andréia, Josiane e Yasmin por serem as mulheres que tenho orgulho imenso de dizer que são minhas irmãs. À minha tia Neida, minha segunda mãe, mulher que me inspirou imensamente na infância e hoje, na vida adulta, se tornou um colo quentinho. À Eva, Ângela por terem sido um farol em meio ao nevoeiro, e, especialmente à Aline, por ter me auxiliado a quebrar muros e reconstituir tijolos. Às tantas amigas que não vou nomear aqui, mas que em meu coração sei que me inspiram diariamente. À professora Thaisa, pela imensa oportunidade que me deu de aprender, qualificar, redescobrir e (re)enamorar pelo Serviço Social, sendo sua orientanda. À professora Miriam, por ser essa mulher inspiradora por sua história, seu conhecimento e acessibilidade.

Também, e de forma muito particular, aos homens que significaram a minha vida. Ao meu pai, minha inspiração desde a infância para compreender o que é o Trabalho nessa sociedade. Por todas as vezes que o vi chegar em casa com a pele queimada da solda, pelas tantas vezes que se machucou e me contava das histórias de colegas fraturados, amputados em prensas. Pela frase que escuto dele desde a infância: “A única herança que posso deixar para vocês é o estudo”. Ao Ronei, meu ex marido e pai dos meus filhos, por tudo que pude crescer e me ressignificar a partir da nossa relação, especialmente nos momentos mais difíceis, foi possível crescer e avançar.

E ao meu filho Caetano, este ser que surgiu na minha vida exatamente junto ao mestrado. Quando me escrevi para a prova, não sabia que Caetano já me acompanhava, eu não acreditava que passaria e seria selecionada, inicialmente, eu escolhi não abrir mão de nada. Caetano chegou em abril de 2020! Uma pandemia, dois filhos pequenos, um mestrado, uma separação!

A chegada de Caetano me ensinou na vida que metas e planejamento requerem, sobretudo, abertura e flexibilidade, pois para manter a direção e o foco, há que reinventar totalmente o caminho e elencar novas prioridades. Nestes últimos dois anos e meio eu escolhi (sobre)viver (assim como maior parte dos brasileiros) e maternar, pois, finalmente entendi que a sociedade que eu sonho passa por essa tarefa que me coube! O mestrado? Foi um percurso muito mais de receber, do que deixar para o mundo acadêmico. Os frutos dele, sem dúvida alguma, eu devolvo a partir de agora, sendo uma assistente social muito mais preparada e qualificada a compreender e pensar o trabalho profissional no enfrentamento diário à questão social.

RESUMO

O presente trabalho de dissertação de mestrado acadêmico, tem por tema: “o ensino e a formação profissional para a gestão como competência profissional dos Assistentes Sociais”. Seu objetivo foi conhecer como a Formação para a gestão como competência profissional está sendo estruturada nos cursos presenciais de Serviço Social no Rio Grande Do Sul, a fim de fomentar o debate acerca das contribuições da categoria para processos de gestões democráticas e contra hegemônicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva de natureza exploratória, classificada como documental, com revisão bibliográfica. Compreendemos que refletir sobre os desafios postos à formação para a gestão como competência profissional, perpassa a compreensão dos Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos, os quais sustentam a profissão em uma perspectiva crítica e dialética a partir das Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS de 1996. É a proposta de Formação Profissional prevista nestas Diretrizes, sustentada na perspectiva crítica e dialética tendo a questão social como eixo estruturante do trabalho e da formação profissional que irá estabelecer as competências para o trabalho em gestão que venha a romper a lógica de gerir a pobreza sem incidir na questão social.

Palavras Chaves: Formação Profissional; Trabalho Profissional; Serviço Social; Competência Profissional; Gestão.

ABSTRACT

This article is the result of an academic master's dissertation that focused on the teaching and professional training for management as a professional competence of Social Workers. Its objective was to understand how management training is being structured in on-site Social Work courses in Rio Grande do Sul, in order to foster the debate on the contributions of the profession to democratic and counter-hegemonic management processes. It is a qualitative, descriptive, exploratory research classified as documentary, with a literature review. The proposed Professional Training outlined in these Guidelines (based on a critical and dialectical perspective, with social issues as the core of the work) will establish the competencies for a management approach that breaks away from just managing poverty without addressing social issues.

Keywords: Professional Training; Professional Work; Social Work; Professional Competence; Management.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pesquisa bibliográfica – Teses	53
Quadro 2: Pesquisa bibliográfica – Dissertações	54
Quadro 3: Pesquisa bibliográfica – Dissertações	55
Quadro 4 – Caracterização das disciplinas sobre gestão nas IES pesquisadas	76
Quadro 5 – Caracterização das sumulas das disciplinas sobre gestão.....	77
Quadro 6 – Caracterização dos objetivos das disciplinas sobre gestão	81
Quadro 7 – Caracterização das referências das disciplinas sobre gestão	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2. FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE: DESAFIOS PARA O DEBATE DA GESTÃO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS	20
2.1 Gestão como competência profissional no processo sócio histórico do serviço social: Contrarreforma do Estado, Mercantilização do Ensino Superior, e rebatimentos na atualidade da Formação e Trabalho Profissional.	21
2.2 Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS: bases de um projeto crítico para a conformação da gestão enquanto competência profissional em uma perspectiva contra hegemônica.....	36
3. GESTÃO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ENSINO, CONCEPÇÕES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL....	52
3.1 Gestão como competência profissional em Serviço Social: De qual gestão e competências estamos falando? Uma análise a partir de pesquisa bibliográfica.	52
3.2 Ensino e Formação para a Gestão como competência profissional em Serviço Social - uma compreensão a partir da análise documental aos planos de ensino.....	74
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICES	106
APÊNDICE A -	107
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO .	110
APÊNDICE C - TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL.....	111
APÊNDICE D – Instrumento 1: Roteiro de Análise Documental	112

INTRODUÇÃO

A compreensão de que os assistentes sociais encontram desafios para o trabalho em gestão, que se expressam, muitas vezes, por uma não apreensão da gestão enquanto uma competência profissional foi a motivação inicial que suscitou o presente estudo. De igual forma, partiu-se da hipótese de que há uma tendência a não reconhecer os aspectos de gestão intrínsecos ao trabalho desta profissão em seu cotidiano, inerente ao diagnóstico do real e ao planejamento da intervenção.

O interesse pelo tema nasce de questionamentos, inquietações e reflexões da pesquisadora a partir de sua trajetória profissional¹, a qual por ter trabalhado com Gestão de Programa e Gestão Organizacional ainda no início de seu exercício profissional percebeu lacunas em sua formação acadêmica que a instrumentalizasse para tais atividades. Em contraponto, identificou que há saberes inerentes à formação e à profissão, pouco reconhecidos e legitimados como competência para a gestão, especialmente quando esta se dá no campo das políticas sociais agravadas pela contrarreforma do Estado, demarcadas pela ideia da privatização, da redução da responsabilidade pública no trato das necessidades sociais (IAMAMOTO, 2012). Estes saberes são inerentes ao projeto ético e político profissional, e direcionam competências de gestão pouco reconhecidas diante ao modelo de produção capitalista, criando desafios a legitimidade para o trabalho do assistente social gestor que a partir do seu código de ética, executa um modelo de gestão com princípios democrático e não mercadológicos.

Não raro, o senso comum tem o trabalho em gestão como um campo ocupado por profissionais da Administração ou áreas correlatas a áreas financeiras. Ou, até mesmo, por profissionais da psicologia, pela habilidade e necessidade de gerenciar grupo e coletivos. Estudo de Benevides (2017), realizado com uma amostra de discentes e docentes que estudam e ministram disciplinas de gestão em cursos de serviço social, identificou que há por parte dos alunos questões ideológicas que permeiam a compreensão das finalidades da gestão no Serviço Social e interferem no reconhecimento

¹ Questões de gênero e étnico-raciais presentes no universo da gestão também instigaram a pesquisadora a por este trabalho sob análise e investigação a partir da formação acadêmica do Serviço Social. Por ser mulher na condição de gestora, a mestranda defrontou-se com o desafio da legitimidade profissional uma vez que, na sociabilidade do Capital, a gestão é ocupada por homens e suas atribuições demandam imperativos de comportamentos autoritários, totalitários, próprios dos padrões patriarcais masculinizantes. As questões étnico-raciais foram percebidas a partir de tensionamentos ocorridos a partir do embranquecimento do corpo profissional da instituição quando os processos seletivos passaram a requerer maior nível de formação acadêmica. Por estes aspectos a gestão apresenta-se como uma pauta que precisa, igualmente, ser pensada do ponto de vista das relações de poder colonial e patriarcal.

da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social, pois estes concebem a administração puramente como instrumento e instância de reprodução das relações de dominação de classe no capitalismo. Ou ainda, os alunos reconhecem a importância da gestão no serviço social, mas não como competência e atribuição profissional, mas como uma especificidade dos administradores (BENEVIDES, 2017). A autora analisa a partir destes dados que o não reconhecimento da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social demonstra uma dificuldade de se trabalhar com a categoria contradição, a qual é essencial aos fundamentos do Serviço Social, uma vez que é a base da própria compreensão da questão social, da categoria trabalho e do próprio significado social da profissão na (re) produção das relações sociais (BENEVIDES, 2017).

Acrescentamos, a partir da consideração da autora, que a dificuldade de se trabalhar com a categoria contradição na compreensão da gestão enquanto trabalho do assistente social, anuncia uma dificuldade da formação profissional quanto aos direcionamentos das DNC ABEPSS a partir da unidade articulada entre os núcleos de fundamentação e a compreensão dos fundamentos históricos, teórico e metodológicos do Serviço Social. Ao não compreender o próprio trabalho a partir do seu caráter contraditório tendo base no pensamento crítico e dialético, limitam-se as possibilidades de reconhecer estratégias de redirecionamento das próprias ações diante a condição de relativa autonomia. Neste caso, enxergar a gestão, as demandas e técnicas de gerenciamento como oportunidade de contestar e romper padrões históricos culturais que conformam a gestão como um modo de operar do mercado.

Na cultura hegemônica do capital a gestão é concebida como ideologia que legitima uma abordagem instrumental, utilitarista e contábil das relações entre ser humano e a sociedade. O gerenciamento é uma tecnologia de poder, entre o capital e o trabalho, cuja finalidade é obter a adesão dos empregados às exigências da empresa (GAULEJAC, 2007). As evidências do estudo de Benevides (2017) expressam essa forma histórica de conceber a gestão. Quando alunos do curso de serviço social compreendem que a gestão em geral está a serviço do sistema capitalista e de processos de interesse do mercado, de expropriação do trabalhador, conformando-se de forma autoritária e totalitária, estão expressando um dado de realidade. Contudo, a gestão não é a ideologia em si, a gestão é um procedimento instrumental, é a ideologia e a intencionalidade que lhe dão formatação. A gestão a ser exercida enquanto competência dos assistentes sociais precisa ser, portanto, sustentada nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos e no projeto ético e político da profissão.

A gestão como competência profissional perpassa a compreensão dos Fundamentos do Serviço Social, os quais sustentam a profissão em uma perspectiva crítica e dialética a partir das Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS de 1996. Trata-se de uma profissão comprometida com um projeto societário contra hegemônico aos processos impostos pelo capitalismo, com base nos princípios do código de ética profissional, através da defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo, buscando a ampliação e consolidação da democracia, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras, comprometendo-se com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Para tanto, o presente trabalho teve como tema de investigação o ensino e a formação profissional para a gestão como competência profissional dos Assistentes Sociais. Tendo como problema exploratório: “Como se dá a Formação, para a gestão como competência profissional, nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio grande do Sul? ”.

O estudo teve como objetivo geral “Conhecer como a Formação para a gestão como competência profissional está sendo estruturada nos cursos presenciais de Serviço Social no Rio Grande Do Sul, a fim de fomentar o debate acerca das contribuições da categoria para processos de gestões democráticas e contra hegemônicas. ”

Enquanto objetivos específicos, pretende: “Investigar como as IES têm trabalhado e apresentado o tema da gestão como competência profissional durante o período de formação acadêmica; Identificar como este tema é trabalhado nos Planos das Disciplinas que tratam sobre gestão; Analisar quais as concepções e fundamentos que norteiam o ensino da gestão como competência profissional. ”

Compreendemos que, a partir da conformação sócio histórica da profissão no contexto capitalista, o ensino para a gestão não integra o currículo das disciplinas enquanto uma competência profissional numa perspectiva abrangente. Tão pouco é trabalhado de forma integrada aos demais conteúdos com base na lógica dos núcleos de fundamentação, sendo possivelmente trabalhada de forma isolada, como uma demanda contemporânea do mercado de trabalho, na perspectiva da gestão do social ou por critérios que não dialogam com a matéria do serviço social – a questão social, com o projeto ético e político, mas sim com disciplinas da administração e com a ênfase para a via instrumental, acompanhando as tendências do mercado de trabalho a partir da contrarreforma do Estado.

Essa percepção nasce da compreensão que diante ao contexto de disputa econômica, a conformação de uma formação profissional crítica tem sido inviabilizada diante o aprofundamento das disputas ideológicas e econômicas resultantes da mercantilização do ensino e da formação profissional no Brasil. Observa-se cada vez mais a tendência a um ensino operativo e restrito às demandas postas pelo mercado de trabalho, o qual, não rompe com o sistema hegemônico e reforça sua manutenção.

Como refere Guerra (2019) o modelo gerencialista de política educacional concentra os mais dilemáticos problemas para a formação profissional na atualidade. Este contexto que hoje se expressa de forma indiscriminada, é próprio do modelo Neoliberal que se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), consagrando o ensino superior como um serviço público não estatal. A reforma gerencial do Estado subsidiou o conjunto de reformas institucionais implementadas no Brasil nos oito anos de governo do PSDB e escreveu na história uma nova concepção de função do Estado na sociedade brasileira, estabelecendo diretrizes para implantar uma ampla reforma do aparelho do Estado (CHIEZA E QUEIROZ, 2020). Este modelo de Estado introduziu a ideologia gerencialista nas relações de trabalho e nas formas de gestão das políticas públicas impondo impactos diretos as condições de trabalho dos assistentes sociais. Tanto no campo público quanto privado ocorreram significativas mudanças tecnológicas levando estas instituições à incorporação da cultura do gerencialismo, esvaziando conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando os processos de trabalho a controle de qualidade e de produtividade a serem alcançadas (RAICHELIS, 2013).

O ensino para a gestão que se conforme a partir destes moldes, possivelmente irá abordar a concepção de gestão a partir de teorias gerais da administração em uma perspectiva mercadológica e com princípios não democráticos. Este modelo de ensino não irá favorecer a construção competências profissionais que possibilitem o desvelamento do real e a construção de respostas críticas às múltiplas expressões da questão social. Neste sentido o modo como a gestão vai sendo assimilada e se constituindo como uma competência profissional está inteiramente relacionada às demandas e requisições do Estado de Classe.

Esta descaracterização da perspectiva crítica da profissão encontra importante referência histórica neste contexto de contrarreforma do Ensino Superior que se consolida na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), a qual corroe o ensino público, laico, gratuito, universal e presencial (ABRAMIDES, 2012). É neste contexto de substituição de currículos mínimos por Diretrizes Curriculares que a Formação em Serviço Social, no

mesmo ano de 1996 sofre intervenção arbitrária dos relatores do Ministério da Educação, provocando mudanças consideráveis nos conteúdos de suas Diretrizes Curriculares, elaboradas por especialistas da área, a partir do debate em torno da revisão do currículo de 1982.

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas (IAMAMOTO, 2014, p. 616).

A intervenção arbitrária do Ministério da Educação ao proceder com mudanças ao conteúdo original no texto das diretrizes antes de sua aprovação, provocou mudanças consideráveis descaracterizando o documento proposto originalmente. Além das mudanças nos conteúdos e nas próprias nomenclaturas das matérias básicas, foram realizadas mudanças significativas no que dizem respeito ao marxismo como teoria e método para o subsídio dos fundamentos profissionais o que incidiu diretamente na elaboração dos projetos político-pedagógicos das unidades de ensino, permitindo uma abertura ampla para a diversificação de alinhamentos teóricos desses documentos, com fortes traços ecléticos na construção dos currículos. Ainda, por ter sido banido do texto original os Tópicos de Estudos, acabou por se impossibilitar a garantia de um conteúdo mínimo e comum na formação em Serviço Social (ZACARIAS, 2017).

Neste contexto, a Comissão de Especialistas, através de um grupo de assessores, fazendo resistência a adequação da formação às competências definidas pelo mercado, “recorre às competências e atribuições previstas na Lei da Regulamentação da Profissão e em preceitos do Código de Ética do Assistente Social, documentos legitimados e constitutivos da materialização jurídica do projeto profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 630). Sendo assim,

O projeto de formação que se constrói no contexto de contrarreforma do ensino superior, como um processo contra hegemônico, o qual não é uma mera adequação à LDB, mas um projeto de formação para a área, de resistência, construído a partir da trajetória do Serviço social e dos acúmulos críticos da década anterior, adensando a direção social da proposta curricular de 1982 (BATISTONI, 2016).

É nessa compreensão que entendemos que a proposta de formação que se consolida a partir da revisão do currículo de 1982 e dá base para as DNC da ABEPSS de

1996, estabelece importantes diretrizes e metas. Estas Diretrizes afirmam a necessidade de garantir uma formação profissional que promova e desenvolva a capacitação investigativa, teórica, ético-política e técnica que permita estabelecer mediações, apreender demandas e formular respostas no enfrentamento da questão social, compreendendo a prática como uma forma de trabalho (ABESS/CEDEPSS, 1995). Uma formação que possibilite aos profissionais assistentes sociais o desenvolvimento destas competências os coloca mais aptos e preparados a não incorrer no imediatismo, no pragmatismo e no tecnicismo presentes no conservadorismo histórico da profissão e alimentado pelo sistema capitalista.

A partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, os Fundamentos do Serviço Social constituem a matriz explicativa da realidade e da profissão, a qual é construída e reconstruída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira (CLOSS, 2015) e têm como maior preocupação compreender a produção e reprodução da vida social da sociedade burguesa (LARA, 2009), captando a profissão como produto histórico. Os Fundamentos são, portanto, a base de sustentação de toda a investigação e discussão, por entender que, enquanto matriz explicativa, são estes que amparam a gestão enquanto competência profissional em uma perspectiva crítico-dialética, contra hegemônica, democrática e de luta de classes onde a classe trabalhadora é sujeito autônomo, pensante, propositivo, capaz de transformar seu trabalho e a sua realidade.

Para tanto, perseguimos a compreensão de que é na proposta de Formação Profissional prevista nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e nos seus Núcleos de Fundamentação - que se sustentam a perspectiva crítica e dialética da profissão, tendo a questão social como eixo estruturante do trabalho e da formação profissional - que irá se estabelecer as competências para o trabalho em gestão de forma reflexiva, questionadora, propositiva, buscando estratégias de romper na lógica de gerir a pobreza sem incidir nas refrações da questão social.

Para tanto, de forma a adentrar na investigação acerca do Ensino e da Formação profissional com base nas DNC da ABEPSS, a pesquisa aqui descrita caracterizou-se como exploratória, por ter buscado maior familiaridade com um problema pouco pesquisado, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2002). A investigação é também descritiva por pretender responder como se dá o ensino da gestão como competência profissional nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Sul, descrevendo melhor o fenômeno e estabelecendo relações entre variáveis (GIL, 2002) a partir da

realização de análise documental dos Planos das Disciplinas de gestão e em pesquisa bibliográfica a partir das produções da área². O universo do presente estudo teve como abrangência as Instituições de Ensino Superior que possuem cursos de graduação em Serviço Social na modalidade presencial no Estado do Rio Grande do Sul (RS)³.

Para definição da amostra partiu-se da consulta ao site do Ministério da Educação (e-MEC), em julho de 2021, onde identificou-se 14 (quatorze) instituições de ensino superior no estado do Rio Grande do Sul que ofertam curso de serviço social na modalidade presencial. A partir de sondagem empírica, suspeitou-se da atualização do site, pois, sabia-se do encerramento de alguns cursos que ali permaneciam ativos. Para tanto, foi necessário proceder com a verificação e confirmação destas informações acessando os sítios das IESs, as redes sociais, fazendo contato telefônico e/ou por e-mail. Neste segundo momento de delimitação da amostra verificou-se que três das quatorze IESs não ofertavam mais curso de graduação em Serviço Social. Uma das quatorze IESs estava ofertando apenas curso semipresencial. Outra ofertando turmas de ensino presencial e semipresencial, contudo, o ensino presencial sem perspectiva de abertura de nova turma por ausência de procura. E outra IESs já havia encerrado novos ingressos no curso presencial, por razão de estar migrando para ofertar de curso apenas na modalidade EAD. Por fim, a seleção da amostra conformou-se em 08(oito) Instituições de Ensino Superior a serem contatadas e convidadas a participar da investigação e configurou-se como amostra intencional, tendo interesse específico no ensino presencial.

Em atenção aos critérios éticos da pesquisa, a primeira etapa da entrada em campo se deu a partir de contato com cada IESs e suas respectivas coordenações de curso, a partir da apresentação do termo de concordância institucional. Ainda nesta etapa duas entre as oito IESs da amostra não aderiram a pesquisa, uma por razões não explicitadas e outra em razão de o curso ser muito novo e não ter ainda ministrado a disciplina. Neste sentido, a amostra reconfigurou-se para 6(seis) Instituições de Ensino participantes da pesquisa. A partir do aceite formal destas IESs se buscou junto as coordenações do curso o contato com os docentes que ministram as disciplinas de gestão nas Instituições de Ensino Superior. Os docentes foram acessados por e-mail após autorização da coordenação do curso e lhes foi solicitado acesso aos Planos. Três das seis IESs apresentaram, por

² Para a presente proposta de estudo realizou-se pesquisa bibliográfica a fim de verificar produções anteriores que tenham trabalhado o tema da gestão enquanto competência profissional, a formação e ensino em serviço social. Para tanto, utilizou-se o Banco de Dados da CAPES.

³ No objetivo de garantir diversidade e a pluralidade na coleta de dados, se considerou essencial ao objeto deste estudo que fossem incluídas instituições de ensino públicas e privadas.

intermédio de seus docentes, mais de um plano de disciplina de gestão, totalizando 10(dez) planos de ensino analisados.

Vencida a etapa de entrada ao campo, a coleta de dados se iniciou a partir da análise dos planos das disciplinas disponibilizados, tendo por base um roteiro de análise documental. Procedeu-se com a análise qualitativa, das ementas, objetivos e da metodologia que compõem os planos, e a análise qualitativas e quantitativa dos referencias teóricos adotados nas disciplinas. Esta técnica permitiu, igualmente, quantificar as bibliografias apresentadas nos planos das disciplinas, autores mais citados, preponderância entre produções da área da administração e do serviço social, e a proporcionalidade destas produções diferenciadas entre IES Públicas e Privadas.

Em um segundo momento da análise dos dados, procedeu-se com a análise bibliográfica a partir das produções da área resultantes da pesquisa bibliográfica realizada ainda na elaboração do projeto de pesquisa. Buscou-se nestas produções, a identificação de referencial teórico e bibliográfico para fundamentar o conceito de gestão a partir das produções da área e verificar como o tema da gestão enquanto competência profissional, na formação e ensino acadêmico vem sendo estudado pela categoria.

O método de análise aqui utilizado sustenta-se no materialismo histórico e dialético e está referenciado na análise de conteúdo de Bardin. Para este percurso de pesquisa a concepção socio-histórica é imprescindível para compreensão do objeto. Por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese é possível capturar a estrutura dinâmica do objeto mediante a pesquisa, viabilizada pelo método e reproduzir no plano do pensamento a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011). O pesquisador, a partir do método em Marx, deve ir além de sua aparência fenomênica, imediata e empírica [...] apreender a essência, ou seja, a estrutura e a dinâmica do objeto (NETTO, 2011, p. 21-22). Deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação [...] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas (NETTO, 2011, p. 25).

Na perspectiva de atender aos objetivos propostos para este estudo, partimos no segundo capítulo, da indissociabilidade entre formação e trabalho profissional. Enquanto profissão, o Serviço Social só pode ser compreendido no processo de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo, em seu processo sócio histórico, para tanto, tendo por base o movimento da sociedade capitalista e as requisições históricas do Estado de Classe, buscamos identificar as competências de gestão empregadas à profissão

ao longo da história, assim como os modos de pensar a profissão, considerando seus referenciais teóricos e direção ético-política.

Ainda na perspectiva de análise sócio histórica e necessidade de contextualizar a formação e o trabalho profissional na atualidade, adentramos, na Contrarreforma do Estado e no processo de Mercantilização do Ensino Superior, de modo a analisar e identificar os desafios históricos e atuais para a Formação e o Trabalho Profissional da gestão como competência profissional dos assistentes sociais. Entendemos que é especialmente este processo de financeirização da economia, com profundos impactos na vida social, que coloca sérios desafios e entaves a formação profissional de qualidade com base em pressupostos críticos e dialéticos, o que exige desvendamento no âmbito da pesquisa, com vistas a garantia da materialidade do projeto ético-político no âmbito dos processos de trabalho em gestão. Entendemos como necessário este ponto de partida afim de contextualizar que o trabalho e a formação profissional, historicamente, estão em constate disputa ideológica e teórica, logo o reconhecimento dessas contradições é parte do processo de resistência e busca por superação na direção de afirmação de um projeto de formação crítico.

Por fim, ainda no segundo capítulo, abordaremos o processo histórico de construção e consolidação das Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS, enquanto estruturante de um projeto crítico profissional que busca romper com o conservadorismo. Perseguimos a compreensão de que é a proposta de Formação Profissional prevista nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, sustentada na perspectiva crítica e dialética tendo a questão social como eixo estruturante do trabalho e da formação profissional que irão estabelecer as competências para o trabalho em gestão que se configure de forma reflexiva, questionadora, propositiva, buscando estratégias de romper na lógica de gerir a pobreza sem incidir na questão social.

No terceiro capítulo, em um primeiro momento, com base nas produções da área, identificadas a partir de pesquisa bibliográfica no Banco de Teses e Dados da CAPES, buscaremos apresentar como a gestão como competência é tratada nestas obras, quais as concepções de competência e os desafios sinalizados para o trabalho e formação profissional. Em um segundo momento, apresentaremos o resultado da análise dos planos das disciplinas de gestão das IESs participantes da amostra, buscando responder como tem se constituído a Formação, para a gestão como competência profissional, nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio grande do sul. Analisando como o ensino acadêmico tem abordado o tema da gestão como competência profissional? De que forma tem

abordado o tema da gestão como competência nos Planos das Disciplinas? E quais as concepções e fundamentos que tem norteado o ensino da gestão como competência profissional?

No fechamento da presente dissertação, em suas considerações finais, apresentamos algumas breves considerações e proposições acerca do Ensino e Formação profissional para a gestão como competência profissional tendo por base as Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS de 1996.

2. FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL NA ATUALIDADE: DESAFIOS PARA O DEBATE DA GESTÃO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS

“Queremos reafirmar, portanto, a defesa da qualidade de ensino, dizendo que a nossa bandeira da educação não é mercadoria. Nosso conhecimento é patrimônio da humanidade”.⁴

No contexto sócio histórico brasileiro de disputa econômica, a concretização de uma formação profissional para um serviço social crítico tem sido inviabilizada diante o aprofundamento das disputas ideológicas e econômicas resultantes da mercantilização do ensino e da formação profissional. Observa-se cada vez mais a tendência a um ensino operativo e restrito às demandas postas pelo mercado de trabalho, o qual, não rompe com o sistema hegemônico e reforça sua manutenção.

Entendemos que o ensino para a gestão nestes moldes, possivelmente irá abordar a concepção de gestão a partir de teorias gerais da administração em uma perspectiva mercadológica e com princípios não democráticos. Não irá favorecer a construção de competências profissionais que possibilitem o desvelamento do real e a construção de respostas críticas às múltiplas expressões da questão social. Neste sentido o modo como a gestão vai sendo assimilada e se constituindo como uma competência profissional está inteiramente relacionada às demandas e requisições do Estado de Classe.

A materialização do Serviço Social e de suas competências profissionais, é uma construção social e histórica que necessita ser compreendida e estudada não em sua linearidade, mas em seu movimento sócio histórico, em sua historicidade. Ao estudarmos o serviço social no movimento da história e não uma história do serviço social (referência), queremos identificar quais as competências que historicamente se inscreveram no trabalho profissional, que significado social foram lhe empregando e por quais matrizes teórico-metodológicas elas ainda se expressam e dialogam com o momento histórico presente.. Assim, os Fundamentos do Serviço Social estão estruturados a partir da conjugação de método/teoria marxistas com valores de cunho emancipatório, concebendo a história da profissão na realidade brasileira de forma crítica

⁴ Fala de Áurea Satomi Fuziwara na mesa de abertura do Seminário de Comemoração dos 30 anos do Congresso da Virada, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo(SP), nos dias 16 e 17 de novembro de 2009.

e não passiva, aspectos que conformam o núcleo central da matriz explicativa hegemônica na atualidade do Serviço Social (CLOSS, 2015).

Ter nos Fundamentos do Serviço Social a base de sustentação da investigação coloca a defesa sob a necessidade de discussão do ensino e da formação acadêmica a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, as quais apontam para um modelo curricular voltado para formar sujeitos dotados de capacidade crítica e teórica, imbuídos de um rol de competências que lhe possibilitam a compreensão da dinâmica social para construir uma intervenção crítica da realidade (ZACARIAS, 2017). Estas diretrizes são resultado da renovação profissional que iniciou na ditadura e teve seu auge no processo de revisão do currículo de 1982, colocando a questão social como eixo estruturante do trabalho do serviço social, fazendo uma clara opção desta categoria pela defesa dos direitos da classe trabalhadora. São nestas diretrizes que pela primeira vez se constituem núcleos de fundamentação organizados e estruturados numa perspectiva pedagógica e crítica, pensando um modo de ensino que melhor apreenda o significado social da profissão, como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho, em suas processualidades e transformações a partir das condições e relações nas quais ela se inscreve (ABESS/CEDEPSS, 1996).

2.1 Gestão como competência profissional no processo sócio histórico do serviço social: Contrarreforma do Estado, Mercantilização do Ensino Superior, e rebatimentos na atualidade da Formação e Trabalho Profissional.

Conforme Raichelis (2009, p. 01) “as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem”. De igual forma, o serviço social, na formação sócio-histórica brasileira, obteve condições propícias à sua profissionalização a partir da crescente intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas na década de 1940 (RAICHELIS, 2009). O acirramento da questão social com a pressão da classe trabalhadora sobre o Estado para a oferta de bens e serviços, colocou à profissão do serviço social, a necessidade de ampliar suas áreas de ação sendo demandada a desenvolver ações de proteção social. O Estado passa, portanto, a regular o processo de produção e reprodução das relações sociais,

viabilizando o acúmulo econômico capitalista, e atendendo as necessidades sociais da população (YAZBEK, 2009).

Instaura-se, assim, um lugar específico do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, por meio da constituição de um mercado de trabalho que passa a requisitar agentes habilitados para a formulação e implementação das políticas sociais, entre os quais o assistente social (RAICHELIS, 2009, p. 03).

A ampliação deste campo de intervenção profissional acaba por colocar o assistente social com relevante destaque na execução das políticas e representação de Estado, empregando na profissão um caráter interventivo, empiricista e pragmático. Isso demandou da profissão a qualificação de suas técnicas, suas práticas e a busca de suporte teórico metodológico. Essa perspectiva teórica inicialmente alimentou-se na matriz positivista, em uma vertente acrítica de profissão. Constituindo uma abordagem às demandas dos indivíduos e suas relações sociais no plano das vivências imediatas, trabalhando apenas com o observável, nas relações aparente dos fatos, em uma apreensão manipuladora e instrumental (YAZBEK, 2009).

Considerando esse percurso sócio histórico, onde, a categoria de serviço social, sendo requisitada pelo Estado a executar políticas públicas, e necessitando para tal qualificar suas técnicas a tendo feito inicialmente a partir de uma teoria de matriz positivista, podemos inferir que as competências gerenciais dos assistentes sociais trabalhadores das políticas sociais se inscreve inicialmente de forma funcionalista na profissão.

Particularmente em sua orientação funcionalista, essa perspectiva positivista é absorvida pelo serviço social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análises, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YAZBEK, 2009, p.58).

A mesma exigência quanto ao aperfeiçoamento de instrumentos, técnicas e métodos de trabalho historicamente presentes no movimento de constituição da profissão na cena capitalista, adentraram a década de 1960 quando grandes empresas industriais passaram a constituir um amplo e crescente mercado de trabalho para o serviço social, exigindo novamente a revisão de sua atuação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). A consolidação do mercado de trabalho da categoria neste período histórico teve novamente interferência do modelo de mercado capitalista através do crescimento das médias e grandes empresas monopolistas e estatais no âmbito da autocracia burguesa, dando início

ao que passamos a chamar de serviço social de empresas (NETTO, 2007), até então não concebidas como lócus de trabalho profissional.

Historicamente esta inserção dos assistentes sociais no mundo empresarial tem base no processo de pauperização resultante do avanço do capitalismo e aos processos de migração para as grandes cidades, juntamente com a demanda de maior controle da força de trabalho por parte do empresariado, incidindo na esfera dos valores, comportamentos e maior produtividade. Neste cenário, o processo de filantropização passa a requisitar o ingresso de assistentes sociais no mundo empresarial (NETTO, 2007), o que ainda hoje é um local de inserção profissional não isento de questionamentos por muitos segmentos da categoria, possivelmente por seu caráter contraditório ter mais fácil visibilidade.

É nesse cenário de inúmeras contradições que o serviço social irá passar, novamente, por um importante processo de revisão de suas práticas. As estruturas organizacionais das empresas passam a exigir um trabalho técnico-racional que conflitou diretamente com o perfil profissional tradicional revestido de valores humanistas e práticas abstratas (NETTO, 2007). A demanda por um novo perfil profissional moderno, capaz de desenvolver um trabalho técnico e racional irá interferir diretamente na formação profissional, passando também a ser demandado pela estrutura das políticas sociais do Estado sob a vigência da ditadura. Neste momento histórico o avanço se dará pela aproximação as áreas de saber da sociologia, da psicologia social e da antropologia (NETTO, 2007). O que também irá acarretar em planos de ensino que reforçaram concepções e linhas de tratamento psicologizantes e psiquiátricas com foco no desajustamento psicossocial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Em contraponto, necessário perceber que as demandas do mercado de trabalho neste mesmo período possibilitaram a ampliação das funções exercidas pelos assistentes sociais o direcionando para tarefas como de coordenação e planejamento evidenciando uma evolução do status técnico da profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Novamente, a constituição sócia histórica da profissão anuncia seu movimento contraditório onde ao mesmo tempo em que o Estado requisita “adequações” das atividades profissionais ao modelo capitalista, coloca a profissão em movimento para desenvolver competências profissionais que também a qualificam, modernizam, exigindo repensar-se e reinventar-se de forma estratégica.

É, portanto, nesse movimento histórico que identificamos que elementos como coordenação e planejamento estão inscritos no processo de reconhecimento da profissão em seu caráter técnico e racional, em um contexto social e histórico da Ditadura. Netto

(2007) refere que o grande capital e o Estado autocrático burguês redimensionaram e consolidaram um mercado de trabalho nacional de grande extensão para os assistentes sociais com bases em modos de administração e gerenciamentos da questão social de forma centralizada pelas políticas sociais do Estado ditatorial (NETTO, 2007).

Ao reconhecermos este esse processo está perpassado pela crise da ditadura no Brasil, nas condições que “a autocracia burguesa colocou para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto)representações profissionais” (NETTO, 2007, p. 117), revela-se a necessidade de que estas competências de gestão sejam muito bem analisadas em seu processo de constituição e assimilação pela categoria.

Compreendemos que este cenário instaurou tendências de gestão que repercutem no trabalho profissional em termos das competências demandadas pelos espaços sócio-ocupacionais, que se articulam com os projetos profissionais também presentes na categoria: a gestão verticalizada, um modo de operar estrutural-funcionalista, típico do modelo de Estado ditatorial. Estes modos de conceber a gestão, anunciam a presença projetos societárias classistas em resposta à questão social e definem competências profissionais para a operacionalização deste modelo de Estado e de suas políticas sociais.

Outra compreensão acerca das competências da gestão constituídas no processo sócio histórico brasileiro da profissão, que nos possibilita as discussões de Netto (2007), se refere aos acúmulos da vertente de ruptura em seu momento de maturidade e construção do atual projeto ético-político, apreendendo o caráter contraditório das políticas sociais no âmbito do capitalismo. Ao mesmo tempo em que a vertente da modernização conservadora, possibilitando pensar modelos de gestão mais democráticos e participativos amplia as lutas sociais e articulada à disputa por uma Seguridade Social universalista e por mudanças substantivas na relação entre Estado e Sociedade, anuncia igualmente o caráter contraditório das políticas sociais no âmbito do capitalismo sem desconsiderar as mesmas como arena de lutas na perspectiva da disputa do fundo público e usufruto de bens, serviços e direitos na organização política da classe trabalhadora num direção emancipatória.

É o próprio novo padrão de gestão típico do avanço neoliberal contrarreformistas sob o Estado, redimensionando as relações entre o público e o privado no âmbito das políticas sociais, demandando competências gerencialistas ao assistente social, ocultando as contradições de classe sob uma perspectiva transclassista, operando sob os signos do terceiro setor, da solidariedade, da inovação, do empreendedorismo, da “gestão do social”, que incidir em novas competências de gestão demandas ao serviço social,

associadas ao gerencialismo, cujo concé próprio da década de 1990, final do século XX quando consolida-se no Brasil o projeto Neoliberal, a partir dos interesses dos organismos multilaterais que resultaram no consenso de Washington, trazendo mudanças radicais na relação entre Estado e Sociedade Civil passando a estruturar uma série de políticas de ajuste regredindo direitos sociais constitucionalmente conquistados em detrimento a defesa do mercado e do capital (BRAVO, 2009).

A reforma gerencial do Estado subsidiou o conjunto de reformas institucionais implementadas no Brasil nos oito anos de governo do PSDB e escreveu na história uma nova concepção de função do Estado na sociedade brasileira, estabelecendo diretrizes para implantar uma ampla reforma do aparelho do Estado (CHIEZA E QUEIROZ, 2020). Introduziu a ideologia gerencialista nas relações de trabalho e nas formas de gestão das políticas públicas impondo impactos diretos as condições de trabalho dos assistentes sociais. Tanto no campo público quanto privado ocorreram significativas mudanças tecnológicas levando estas instituições à incorporação da cultura do gerencialismo, esvaziando conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando os processos de trabalho a controle de qualidade e de produtividade a serem alcançadas. (RAICHELIS, 2013).

Neste contexto de implementação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), comandado por Bresser-Pereira, se implanta a contrarreforma do Ensino Superior com o objetivo de transformar a natureza da universidade de instituição social para organização social (OS), regendo-se por medidas provisórias e emendas constitucionais, submetendo-a aos interesses privados empresariais (ABRAMIDES, 2012). A organização social se configura em universidade funcional, gerencial e se baliza por ideias de eficácia na perspectiva de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não questiona sua natureza, sua função social, seu lugar no interior da luta de classes, tal qual uma instituição social (CHAUÍ, 1999). A organização social, portanto, é em si, a conformação do modelo de gestão hegemônico capitalista, da competitividade, produtividade e do lucro na gestão do ensino superior. Neste sentido, ela institui em seus processos de ensino e educação aquilo que constitui a sua própria natureza:

A universidade funcional se volta para a formação rápida de profissionais que passam a ser requisitados como força de trabalho qualificada e barata, por meio de baixos salários. No processo de formação profissional a modificação e adequação de conteúdos e programas segue a lógica do mercado em direção oposta ao sentido clássico de uma universidade voltada ao conhecimento e à formação acadêmica e profissional. Substitui-se o currículo mínimo por diretrizes curriculares, o que desconfigura a solidez teórica no processo

formativo [...] A universidade operacional se caracteriza por ser flexível, de estímulo à produtividade e resultados quantitativos. A docência é compreendida por mera transmissão rápida de conhecimentos e regulada por contrato de gestão, de avaliação externa por índices de produtividade, de incentivo a competição em detrimento de processos autônomos de avaliação definidos pela universidade (ABRAMIDES, 2012, p.05).

A contrarreforma do Ensino Superior se consolida na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), a qual corroeu o ensino público, laico, gratuito, universal e presencial (ABRAMIDES, 2012), e é neste contexto de substituição de currículos mínimos por Diretrizes Curriculares que a Formação em Serviço Social, no mesmo ano de 1996 sofre intervenção arbitrária dos relatores do Ministério da Educação, provocando mudanças consideráveis nos conteúdos de suas Diretrizes Curriculares, elaboradas por especialistas da área, a partir do debate em torno da revisão do currículo de 1982.

A proposta de currículo mínimo foi atropelada pelo processo de contrarreforma do ensino superior, preconizado pelos organismos multilaterais. Os currículos mínimos são substituídos por diretrizes curriculares mais flexíveis, exigindo a definição do perfil do bacharel em Serviço Social, a substituição de ementas das disciplinas por tópicos de estudos com caráter não obrigatório, a definição de competências e habilidades técnico-operativas (IAMAMOTO, 2014, p. 616).

Neste contexto, a Comissão de Especialistas, através de um grupo de assessores, fazendo resistência a adequação da formação às competências definidas pelo mercado, “recorre às competências e atribuições previstas na Lei da Regulamentação da Profissão e em preceitos do Código de Ética do Assistente Social, documentos legitimados e constitutivos da materialização jurídica do projeto profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 630). Sendo assim,

O projeto de formação que se constrói no contexto de contrarreforma do ensino superior, como um processo contra hegemônico, o qual não é uma mera adequação à LDB, mas um projeto de formação para a área, de resistência, construído a partir da trajetória do Serviço social e dos acúmulos críticos da década anterior, adensando a direção social da proposta curricular de 1982 (BATISTONE, 2016).

A mercantilização e financeirização do ensino superior ganhou maior força a partir do ano 2000, com a aprovação do Protocolo de Bolonha⁵. Este instituiu o aligeiramento da formação acadêmica, uma concepção gerencial de ensino, e a

⁵ Consistiu em uma declaração de intenções, a partir de recomendações do Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e Fundo Monetário Internacional, para estabelecer novas diretrizes para o ensino superior na Comunidade Europeia. Orientado por uma perspectiva liberal, instituiu o aligeiramento, a competitividade e a sujeição do ensino superior às demandas do mercado (BOSCHETTI, 2015).

precarização das condições de trabalho docente. Como refere Guerra (2019) o modelo gerencialista de política educacional concentra os mais dilemáticos problemas para a formação profissional na atualidade. Este contexto que hoje se expressa de forma indiscriminada, é próprio do modelo Neoliberal que se consolidou no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), consagrando o ensino superior como um serviço público não estatal. O governo FHC retirou a obrigação do Estado frente à política de educação, estimulando a iniciativa privada neste setor, diminuiu verbas públicas às instituições federais, confirmando a lógica de que a educação superior é para quem pode pagar (OLIVEIRA; TAKADA, 2014). No entanto, observa-se que mesmo os governos de partidos de esquerda como, o Partido dos Trabalhadores não operou mudanças nessa forma de condução. Tanto governo FHC, quanto o governo Lula, estão marcados pela expansão acelerada de vagas no ensino superior sob a liderança das instituições privadas de ensino, assim como, a partir de 2006, na gestão petista, pela grande proliferação e regulamentação dos cursos de graduação à distância (IAMAMOTO, 2008).

Este contexto reforçou o incentivo a financeirização do ensino por meio de parcerias com novas instituições público-privadas, abrindo o setor da educação para empresários nacionais e estrangeiros estimulando a educação à distância (OLIVEIRA; TAKADA, 2014). A financeirização do ensino superior no Brasil não começa no EaD, mas podemos dizer que temos nele o ápice da caracterização de um ensino de Mercado. Dados do MEC de 2011 apresentam o Serviço Social como o terceiro curso mais ofertado na modalidade de ensino à distância, ficando atrás da pedagogia e da administração (ABRAMIDES, 2012). O impacto no ensino presencial privado tem sido igualmente preocupante, uma vez que estas instituições cada vez mais administram a educação na perspectiva do lucro, instituições privadas tem encerrado cursos de serviço social ou migrado para o ensino a distância.

O ingresso ao ensino superior por meio do EAD promove um acesso precário e limitado a um direito social, “difundiu a ilusão de que o ensino à distância equivale a acesso ao ensino superior, levando milhares de jovens a uma formação banalizada, precarizada e fortemente mercantilizada” (BEHRING, 2012, p. 24). Trazendo consequências, sobretudo, ao mercado de trabalho profissional que através do acesso em massa de novos assistentes sociais, aumentou a concorrência e o exército de reserva tão característico da estratégia capitalista para precarizar ofertas de trabalho.

Setores de esquerda fazem fortes críticas aos governos do Partido dos Trabalhadores, por entender que este deu continuidade à lógica de coalizões que

fundamentava as políticas neoliberais dos anos 1990, não rompendo com pactos e políticas elitistas que tradicionalmente marcaram a política brasileira, nem com as políticas Neoliberais do período anterior (CHIEZA E QUEIROZ, 2020).

Ao contrário do governo FHC o governo do PT ficou marcado pela implementação de políticas institucionais que aceleraram processos distributivos (CHIEZA E QUEIROZ, 2020), estratégia para diminuir a desigualdade de renda entre as pessoas lhes dando maiores condições de consumo, e favorecer a economia, uma vez que, o aumento do gasto público provoca igualmente o aumento da arrecadação para a receita pública (ROSSI; DAVID; CHAPARRO, 2021). Essa lógica de distribuição, porém,

leva a apreender a questão dos investimentos públicos na área social numa lógica contábil e administrativa, ou seja de como distribuir os recursos existentes, sem colocar em questão como e por que estão sendo assim produzidos. O desdobramento da armadilha pode ser assim visualizado: mais recursos e sua melhor administração, mais serviços sociais, mais justiça e igualdade social, mais democracia, que passa a ser reduzida e um padrão ampliado de "proteção social" (IAMAMOTO, 2000, p. 243)

Esta estratégia de governo, embora necessária, não modifica o Estado de Classes, não questiona o modelo econômico capitalista, não provoca mudanças estruturais⁶. O Brasil, expressão do conflito de classes, independente dos diferentes projetos políticos e partidários de diferentes governos, sempre optou pela mesma lógica de gestão do orçamento da educação, permanecendo comum na história, a configuração de um Estado que tem privilegiado o Mercado privado em detrimento da educação pública⁷. Ocorre que

⁶ Em contraponto, a discussão sobre a reforma tributária e a justiça fiscal, especialmente quando discutimos a contrarreforma do ensino é necessária de ser realizada, pois a disputa do espaço público pelo setor privado está totalmente sustentada pela instituição de mitos fiscais e liberais. O mito empregado na sociedade sobre a ausência de recursos públicos para investir em políticas de Estado omite a discussão sobre a ausência de justiça fiscal. O Brasil, em sua estrutural desigualdade, tributa muito mais as pessoas pobres do que as ricas, pois tributa mais sobre bens de consumo do que sobre patrimônio, renda e capital (CHIEZA, 2020). Ainda, o Brasil não cobra imposto sobre a renda de dividendos e lucros distribuídos. Estes, após mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal em 1995, são isentos de imposto de renda na pessoa física beneficiando apenas os mais ricos, assim como, por não instituir imposto sobre Grandes Fortunas (CHIEZA, 2020). Por esta mesma razão, uma crítica importante a se fazer ao governo Lula e Dilma se refere a não revisão das leis de tributação brasileira, as quais na década de 1990, seguindo as orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI), restringiram ainda mais o papel distributivo desse imposto e, nos anos 2000, optaram pela ótica do gasto, como alternativa à redução da desigualdade de renda no país (CHIEZA; FRANCHESCINI; SANTOS, 2020).

⁷ Na mesma lógica conservadora do *status quo* a concepção não real de que a gestão pública é menos eficaz e eficiente que a gestão privada. Um serviço público, falaciosamente não eficiente, expressa a ausência de investimento e gestão por parte do Estado que o faz de forma proposital, a fim de torná-lo não suficiente e justificar a demanda por privatização por parte da sociedade. Uma análise necessária de se fazer antes a afirmação de que o serviço privado é mais eficiente, rentável e econômico que o público se refere a observar a natureza e intencionalidade de cada setor. Giambiagi e Além (2011), referem que esses indicadores devem ser analisados com cautela, pois as empresas privadas, as quais estão sujeitas às forças do mercado podem,

uma universidade privada, ao prever o lucro, irá adequar seu currículo ao que o mercado de trabalho lhe está exigindo enquanto produto. Já a natureza de uma universidade pública, a qual não precisa vender uma proposta de educação por não prever lucro, tem por foco interesses que contemplam ao interesse público, a vida coletiva, a defesa da ciência, do saber, da pesquisa, do pensamento crítico sobre a vida social.

Sendo assim, é a manutenção do sistema capitalista que determina o modelo de gestão de Estado Mínimo, do discurso da austeridade⁸, configurando o modo de investimento nas políticas públicas e, interferindo diretamente não apenas na Formação Profissional do Serviço Social, mas, especialmente, no seu mercado de trabalho. É neste contexto que o trabalho dos Assistentes Sociais vem sendo historicamente marcado pela retração do Estado na garantia de direitos e na oferta de serviços públicos, na radicalização da questão social que modifica o mercado de trabalho, alterando as demandas dirigidas para o assistente social, alterando os processos de trabalho, suas condições e assalariamento, flexibilizando e desregulamentando os contratos de trabalho, com impactos nas atribuições e competências profissionais (IAMAMOTO, 2012).

É especialmente nas demandas por gestão da proteção social, as quais cresceram nas décadas de 90 no governo FHC e, igualmente, no governo Lula, onde o assistente social irá se inserir e novamente configurar competência de gestão requisitadas institucionalmente pelo contexto de descentralização político administrativa que se instaurou nesta década. Como refere Iamamoto (2012, p. 33);

A reconfiguração dos espaços ocupacionais é resultante das profundas transformações sócio-históricas, com mudanças regressivas nas relações entre o Estado e a sociedade em um quadro de recessão na economia internacional, submetida à ordem financeira do grande capital (IAMAMOTO, 2012, p. 33).

de fato, utilizar o nível de lucro como um indicador de eficiência, uma vez que obter lucro é a sua natureza. Já em uma estatal, em um serviço público, outros objetivos se sobrepõem ao lucro e são mais importantes a vida social, coletiva do que a meramente a meta por lucro.

⁸ Outro mito de importante análise e elucidação se refere ao verbete da austeridade. Difundir na sociedade que o orçamento público se assemelha a um orçamento doméstico e, portanto, só pode gastar o que arrecada é usurpar-se da ausência de educação fiscal da população. O Governo tem autonomia de definir o tamanho de seu orçamento através da arrecadação de tributos não tributados, como a renda de lucros e dividendos. Ainda, a opção por políticas de distribuição de renda retorna ao governo sob a forma de tributos, aumentando a receita pública. Por fim, o Governo possui autonomia para emitir moeda, títulos públicos e definir a taxa de juros sobre a própria dívida (CHIEZA, 2020). O Estado não precisa guardar dinheiro, não precisa obter lucro e seu orçamento só cresce justamente se houver oferta de emprego, pagamento de salário e consumo da população. É a classe trabalhadora e o investimento nesta que faz a economia do país crescer. No entanto, justamente pelo motivo de o Estado ser um campo onde gira muita economia, acaba por ser disputado pelo interesse privado e pela classe política, burguesa que se alimenta deste.

O retraimento das funções do Estado, sua desresponsabilização em relação às políticas sociais, universais a partir da redução do gasto público, colocam em retrocesso a consolidação e a expansão dos direitos sociais atingindo diretamente o Serviço Social, o qual tem nas políticas sociais seu reconhecido e predominante campo de trabalho (RAICHELIS, 2009).

Neste campo, a questão social em suas diversas expressões, assume um caráter essencialmente político e o seu enfrentamento passa a expressar projetos societários em disputa (IAMAMOTO, 2009). Em contraponto, ao mesmo tempo em que a questão social amplia as necessidades sociais, as demandas por serviços e direitos, a radicalização liberal intensifica a privatização a mercantilização passando a organizar as políticas públicas de forma focalizada, descentralizada interferindo diretamente no trabalho dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2009). Com os processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos, e a redução de postos governamentais em nível federal e estadual, intensificaram-se os processos de precarização e subcontratação “por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais” (RAICHELIS, 2009, p. 07).

A década de 1990, em decorrência das demandas advindas das relações entre público e privado, com o surgimento de novos modelos de gestão das políticas públicas, postos pelos processos de privatização e parcerias, impõem novas demandas a profissão para a gestão destes serviços no que se refere a assessoria gerencial, qualidade total, sem obrigatoriamente questionar a questão social e a produção da pobreza (ABESS/CEDEPSS, 1996).

O novo Estado gerencial reduz sua ação direta à prestação de serviços compensatórios às profundas desigualdades sociais e assume o papel de coordenador de iniciativas privadas com a intenção de efetivar a repolitização da política por meio de ações que contribuem para o apassivamento dos movimentos sociais populares (BRAVO, 2009, p. 700).

Este percurso sócio-histórico da profissão constituiu hoje um profissional apto e requisitado a trabalhar na elaboração, implementação e gestão de políticas públicas e sociais. Este reconhecimento é legítimo e, sobretudo, uma conquista da categoria. Conforme pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS (2005) indica que os assistentes sociais são majoritariamente trabalhadores assalariados em organismos governamentais (RAICHELIS, 2009). De igual forma os assistentes sociais exercem atividades de gestão em espaços sócio-ocupacionais nas organizações da sociedade civil,

conselhos de direito, assim como, no setor privado. A questão, portanto, que precisa ser analisada não é a legitimidade da inserção profissional nas atividades de gestão, uma vez que a própria Lei de Regulamentação respalda as mesmas como competência, mas justamente focar as bases teóricas e metodológicas que irão direcionar os diferentes modos de compreensão e intervenção desta gestão.

Uma gestão com base em uma perspectiva de renovação conservadora, constituindo-se de forma funcionalista diante a um modelo de Estado Gerencial, põe o risco de colocar o assistente social em um lugar de gerente da máquina do Estado e não de gestor revestido de autonomia técnica. Para Santos (2016) um gestor que se posiciona como um gerente tende a atuar conduzindo suas ações aos interesses do Mercado, trazendo ao cotidiano de trabalho a lógica das relações capitalistas, incidindo tanto nos serviços ofertados quanto na relação com os demais trabalhadores.

Para Antunes (2018) há uma tendência global de expansão da terceirização em todos os ramos da produção, especialmente nas áreas anteriormente consideradas improdutivas, como na área de serviços. Para além de toda precarização das relações e contratos de trabalho estas parcerizações corroem por dentro a *res publica*, substituindo os assalariados públicos por trabalhadores terceirizados (ANTUNES, 2018). Na política de Assistência Social, por exemplo, a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dos Centros de Referência de baixa e alta complexidade no território nacional deu-se também em contextos diversos de terceirização, na parceria público privada com Organizações da Sociedade Civil, a partir da contratação de profissionais⁹ (RAICHELIS, 2009).

Para além da extrema desresponsabilização do Estado no seu papel de proteção social, este cenário coloca importantes entraves aos processos de gestão das políticas públicas e nos processos de trabalho na área estatal, interferindo diretamente no trabalho do assistente social. Mesmo nas terceirizações e parcerizações o Estado deveria manter sua primazia na gestão e coordenação das políticas, garantindo a organização e supervisão da rede de atendimento.

⁹ Ao exemplo de Porto Alegre, capital gaúcha, observa-se de forma empírica que as parcerias público-privadas deixaram de ter um caráter complementar e passaram a ser preponderantes na execução da política de assistência social. As organizações da sociedade civil têm sido requisitadas a estabelecer termos de parceria, até mesmo para compor as equipes de trabalho dos equipamentos de Centros de Referência de Assistência Social e Centros de Referência Especializados de Assistência Social.

Montaño (2017), refere que a “descentralização” da atividade social do Estado tem sido realizada apenas no nível do gerenciamento, e não de sua gestão. Deixa-se a sociedade civil apenas no lugar de executora, retirando-lhe do lugar de poder decisório. Neste contexto, se transfere para a esfera municipal apenas os processos administrativos, gerenciais, não os políticos e decisórios. Contudo, a gestão pública, também se fragiliza em sua autonomia de gestão, uma vez que:

Se trata de um mecanismo que opera a cisão entre serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito (RAICHELIS, 2009, p.08).

Para além da desconfiguração do papel da sociedade civil, a fragilização da identidade e da organização de classe dos trabalhadores ao “transitar” entre o público e o privado, a perda da qualidade dos serviços, programas e projetos por não terem prévios e sistemáticos processos de planejamento, monitoramento e avaliação. A perda do poder de controle social enquanto sociedade civil que igualmente tem sua autonomia ameaçada enquanto protagonista capaz de exigir do Estado maiores responsabilidades sociais, ou seja, sendo “usada como instrumento para canalizar o projeto político de enfraquecimento do Estado Social e para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais” (IAMAMOTO, 2008. Pg. 127).

Neste jogo de forças que se estabelece entre público e privado, ganha espaço as exigências do Mercado, voltadas ao imediatismo, ao conservadorismo na forma de conceber a questão social. Ampliam-se demandas burocráticas criadas para dar conta dessa gestão que se desconfigura e os trabalhadores encontram cada vez menos tempo para a identificação dos fenômenos enquanto expressões da questão social, para a reflexão, para planejar estratégias de resistências e controle social junto à população. Nessa perspectiva,

A terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; além disso, as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando discontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas (RAICHELIS, 2009, p.8).

Desde a década de 1990, portanto, o mercado de trabalho dos assistentes sociais vem sofrendo alterações pelas quais tem sido inserido por meio de contratos terceirizados, ou através das chamadas ‘parcerias público privadas’. No governo do PT não apenas cresceram como foram regulamentadas através do Marco Regulatório das Organizações

da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014). Esta Lei amplia as exigências jurídicas e a normas de fiscalização sob as Organizações da Sociedade Civil de forma a evitar corrupções, assim como, também exigem expertise técnica comprovada, através de Planos de Trabalho, Monitoramento e Avaliação. Contudo, este cenário para além de reconfigurar o período histórico onde a pobreza, não sendo uma responsabilidade de Estado, era atendida pela caridade eclesial sem ser concebida como uma questão social, remonta para a profissão um período histórico conservador doutrinário, especialmente pelas demandas dos seus empregadores, que em sua maioria, são instituição confessionais. Como refere Iamamoto (2014. p. 126).

as múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor” [...] A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado e não à responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à sociedade civil.

Esse modo de gestão das políticas públicas para além de reestruturar um contexto de caridade, benemerência, acaba por fragilizar o trabalho profissional crítico, pois não é incomum que as organizações imponham condicionamentos aos atendimentos de sua população usuária, através de avaliações moralistas, na adoção de critérios de elegibilidade com base em preconceitos e discriminações (BARROCO, 2015). Também não é incomum que estas desenvolvam estratégias de gestão de recursos e de seus trabalhadores como se fossem empresas privadas, impondo regras de contenção de gastos, de salários precários e relações autoritárias que em nada correspondem a sua natureza filantrópica, ao seu fim social que é não prever lucros.

Esse modo de inserção no mercado de trabalho, no contexto das parcerias, das terceirizações, dos contratos, fragiliza em muito, para além da gestão da política em si, a gestão do trabalho do assistente social que, neste cenário, tem sido convocado tanto pelas instâncias de governo quanto por suas organizações contratantes, a desempenhar tarefas policiais, de controle da população usuária como o deslocamento de pessoas em situação de rua, de usuários de substâncias psicoativas, sendo igualmente demandado pelo campo sociojurídico com quebra de sigilo ou execução de tarefas que são de responsabilidade da justiça, assim como fornecer detalhes a respeito da vida pessoal que para além do risco de serem informações usadas para punição dos sujeitos, acaba por lhes

expor a discriminações com base em pré-conceitos (BARROCO, 2015). Isso ocorre porque a gestão da política fica refém de interesses políticos e institucionais entre Organizações e Governo que colocam o assistente social diante a demandas que confrontam seu código de ética e o projeto ético e político, neste campo o assistente social em sua autonomia relativa precisa munir-se de estratégias que não o paralise, mas lhe dê condições político estratégicas de contestar o que está sendo requisitado. Conforme Yamamoto (2008, p. 129):

a consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado.

Não raro esse fenômeno tem sido observado na atuação da categoria e passa a se retroalimentar, pois no momento em que profissionais aceitam estas tarefas como competência profissional, acabam por (re)criar uma demanda para a profissão de “busca do equilíbrio e na conciliação entre as classes” (YAZBEK, 2019, p.02) através do controle social sobre a pobreza.

Esses profissionais podem incorrer neste ato por convicção própria, não por demanda externa, mas dele próprio em função de sua orientação conservadora (BARROCO, 2015) tendo por base uma formação profissional que o instruiu a obter um perfil executor, prático, pragmático. Ou pela desinformação, pela não capacidade de impor análise crítica sobre a demanda que lhe é imposta. Por estas razões, a vertente conservadora do serviço social não pode ser estudada nos currículos de formação incorrendo em um endogenismo, uma forma de se apropriar da profissão encerrando a análise do Serviço Social nele mesmo (GUERRA, 2019), pois o serviço social enquanto profissão que reflete seu contexto histórico, expressa um conservadorismo que não é puramente da profissão. Ou seja, a tendência conservadora que marca a gênese da profissão, não se refere apenas a presença de ideias conservadoras e antimodernas, mas de ideias que atualizadas, se transformam em bases de manutenção da ordem capitalista (YAZBEK, 2019).

O velho conservadorismo mostra sua face maquiada, apresentando-se como novidade tanto na sociedade como na profissão. E desafia aqueles que o recusam a dispor de clareza teórica e estratégia política, apoiadas em um criterioso trabalho de pesquisa sobre as novas expressões da questão social, as condições e relações de trabalho do assistente social, de modo a avançar na qualificação do seu exercício e no enraizamento do projeto ético-político profissional nas ações quotidianas e na vida social (IAMAMOTO, 2012, p.63).

Vivemos, pois, um período histórico¹⁰ que, mais do que nunca, nos impele a defesa da educação pública, da ciência, do conhecimento e da liberdade de pensamento crítico. Neste campo, nossa histórica luta pela defesa a uma formação e trabalho profissional com base no pensamento crítico e dialético, apresenta-se não apenas como demanda por resistência no campo da luta de classes, mas como estratégia para consolidar uma profissão aliada a classe trabalhadora. A sociedade brasileira carrega a marca colonialista em sua mentalidade e em sua história (FUZIWARA, 2012), ainda somos um povo racista, classista e misógino. O serviço social é uma profissão eminentemente feminina, com uma história de forte luta que se consolidou contra a tirania e o autoritarismo da Ditadura Militar.

O projeto ético e político do serviço social em suas bases de sustentação, especialmente nas DNC ABEPSS, é uma proposta madura, fortemente estruturada em seus núcleos de fundamentação, e instrui as bases para a formação e o exercício profissional no tempo presente, ainda apresenta desafios quanto a sua compreensão, elucidação, apresentando-se no campo das pesquisas acadêmicas com inegável relevância. Compreendemos, sobretudo, que é por meio das DNC ABEPSS que conseguiremos propor um ensino e formação para a gestão que se sustente a partir da aquisição de competências profissionais críticas e dialéticas. Rompendo as lógicas conservadoras dominantes e propondo estratégias de gestão que se conformem democraticamente, pela ampla participação da classe trabalhadora onde a própria profissão se inclui, não corroborando a exploração do trabalho e do trabalhador.

¹⁰ Nosso momento presente é de grande expressão do conservadorismo, o qual se evidencia a partir de uma sociedade que elegeu um governo ultraconservador. O governo Bolsonaro, já ao assumir seu mandato presidencial, elegeu a educação pública como principal inimigo. Sua agenda ultraneoliberal tem possibilitado amplamente que o oligopólio privado da educação superior negocie o ensino superior na bolsa de valores, uma vez que esta tem se tornado potencial financeiro a partir da intensificação da onda de privatização da educação pública. Não bastasse sua ofensiva ultra-neoliberal, a agenda educacional de Bolsonaro é neofacista e impõe a educação brasileira requintes de perversidade e obscurantismo no intuito de impedir qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico (TORRES, 2019). A profunda regressão conservadora do governo Bolsonaro, base de um Poder Executivo militarizado, confrontam valores democráticos e propõem a eliminação de direitos conquistados (IAMAMOTO, 2019 apud YAZBEK, 2019), censura a universidade pública, qualificando como “balbúrdia” o que são manifestações críticas à ordem instituída (IAMAMOTO, 2019), desqualifica e desacredita a ciência em meio a um caos mundial de saúde como a pandemia da Covid 19, indo contra as normativas internacionais de uso de máscara, implantando o negacionismo e aumentando o número de vítimas fatais.

2.2 Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS: bases de um projeto crítico para a conformação da gestão enquanto competência profissional em uma perspectiva contra hegemônica.

Até a década de 1960 o serviço social manteve um trabalho predominantemente funcionalista e conservador sem ainda ter apresentado questionamentos relevantes quanto a sua direção social (BRAVO, 2009). É a partir do Movimento de Reconceituação Latino Americano, na década de 1960, que a profissão passa a questionar em sua perspectiva conservadora, a partir de um movimento de revisão global, em nível teórico, metodológico, operativo e político (YAZBEK, 2019).

O elemento sócio histórico de extrema relevância trazido por Netto (2007) é de que o serviço social fez mais do que apenas responder funcionalmente às demandas e as condições da autocracia burguesa, a categoria acabou por “desenvolver potencialidades sem as quais não apresentaria as características com que veio a atravessar a década de oitenta” (NETTO, 2007, p. 127).

Estas sumárias indicações delineiam o giro que então sofre a formação profissional do assistente social [...] Ele imbrica a formação com as demandas do mercado nacional de trabalho constituído e consolidado no processo da autocracia burguesa: passa a oferecer àquele um profissional “moderno”, cuja legitimação advém menos de uma (auto)representação humanista abstrata que de uma fundamentação teórico-técnica do seu exercício como assistente social. A “modernização conservadora” revela-se inteiramente neste domínio: redefine-se a base da legitimidade profissional ao se redefinirem as exigências do mercado de trabalho e o quadro da formação para ele (NETTO, 2007, p. 126-127).

A aproximação à tradição marxista que se inicia com o Movimento de Reconceituação dá-se em um primeiro momento de forma incipiente a partir de abordagens reducionistas dos marxismos de manual, ficando reconhecido com um processo de aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx propriamente (IAMAMOTO, 2018). É apenas com Iamamoto, no início dos anos 1980, que a profissão passa a dialogar efetivamente com a teoria social de Marx (YAZBEK, 2019) a avançar nas discussões metodológicas as quais reviram currículos, um novo código de ética e uma nova lei de regulamentação da profissão (PONTES, 1996). Nessa perspectiva,

o debate acerca da categoria de mediação no Serviço Social coincide com a necessidade de avançar a análise teórico-metodológica para que se qualificasse no sentido de iluminar as novas questões e demandas emergentes no seio da profissão” (PONTES, 1996, p.05).

É, portanto, com base no processo de crescimento da influência da vertente de intenção de ruptura, tendo como marco o Congresso da Virada de 1979, que podemos identificar um percurso sócio-histórico que passa a inscrever na profissão competências para a gestão com base no aprofundamento teórico marxista dando subsídios para pensar a gestão em uma perspectiva contra hegemônica a perspectiva funcionalista de gerencialismo do Estado Capitalista.

O presente projeto de pesquisa compreende que os Fundamentos do Serviço Social, os quais orientam a formação acadêmica e o trabalho profissional a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, a qual é construída e reconstruída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira (CLOSS, 2015). Os fundamentos do projeto formativo estão organizados a partir de três núcleos de fundamentação os quais apresentam um conjunto de conhecimentos indissociáveis: *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*, *núcleo de fundamentos da formação sócio-históricas da sociedade brasileira*, *núcleo de fundamentos do trabalho profissional*.

Estes núcleos instrumentalizam a construção de um modelo de currículo que permite a formação de sujeitos dotados de capacidade crítica e teórica, imbuídos de um rol de competências que lhe possibilitam a compreensão da dinâmica social para construir uma intervenção crítica na realidade, considerando a questão social como objeto profissional (ZACARIAS, 2017).

Considerando que a estrutura curricular é base para a conformação da gestão enquanto competência, Benevides (2017) aponta que um ensino para a gestão que não tem base em uma perspectiva crítico dialética produz uma compreensão parcial da gestão apenas como instrumento e instância de reprodução das relações de dominação de classe no capitalismo e tira-lhe a possibilidade de ser compreendida como finalidade democrática e emancipadora. Neste sentido, são, portanto, os núcleos de fundamentação em sua unidade articulada (TEIXEIRA, 2019) que conformam e amparam o ensino para a gestão enquanto competência profissional em uma perspectiva crítico-dialético, contra hegemônica, democrática e de luta de classes onde a classe trabalhadora é sujeito autônomo, pensante, propositivo, capaz de transformar seu trabalho e a sua realidade.

O debate acerca dos fundamentos na formação profissional ganha centralidade no contexto da revisão do currículo de 1982. As inovações destas diretrizes são resultado de um amplo processo de avaliação da formação que se estabeleceu na profissão, com a participação de profissionais e estudantes em mais de 200 oficinas e encontros. As DNC

fazem parte de um processo de ruptura e continuidade que traduzem os acúmulos dos anos 1980 na produção do conhecimento da área (BATISTONE, 2016).

O currículo de 1982, resultado do impacto que o Congresso da Virada proporcionou a formação, já demarcava um processo de renovação da formação profissional, por ter agregado mudanças significativas na produção teórica do Serviço Social, na sua organização política, nas reflexões éticas, na ampliação das pesquisas e nas mudanças operadas no próprio exercício profissional (ABESS/CEDEPSS, 1995). O rompimento com um serviço social conservador baseado na metodologia de Caso, Grupo e Comunidade, marca do currículo anterior no contexto da ditadura (TEIXEIRA, 2019) foi o marco deste processo.

Contudo, por ainda manter algumas imprecisões próprias do pensamento social hegemônico, o currículo de 1982 acaba por se constituir em objeto de crítica e autocrítica (GUERRA, 2019). Possuía uma insuficiente apreensão do método dialético-crítico, assim como uma tendência de ensino fragmentado da história, teoria e método (CLOSS, 2015) tão central a discussão de Fundamentos no Serviço Social e a perspectiva da teoria marxista.

É, portanto, “a busca em ultrapassar a fragmentação posta pela tricotomia entre história/teoria/método que dá centralidade ao debate dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos no Serviço Social” (GUERRA, 2019. p. 27) na revisão do currículo de 1982. A superação dessa tricotomia irá fomentar amplos debates na categoria profissional, adensando a própria concepção dos fundamentos do Serviço Social, processo que fornece as bases críticas para a formulação de um novo projeto de formação.

Neste processo de revisão, para além da insuficiente apreensão do método dialético-crítico, assim como da tendência de ensino fragmentado entre história, teoria e método, a revisão do currículo de 1982 considerou a necessidade de refletir sobre a direção social da profissão traçando a necessidade de que a formação pudesse garantir um novo perfil profissional que privilegiasse a defesa dos direitos sociais, a ampliação da cidadania e a consolidação da democracia por meio de competências profissionais adquiridas nas várias dimensões que compõem o trabalho profissional: teórico-prático, técnica e ético-político (ABESS/CEDEPSS, 1995). Ou seja, a construção do novo projeto formação visou

a criação de um perfil profissional dotado de uma competência teórico-crítica, com uma aproximação consistente as principais matrizes do pensamento social na modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social [...] uma teoria social crítica, desveladora dos fundamentos da produção e reprodução da questão social. Perfil este que se complementa com uma competência

técnico-política, que permita, no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais dotadas de eficácia e capazes de congregiar forças sociais em torno de rumos ético-políticos voltados para uma defesa radical da democracia (IAMAMOTO, 2000, p.184).

Outra demanda posta neste processo de revisão se referia a preocupação com a análise do significado da profissão a partir de sua análise histórica, no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, “desvelando as implicações sociais da prática profissional em suas contradições fundantes” (ABESS/CEDEPSS, 1995, p.147).

Destaca-se igualmente neste processo, a discussão sobre a relação entre pluralismo e hegemonia como uma articulação que respeite as diversidades e ao mesmo tempo, alimente-se delas (ABESS/CEDEPSS, 1995). Para Iamamoto (2000) o debate em torno da direção social da formação profissional resvala no processo de luta pela hegemonia, o qual ainda é presente e permanente na profissão. Debates sobre o pluralismo e ecletismo encontram-se instaurados na arena profissional demarcando a importância de uma maior atenção às diferentes tendências e projetos que marcam presença na categoria profissional na atualidade.

Para tanto a autora refere à necessidade de uma "interlocação de paradigmas" no debate contemporâneo do Serviço Social, de forma a evitar o ecletismo teórico, mas manter o debate plural teórico da profissão (IAMAMOTO, 2000). Compreender que o projeto profissional do serviço social se apresenta no contexto contraditório da sociedade brasileira de forma plural e é valor democrático o respeito a essa diversidade. Contudo, isso não pode significar ecletismo, articulando concepções teóricas e políticas incongruentes. Com base em Coutinho (1991, p. 13) não há como se pensar em conciliar pontos de vistas inconciliáveis em nome do pluralismo, mas “é através da troca de ideias, da discussão com o diferente, que podemos afinar nossas verdades e fazer com que a teoria se aproxime o mais possível do real”.

Essa compreensão e análise são de extrema relevância para o presente estudo, pois os riscos de se recair nas armadilhas da flexibilização do projeto profissional é um desafio posto a atualidade do Serviço Social. Neste campo, apresenta-se a necessidade de defesa radical de um projeto profissional crítico, que aprofunde os Fundamentos do Serviço Social a partir da teoria social crítico dialética. A aproximação com as diferentes instituições de ensino, currículos e planos de disciplinas, pretendeu ir em busca dessa verificação, de anunciar um possível pluralismo, ou ainda, ecletismos, na forma como é organizado o ensino para a gestão enquanto competência profissional. Desta forma,

exigindo análise de pontos de diálogo e pontos problemáticos do ecletismo profissional na atualidade.

O que analisamos como essencial nestes aspectos apresentados com relevante destaque na trajetória de discussões sobre a formação profissional no processo de revisão do currículo de 1982 é que estes foram avanços desse momento histórico, contudo, ainda são expressões deste momento presente. Tal qual uma profissão que constrói e reconstrói a partir do seu contexto social, as conquistas das DNC ABEPSS são ainda hoje pontos de constante discussão, análise e ruptura.

Essa mesma percepção podemos ter a partir dos pontos polêmicos que se estabeleceram no debate em torno da revisão do currículo de 1982 e construção das Diretrizes Curriculares de 1996, acerca de compreensões e posicionamentos essenciais ao exercício profissional. A principal polêmica e a qual estabeleceu uma nova perspectiva à profissão, se deu em relação à compreensão do que configuraria os eixos do currículo, pois eram apresentados três direcionamentos; a política social, os padrões de proteção social e a história/teoria/método. Com o avanço do debate se considerou a questão social como eixo estruturante de todo currículo, pois é a partir das refrações da questão social que a profissão ganha concretude histórica no Brasil.

Entende-se que é a partir da inserção do serviço social, nos marcos da expansão do capitalismo monopolista e em face das sequelas da “questão social” no Brasil, que a profissão adquire concretude histórica. É por meio desse eixo fundante que se desdobram as políticas sociais e os padrões de proteção social. Nesse sentido, as políticas sociais são um dos componentes essenciais da ação profissional, mas não a esgotam em sua plenitude (ABESS/CEDEPSS, 1995, p.149).

As políticas sociais e os sistemas de proteção social são, portanto, desdobramentos e respostas à questão social, mas não se esgotam em si a ponto de serem compreendidas como eixos estruturantes do currículo. A compreensão, portanto, do conceito de questão social como produto do capitalismo e resultado da luta de classes é a base para não incorrer na ainda presente lógica de que são as políticas públicas que estruturam a profissão. Este equívoco de interpretação tem razão sócio-histórica a partir de uma profissão requisitada a atuar a partir das respostas de Estado às demandas da questão social, como já vimos anteriormente. Contudo, o equívoco se sustenta, sobretudo, na ausência de concepção de fundamentos históricos, teóricos e metodológico com base no pensamento crítico e dialético.

Segundo Iamamoto (2008) essa compreensão tem como fundo um conflito ao pensamento crítico dialético de Marx, pois não há como explicar a realidade pela esfera

da distribuição, mas sim pela esfera da produção e a política social se encontra na esfera da distribuição. A profissão deve ser pensada a partir da gênese da esfera da produção das desigualdades sociais, da questão social, e não das respostas a essa.

A ênfase predominante nas relações do Serviço Social com as políticas sociais do Estado e os aparatos institucionais que a implementam vem apresentando, como contrapartida, o relativo obscurecimento da sociedade civil [...] deixando de ser o foco central da análise tem tido sua apreensão "filtrada" pelas estratégias do Estado e das ações dos governos via políticas sociais, voltadas em especial para o conjunto dos trabalhadores [...] a tônica da análise do processo de pauperização tem sido desfocada de sua produção e das formas que assume, pelo interesse de apreender criticamente as ações governamentais ante o fenômeno da pobreza (IAMAMOTO, 2000, p. 240-241).

Compreender-se enquanto profissão que atua apenas na esfera da distribuição, e se constitui a partir das políticas sociais e dos padrões de proteção social, corre o risco de compreender estes como respostas efetivas por parte do Estado negando, que este é um Estado de Classes. Não consideram que estas respostas estão permeadas de contradições e conflitos, sendo parte de um programa de reformas que visa preservar a propriedade privada dos meios de produção, combatendo as manifestações da questão social, sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa que a sustenta (NETTO, 2009).

Os profissionais assistentes sociais atuam na questão social por meios das políticas públicas, ou seja, atuam sob as expressões da questão social, mas não são meros executores destas políticas de Estado. Não se trata, portanto, de estabelecer prontamente um trabalho com foco a qualificá-las e efetivá-las sem antes estabelecer uma profunda análise, de forma a desvelar a questão social enquanto matéria prima de trabalho. A profissão do Serviço Social não se esgota na política social, a necessidade histórica qual dá origem a profissão tem base na questão social, ou seja, a questão social é o elemento central entre a profissão e a realidade e não a política social, esta é apenas uma mediação na resposta do Estado as expressões do conflito de classes.

Sendo assim, a questão social que se constitui como eixo estruturante da formação e do trabalho profissional é objeto de rigoroso tratamento teórico, histórico e metodológico e é balizada na discussão da reforma curricular a partir de dois pressupostos (ABESS/CEDEPSS, 1995): o primeiro pautado pela compreensão de que as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social, o qual é âmbito privilegiado da intervenção do serviço social. O segundo, considerando que as análises sobre as mudanças imprimidas no mundo do trabalho e na reforma do Estado, partem da ofensiva do grande capital e do processo de fragilização das classes trabalhadoras.

É, portanto, necessário tomar o trabalho profissional a partir da esfera da produção, do modo como se apresenta a partir do conflito de classe em sua expressão como questão social. Conscientes que o Estado, em seu modelo Capitalista, responde à questão social de forma a sua manutenção.

Nessa perspectiva conservadora de trabalho profissional, o assistente social é reconhecido como um executor terminal das políticas públicas os quais operam e gestam programas e projetos reproduzindo as determinações estabelecidas pelo Estado (TORRES; LANZA, 2013). Não raro, são reconhecidos como um braço do Estado, ou até mesmo, o próprio Estado negando sua identidade profissional e sua condição de classe trabalhadora inserida na divisão social e técnica do trabalho.

A concepção de que o trabalho do assistente social se reduz a execução de ações pré-estabelecidas pelo Estado, evidencia seu caráter burocrático conforme discussão de Araújo Filho (2014) identificando os assistentes sociais entre os ‘burocratas na linha de frente do Estado’, responsáveis por demandas relacionadas ao controle social da população. Para o autor, estes profissionais estabelecem uma ‘burocracia do nível de rua’, não apenas por estarem na linha de frente, mas no último nível da execução das políticas públicas, alocados em “um nível essencialmente problemático da burocracia” (ARAÚJO FILHO, 2014, p. 48). Neste espaço, ao mesmo tempo em que sofrem pressão institucional e são cobrados de suas organizações pelo sucesso destas ações de controle, estes profissionais são igualmente cobrados pela população alvo destas políticas por representarem uma das principais interfaces do Estado (ARAÚJO FILHO, 2014).

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.16).

O projeto de formação profissional que se constitui a partir das DNC da ABEPSS é balizado pela premissa de que “o significado sócio-histórico e ídeo-político do Serviço Social, está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado, em face das sequelas da questão social. ” (ABEPSS/CEDEPSS, 1995, p.154). Neste sentido, o assistente social enquanto profissional assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho, ao “transmitir os esforços de uma política para os cidadãos” (ARAÚJO FILHO, 2014, p.48), medeia aspectos do relacionamento entre estes e demonstram por meio de seu trabalho do que se trata determinada política pública

(ARAÚJO FILHO, 2014). Neste aspecto, ao serem identificados como ‘burocratas do nível de rua’, em decorrência da natureza contraditória de sua inserção neste mercado de trabalho, recai ao assistente social o desafio de no usufruto de sua relativa autonomia, conseguir transformar o poder discricionário da burocracia em benefício ao projeto ético político da profissão, ou seja, em favor da classe trabalhadora, da população usuária daquela política, revelando o conflito de classe inerente a essa relação.

A relativa autonomia é, portanto, condição para que o Assistente Social não se conforme a burocracia, à contradição intrínseca à própria atuação, mas se utilize dela e das condições a ela inerentes para enquanto representação do Estado, optar pelos benefícios a Classe Trabalhadora.

[...] a autonomia relativa construída no serviço social, que permite aos sujeitos profissionais romperem com visões deterministas e/ou voluntaristas para se apropriar da dinâmica contraditória dos espaços institucionais e poderem formular estratégias individuais e coletivas que escapem da reprodução acrítica das requisições do poder institucional (RAICHELIS; DAMARES; ALBUQUERQUE, 2019, p.35-36)

Compreender, portanto, a relativa autonomia não apenas como um campo de limites institucionais postos a profissão em decorrência de seu caráter contraditório, mas um campo de estratégias e possibilidades que direcionadas em benefício da classe trabalhadora driblam o limite burocrático e rompem o caráter de mera execução terminal das políticas públicas. Conformando assim um trabalho com claro posicionamento político e ideológico, ciente do seu significado social na produção e reprodução das relações sociais.

Essa compreensão do significado social do exercício profissional, do serviço social como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, o qual se constitui a partir das condições e relações nas quais ele se inscreve (ABESS/CEDEPSS, 1995) também foi parte da trajetória das discussões sobre a formação profissional a partir da revisão do currículo de 1982. Estabelecendo desta mesma forma para a formação, o pressuposto da compreensão da prática como trabalho e reconhecimento dos elementos constitutivos do processo de trabalho, tendo a questão social como matéria prima do mesmo (ABESS/CEDEPSS, 1995).

Nesta mesma trajetória de construção de uma proposta de formação, a necessidade de estabelecer a relação entre conhecimento/profissão/realidade tendo a pesquisa como principal via para superar a dicotomia entre a teoria e a prática em uma apreensão teórico-metodológica e histórica que permita apreender o processo social como totalidade (ABESS/CEDEPSS, 1995). Uma clássica expressão que denota a dicotomia entre teoria

e prática e a não compreensão da relação entre formação e trabalho profissional pode ser observado no propagado senso comum de que “na prática a teoria é outra”. Essa cisão entre teoria e prática remete a uma pseudo compreensão de que é na vida profissional, na atuação profissional que o assistente social “aprende a ser assistente social”. Esta concepção demarca um significativo problema de formação e fundamentação, pois nada mais contraditório ao pensamento em Marx do que dissociar o concreto real do concreto pensado, mas, sobretudo, a ausência de ter a pesquisa como parte do processo formativo de forma a apreender o processo social como totalidade sem (re)cair nas concepções positivistas e conservadoras que retroalimentam a naturalização e moralização da questão social a distanciando da teoria.

A pesquisa das situações concretas é o caminho para a identificação das mediações históricas necessárias à superação da defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade e os fenômenos singulares com os quais se defronta o profissional no mercado de trabalho. Aliás, a principal via para superar a reconhecida dicotomia entre teoria e prática, requalificando a ação profissional e preservando a sua legitimidade (ABESS/CEDEPSS, 1995, p. 152).

Sendo impossível dissociar formação e trabalho profissional, a pesquisa que aqui se pauta, não se refere apenas ao campo acadêmico e a pesquisa científica realizada nos espaços educacionais por excelência, mas se refere, sobretudo e, especialmente, a competências e posicionamento investigativo que o profissional precisa desenvolver para a sua atuação profissional, no seu cotidiano, ou seja, se trata de falar sobre a articulação ensino, pesquisa e extensão, no seio de uma formação crítica, que formar um/a profissional investigativo/a e propositivo/a (BEHRING, 2012).

Se estabelece assim, enquanto pressupostos ao processo de revisão, a compreensão quanto à questão social enquanto centralidade do trabalho profissional, afim de apreender as particularidades das demandas e respostas profissionais na dinâmica da realidade. A relação entre profissão e realidade sob a ótica da produção e reprodução das relações sociais, é o âmbito privilegiado da intervenção profissional. E a dimensão contraditória das demandas do serviço social e das possibilidades inscritas na dinâmica do processo social também necessita ser considerada no debate da gestão como competência profissional.

Estes pressupostos, tendo base no pensamento crítico-dialético na compreensão ontológica do trabalho reescrevem a profissão nas DNC da ABEPSS no que se refere ao seu entendimento enquanto trabalho especializado, assalariado, com significado social historicamente vinculado as relações sociais, ao Estado e com a questão social. Da prática como trabalho e do Mercado como mediação do trabalho profissional, exigindo direção

social à profissão como forma de ressignificar as demandas contraditórias (IAMAMOTO, 2000).

A proposta de formação que se consolida a partir da revisão do currículo de 1982 e dá base para as DNC da ABEPSS de 1996, estabelece importantes diretrizes e metas. Afirma a necessidade de garantir uma formação profissional que promova e desenvolva a capacitação investigativa, teórica, ético-política e técnica que permita estabelecer mediações, apreender demandas e formular respostas no enfrentamento da questão social, compreendendo a prática como uma forma de trabalho (ABESS/CEDEPSS, 1995). Uma formação que possibilite aos profissionais assistentes sociais o desenvolvimento destas competências os coloca mais aptos e preparados a não incorrer no imediatismo, no pragmatismo e no tecnicismo presentes no conservadorismo histórico da profissão e alimentado pelo sistema capitalista.

Entretanto, exercer uma capacidade investigativa que permita estabelecer mediações, apreender demandas e constituir respostas no enfrentamento a questão social exige rigor teórico, histórico e metodológico para a compreensão da realidade social e de sua totalidade a partir da teoria social crítica. Coloca-se, portanto, enquanto diretriz à formação, a exigência de que a teoria social crítica de Marx seja o caminho para a apreensão do singular como expressão da totalidade social.

Ainda, a superação do ensino fragmentado e pela abordagem tricotômica entre história, teoria e método na formação e no trabalho profissional, assegurando a compreensão de que a profissão não é fundada em disciplinas ou teorias, mas no movimento histórico-concreto da realidade social (ABESS/CEDEPSS). A indissociabilidade entre história, teoria e método, constitui, portanto, os pressupostos que perpassam todo o processo formativo, exigindo a adoção da teoria social crítica e do método crítico dialético, de forma a permitir a apreensão do singular como expressão da totalidade social, destacando-se a importância na categoria totalidade e mediação na análise da profissão em suas múltiplas determinações na realidade brasileira.

A superação da abordagem fragmentada entre história teoria e método é ainda desafio central para a garantia de uma formação profissional que dialogue com seus fundamentos em uma perspectiva crítica. Não raro observa-se que a formação profissional, ao não colocar o serviço social “como eixo estruturante na engrenagem que movimenta os conteúdos dos núcleos de fundamentação (GUERRA, 2019, p.29), passa a ser compreendida como um conjunto de disciplinas e matérias a partir das áreas das ciências sociais, economia, psicologia. Esse modo de ensino é capaz de formar

profissionais com consistente perfil teórico-político, mas sem condições de intervir criticamente na realidade (GUERRA, 2019).

São, portanto, os núcleos de fundamentação em sua unidade articulada que permitem compreender, situar e decifrar o Serviço Social na dinâmica sócio histórica compreendendo as determinações do trabalho profissional (ABESS/CEDEPSS, 1995). Estes núcleos aportam um conjunto de conteúdo, que, quando articulados em relação de unidade, expressam diferentes níveis de abstração os quais são base à formação e exercício profissional.

É determinante nesse processo de compreensão dos Núcleos de Fundamentação que estes não se configuram como um conjunto de matérias e conteúdos com autonomia entre si. Sem estarem em sua unidade articulada os Núcleos de Fundamentação não descrevem a realidade em sua totalidade, nem se configuram como fundamentos da profissão (TEIXEIRA, 2019). Os Núcleos tratam de níveis distintos de abstração e requerem articulação para se conformarem como fundamentos (TEIXEIRA, 2019).

Essa lógica de nucleação, portanto, de um conjunto de conhecimentos indissociáveis entre si, onde cada um representa em si mesmo uma totalidade complexa, mas que só podem se configuram enquanto fundamentos quando articulados, tratados de forma orgânica. É direcionamento de base para a elaboração dos Planos Políticos Pedagógicos dos cursos de serviço social, para dar direção social a formação e estruturar os conteúdos dos componentes curriculares (TEIXEIRA, 2019).

A não compreensão desta questão pode incorrer em compartimentação e fragmentação reforçando tendências já superadas na revisão do currículo de 1982 no que tange a tricotomia entre história, teoria e método, quando as disciplinas se organizavam em história do serviço social, teoria do serviço social e metodologias do serviço social. Entretanto, para Teixeira (2019, p.86), não cair nesta fragmentação requer a importante compreensão de que história, teoria e método não se transformaram em matéria de Fundamentos Históricos e Teóricos-Metodológicos do serviço social, “mas que História, Teoria e Metodologia como unidade articulada expressa toda a lógica de construção das diretrizes curriculares da ABEPSS”.

A compreensão de como conformar essa unidade articulada e estabelecer um conjunto de conhecimentos indissociáveis entre si na organização dos currículos e planos das disciplinas é o que parece ser o desafio posto a formação e a profissão em sua atualidade. Esse desafio conforme já trabalhado no tópico anterior, aprofunda-se em um contexto de mercantilização, desmonte e flexibilização da educação brasileira e em

especial a educação superior, acirrando a disputa entre projetos profissionais e de sociedade. Os desafios dizem, sobretudo, das alterações realizadas pelo MEC esvaziando conteúdos de extrema relevância a compreensão dos núcleos de fundamentação.

Conforme quadro comparativo no apêndice A deste projeto, podemos identificar as três versões das Diretrizes e seu processo de esvaziamento desde as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999 e nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviços Sociais aprovadas pelo MEC em 2002.

Quando as Diretrizes de 1996 são reorganizadas pela comissão de especialistas em 1999 para envio ao MEC as mesmas não são alteradas em sua essência, pois observa-se o esforço em manter uma linguagem conceitual que ainda direciona o documento em uma perspectiva crítica e dialética sustentando o projeto ético e político do serviço social e, ainda, superando terminologias equivocadas, como a de Processo de Trabalho de Serviço Social. Contudo, quanto à análise das Diretrizes do MEC de 2002, em comparação as DNC da ABEPSS (1996/1999), observa-se que o esvaziamento conceitual já analisado por muitos autores é visualmente perceptível a partir do enxugamento textual de um documento de 27 páginas (DNC da ABEPSS) para uma versão de 3 páginas (DCN MEC). Esse fenômeno é expressão do furto teórico e conceitual que foi imposto, mas também revela uma tendência característica do conservadorismo de impor pragmatismo e objetividade em detrimento a processos que exigem maior profundidade e densidade, como especialmente compreender e responder à questão social.

A ausência de conteúdo mais amplo dos núcleos de fundamentação e supressão das matérias e/ou tópicos de estudos repercute em orientações frágeis e insipientes para se pensar a conformação de currículos de toda uma formação profissional. Em contraponto, sabe-se que a intencionalidade desse esvaziamento do conteúdo crítico da profissão, para além de inviabilizar a consolidação de um projeto ético e político é permitir o ecletismo e a conformação de outros projetos profissionais que dialoguem mais facilmente com as demandas do capital. No que se refere a formação para a gestão como competência profissional, é imprescindível ter a consciência das consequências dessa desconfiguração provocadas pelo MEC nas Diretrizes Curriculares da profissão. É com base nesse analisador que partimos para discutir e compreender os desafios históricos e atuais para a formação e o trabalho profissional em gestão a partir da análise dos planos das disciplinas.

Ter o materialismo histórico dialético como base de sustentação da fundamentação da formação profissional é assumir a necessidade de conformação de um currículo de extrema densidade, profundidade e complexidade analítica. Contudo, essa assimilação é reveladora não apenas da teoria social em si, mas, sobretudo, de práticas e métodos que direcionam concretamente o trabalho profissional. Outro ponto passível de exemplificação é perceber que nas DNC do MEC o conceito de ser social não está amparado aos demais conceitos de totalidade, historicidade e contradição. A compreensão de ser social tomada isoladamente e sem luz teórica clara pode facilmente cair em uma perspectiva positivista de ser e de sociedade, especialmente porque a ruptura com o conservadorismo na profissão é parte da sua constituição.

Uma formação para a gestão com base em uma ausência de compreensão crítica do ser social, de sua constituição histórica e ao não relacionar o trabalho como eixo central do processo de reprodução da vida social, com interferência nos valores, cultura, na sociabilidade e na liberdade dos indivíduos, por certo conformará perspectivas de gestão mercadológicas por negar o conflito de classes entre empregado e empregador, setor público e setor privado, entre tantas outras expressões que se revelam facilmente no trabalho em gestão, que necessitam ser analisadas dialeticamente. Inevitavelmente, a gestão que se pretende ser participativa e democrática estará assentada com base em conceitos de base marxistas. Não é possível pensar processos de trabalho contra hegemônicos ao capital se não a partir do diálogo com o materialismo histórico e dialético.

Assim, portanto, as DNC do MEC tornam-se neste trabalho de pesquisa parte estruturante no pano de fundo que nos permitirá compreender e identificar os diferentes projetos profissionais entre as diferentes IES. Contudo, são as DNC da ABEPSS, a partir da sua amplitude de conteúdos direcionados através de componentes curriculares, de sua amplitude didático-pedagógica e uma lógica curricular que se expressa de forma inovadora ao romper com a fragmentação do processo de ensino aprendizagem (ABEPSS/CEDEPSS, 1996); que irá nos permitir vislumbrar uma proposta de estruturação de formação para a gestão enquanto competência.

Avançando na discussão sobre a compreensão de competências, a qual será aprofundada no próximo capítulo, trazemos aqui, ainda com base no comparativo traçado entre as três versões das Diretrizes e seu processo de esvaziamento desde as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999 e nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviços Sociais

aprovadas pelo MEC em 2002, conforme quadro comparativo no apêndice A deste projeto.

O documento das Diretrizes aprovadas pelo MEC em 2001 apresenta competências e habilidades que devem ser desenvolvidas na formação profissional e viabilizadas pelo ensino acadêmico sendo consideradas pelas instituições de ensino na elaboração de seus projetos pedagógicos, currículos acadêmicos e planos das disciplinas. A apresentação das competências e habilidades gerais, se negado o seu processo histórico de constituição, demonstram dialogar com os núcleos de fundamentação, ao referir que:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e éticopolítica, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; utilização dos recursos da informática.

Ao saber, contudo do processo de esvaziamento dos conceitos e conteúdo de base no materialismo histórico e dialético, especialmente que o perfil profissional generalista crítico estes foram substituídos pela “utilização dos recursos de informática”, a análise se amplia e compreende que as competências e habilidades deveriam estar mais objetivamente direcionadas a dizer de que perfil profissional e de que práticas se almeja a partir da formação profissional. Quanto às competências e habilidades específicas as Diretrizes aprovadas pelo MEC em 2002 apresentam:

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

Tais competências e habilidades descrevem o trabalho profissional, especialmente em sua perspectiva teórico-metodológica. No entanto, por seu caráter prático não são suficientes para descrever as competências profissionais, necessitando que sua compreensão e apreensão prática esteja ligada a lógica articulada dos núcleos de fundamentação. Pois competências são, sobretudo resultado do processo de assimilação e introjeção dos valores éticos e políticos da profissão através dos aparatos teórico-metodológicos e éticos-políticos que garantem direção social e clareza quanto a finalidade das ações profissionais, as quais se efetivam através de competências que são capazes de

propor respostas à questão social (PRATES; CLOSS, 2015). Neste sentido, para que o assistente social não restrinja seu trabalho e formação a competências meramente técnico-operativas, as quais são direcionadas pelo mercado de trabalho (PRATES; CLOSS, 2015) a discussão sobre competência profissional necessita estar vinculada a análise dos diferentes projetos profissionais presentes nas diferentes diretrizes que conformam a formação profissional.

Essa compreensão e orientação de que é por meio da formação e capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que se conformam competências e habilidades profissionais está descrita no item 2.2 das DNC da ABEPSS:

Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.

Neste sentido, são apresentadas a necessidade de assimilações, apreensões e compreensões que possibilitarão aos assistentes sociais estabelecerem competências e habilidades condizentes com o projeto ético e político sem recair na lógica pragmática do que vêm são competências profissionais.

No mesmo documento das DNC da ABEPSS de 1996 encontramos a importante compreensão quanto à proposição de matérias básicas e a distinção de que estas não são disciplinas. “As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares” (BRASIL, 1996, p.15). No mesmo item, ao descrever matérias básicas essenciais apresentam “administração e planejamento em serviço social” elucidando a compreensão da gestão enquanto competência:

Administração e Planejamento em Serviço Social: As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

Observa-se, porém, que embora o tópico descreva conteúdos relacionados ao trabalho em gestão, utiliza termos como ‘Administração’, e até mesmo ‘modelos

gerenciais' quando se refere à organização do trabalho. Não faz referência a uma gestão democrática ou a conteúdos que descrevam a gestão a partir de conceitos de base crítico dialética dialogando com uma gestão que se identifique ao projeto ético e político do serviço social. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares parecem anunciar tendências do que pode vir a ser uma das questões que dificultam a assimilação da gestão enquanto competência profissional, ao mesmo tempo em que reforçam a tendência a vincular o termo gestão a administração, questões que serão aprofundadas ao longo da investigação, considerando que embora haja limitação na definição da referida matéria sua articulação aos núcleos de fundamentação lhe garante a direção social crítica do projeto formativo.

3. GESTÃO COMO COMPETÊNCIA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: ENSINO, CONCEPÇÕES E DESAFIOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Neste terceiro capítulo, apresentaremos a análise realizada a partir da coleta de dados referente a pesquisa bibliográfica realizada ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da análise documental a partir dos planos das disciplinas de gestão das IESs da amostra. A partir da leitura e análise desses dados, buscaremos descrever e responder de que gestão e de quais competências estamos falando quando estamos no campo de trabalho profissional dos assistentes sociais.

Em um primeiro momento, a partir das produções da área, identificadas a partir de pesquisa bibliográfica conforme apresentaremos na sequência, buscaremos identificar como a gestão, como uma competência profissional, é tratada, compreendida e pesquisada nestas obras. E, identificar ainda, de que forma o resultado destes estudos tem dialogado com o trabalho e a formação profissional. Em um segundo momento, a partir da análise documental aos planos das disciplinas de gestão buscaremos identificar e responder como a Formação, para a gestão como competência profissional, nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Sul tem se conformado.

Do percurso realizado até este capítulo, construímos as bases de compreensão que as competências de gestão observadas neste estudo se alicerçam no movimento de ruptura com o conservadorismo profissional na década de 1980. Somente partindo da compreensão da construção do projeto ético político profissional que se conformou com base no pensamento de Marx, é possível assegurar competências para a gestão que estejam em acordo com o projeto ético e político da profissão, amparadas nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996. São as competências construídas com base nesta sustentação sócio histórica, teórico-metodológica, ética-política que são capazes de superar as tendências conservadoras do funcionalismo, pragmatismo, do tarefismo, do espontaneísmo na profissão.

3.1 Gestão como competência profissional em Serviço Social: De qual gestão e competências estamos falando? Uma análise a partir de pesquisa bibliográfica.

Na busca de responder como o tema da gestão, enquanto competência profissional, vem sendo estudado pela categoria, e reconhecendo a importância do rigor científico inerente aos processos de investigação, logo no início deste percurso de estudo

realizou-se pesquisa bibliográfica, a partir do Banco de Dados da CAPES, a fim de verificar produções anteriores que tenham trabalhado o tema da gestão enquanto competência profissional em serviço social.

Para tanto, tendo como referência o Banco de Dissertações e Teses da CAPES, utilizou-se os seguintes critérios no procedimento da investigação: delimitou-se como descritor inicial *Gestão*, sendo na sequência filtrados os resultados por teses de doutorado e dissertações de mestrado. A segunda etapa filtrou por área de conhecimento do serviço social, seguida pela seleção de produções dos últimos cinco anos, de 2015 a 2019, o que resultou em 417 produções (128 Teses e 289 Dissertações). As 417 produções foram analisadas a partir de seus títulos e subtítulos selecionando-se as que apresentaram as terminologias *Serviço Social* e/ou *Assistente Social* resultando em 59 produções (17 Teses e 42 Dissertações). A partir destas se procedeu com a leitura de seus resumos, e identificação dos descritores *Formação Profissional* e *Ensino Profissional* o que resultou em 9 teses de doutorado e 10 dissertações de mestrado, conforme sistematização nos quadros a seguir.

Quadro 1: Pesquisa bibliográfica – Teses

AUTOR	ANO	TÍTULO	PPG
Nalesso, Ana Patrícia Pires	2015	Política social sob as lentes do serviço social: análise dos elementos estruturantes	Universidade Estadual De Londrina
Campos, Eliane Christine Santos De	2015	A gestão no exercício profissional do assistente social: um estudo a partir de demandas profissionais emergentes	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
Haanwinckel, Barbara Zilli	2017	Serviço social na gestão da extensão universitária: caminhos percorridos em instituições públicas de educação superior brasileiras	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
Oliveira, Michele Ribeiro De	2019	Configurações do serviço social no contexto de interiorização do mercado de trabalho profissional na região de Iguatu - CE	Universidade Federal De Pernambuco
Scandola, Estela Marcia Rondina	2016	Fundamentos Ideopolíticos dos Planos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Portugal e do Brasil à Luz do Serviço Social	Universidade Federal De Pernambuco
Keller, Suellen Bezerra Alves	2019	A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao serviço social	Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul
Moraes, Carlos Antônio De Souza	2016	O serviço social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
Costa, Marcia De Assis	2016	Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo

Fagundes, Marines Coral	2016	As contradições e tendências do processo de expansão e interiorização da universidade federal de alagoas e seus rebatimentos no curso de serviço social de palmeira dos índios.	Universidade Federal De Pernambuco
-------------------------	------	---	------------------------------------

Fonte: Sistematização da autora com base no banco de dissertações e teses da CAPES.

Quadro 2: Pesquisa bibliográfica – Dissertações

AUTOR	ANO	TÍTULO	PPG
Martins, Tatiane Agostinho	2016	O trabalho do assistente social na assistência estudantil: a prática profissional frente a realidade da universidade tecnológica federal do paraná'	Universidade Estadual De Londrina
Tristão, Vivian De Almeida Costa	2016	A formação profissional dos assistentes sociais na saúde e sua articulação com o projeto ético-político pedagógico do serviço social: um debate necessário'	Universidade Federal De Juiz De Fora
Santos, Evaneide Lima Dos	2016	A autoimagem produzida pelos assistentes sociais que desenvolvem atividades de gestão nas unidades de saúde da família – USF do município de Aracaju/SE	Fundação Universidade Federal De Sergipe
Benevides, Geis De Oliveira	2017	Gestão e serviço social: desafios teórico-práticos para a formação e trabalho profissional.	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho
Santos, Luciana Vieira Dos	2019	Assistência estudantil e serviço social: a atuação dos assistentes sociais nos CAMPI do IFAM em Manaus	Universidade Federal Do Amazonas
Silva, Maria Angélica Pedrosa De Lima	2019	A centralidade da família na formação em serviço social nos anos 40 em Pernambuco.	Universidade Federal De Pernambuco
Rodrigues, Rosilene Maria	2015	Serviço social e educação: uma aproximação a partir do estado da arte'	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho
Goncalves, Geovane Martins	2016	Reconstrução histórico crítica do conselho regional de serviço social - CRESS 6ª região - seccional de juiz de fora: análise dos processos históricos do serviço social brasileiro'	Universidade Federal De Juiz De Fora
Gomes, Greice Kelly Costa	2018	Contribuições do serviço social à defesa do direito à moradia no Brasil: expressões e desafios particulares em são luís (MA)	Universidade Federal Do Maranhão
Eleuterio, Jana Alencar.	2017	Movimentos sociais do campo e universidade: a experiência do MST na construção do curso de serviço social da terra na UECE.	Universidade Estadual Do Ceará

Fonte: Sistematização da autora com base no banco de dissertações e teses da CAPES.

Após a leitura de seus resumos, e identificação das 9 teses de doutorado e 10 dissertações de mestrado com os descritores *Formação Profissional* e *Ensino Profissional*, procedeu-se com o acesso às produções a fim de ampliar a leitura e reconhecer o percurso das investigações. Verificou-se que, quanto às Teses, 7 abordam a

Formação Profissional e o Ensino Profissional e apenas 2 tratam mais diretamente a gestão no exercício profissional, a saber: *A gestão no exercício profissional do assistente social: um estudo a partir de demandas profissionais emergentes* e *Serviço Social na gestão da extensão universitária: caminhos percorridos em instituições públicas de educação superior brasileiras*. Quanto às dissertações, 8 abordam a perspectiva da Formação Profissional e o Ensino Profissional e apenas 2 mais diretamente a gestão no exercício profissional, sendo: *A autoimagem produzida pelos assistentes sociais que desenvolvem atividades de gestão nas unidades de saúde da família – USF do município de Aracaju/SE* e *Gestão e Serviço Social: desafios teórico-práticos para a formação e trabalho profissional*.

Considerando que a metodologia de pesquisa bibliográfica a partir de consulta ao Banco de Dados da CAPES deu-se pela busca dos descritores Gestão, seguido por Formação Profissional e Ensino Profissional, os 19 trabalhos apresentaram em diferentes medidas foco nestes mesmos temas. Contudo, apenas 4 trabalhos (2 Teses e 2 Dissertações) pesquisaram diretamente a Gestão na área do serviço social e abordam, em diferentes medidas, o tema de forma articulada com o ensino e a formação acadêmica, nos permitindo ter uma compreensão quanto a lógica do estudo das competências e o conceito de gestão trabalhado a partir das produções da área. A tabela a seguir demonstra estes achados, sendo as produções que serão consideradas para a análise acerca da compreensão da gestão enquanto competência:

Quadro 3: Pesquisa bibliográfica – Dissertações e Teses _

AUTOR	ANO	TÍTULO	PPG
Campos, Eliane Christine Santos De	2015	A gestão no exercício profissional do assistente social: um estudo a partir de demandas profissionais emergentes	Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
Haanwinckel, Barbara Zilli	2017	Serviço social na gestão da extensão universitária: caminhos percorridos em instituições públicas de educação superior brasileiras	Universidade Federal Do Rio De Janeiro
Santos, Evaneide Lima Dos	2016	A autoimagem produzida pelos assistentes sociais que desenvolvem atividades de gestão nas unidades de saúde da família – USF do município de Aracaju/SE	Fundação Universidade Federal De Sergipe
Benevides, Geis De Oliveira	2017	Gestão e serviço social: desafios teórico-práticos para a formação e trabalho profissional.	Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho

Fonte: Sistematização da autora com base no banco de dissertações e teses da CAPES.

A partir destes achados de pesquisa, foi possível observar que há um número reduzido de produções da área que versam sobre gestão. Considerando ainda o estudo da gestão enquanto competência profissional com base na formação e no ensino profissional esse número diminui significativamente. Destaca-se que a totalidade dos trabalhos analisados na pesquisa bibliográfica e agora utilizados como referencial teórico, descrevem em seu estudo este mesmo dado quanto a escassez de produções sobre gestão e serviço social. E, a partir da nossa análise, compreendemos que mesmo os trabalhos aqui referenciados fazem essa compreensão de maneira um tanto desassociada, pois falam de trabalho profissional na gestão, contudo, sem discutir de forma articulada a formação profissional, ou se a fazem, discutem a formação sem associar as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Nesta amostragem final, correspondente aos quatro trabalhos acadêmicos conforme tabela anterior, verificou-se em destaque, a existência de uma dissertação de mestrado que possui proposta de investigação correlata à deste estudo pondo em diálogo formação e trabalho profissional, com o título “*Gestão e Serviço Social: Desafios teórico-práticos para a formação e trabalho profissional*” de autoria de Geis de Oliveira Benevides. A autora investigou o processo de gestão do trabalho do assistente social por meio das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) situadas na Microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II. Sua pesquisa teve como problema investigar “como a gestão é trabalhada no processo de formação profissional? ”, para tanto, entrevistou discentes e docentes de três Unidades de Formação Acadêmicas da Microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II que oferecem curso de Serviço Social na modalidade presencial (BENEVIDES, 2017).

Para seu estudo a autora partiu do pressuposto de que muitos profissionais apresentam resistência em reconhecer a gestão no âmbito do trabalho do assistente social e que a origem dessa resistência poderia ter como base a compreensão e o entendimento sobre a gestão apreendidos no processo de formação profissional. Neste sentido, na compreensão da autora, a resistência em reconhecer e se apropriar da gestão no trabalho do assistente social no processo de graduação teria dois motivos: O desconhecimento que muitos profissionais apresentam sobre os objetivos de se estudar gestão no Serviço Social, fato esse que pode estar relacionado ao direcionamento atribuído à disciplina de Gestão nas faculdades particulares. E por questões ideológicas, uma vez que os profissionais que apresentam resistência em reconhecer a gestão no Serviço Social apreendem a atividade administrativa sob a perspectiva da área da Administração, compreendendo-a apenas

como instância e instrumento de reprodução das relações sociais capitalistas, entendendo a gestão somente a partir da perspectiva ideológica da dominação de classes (BENEVIDES, 2017).

Um breve resumo do resultado do estudo de Benevides aponta que:

Para o assistente social conseguir apreender a gestão como atividade inerente ao trabalho profissional, é necessário garantir, durante a formação profissional a compreensão crítica das perspectivas teóricas da gestão; a perspectiva de uma gestão democrática e emancipadora, cujos objetivos são alinhavados com os princípios e valores ratificados no projeto ético-político profissional. E a gestão ensinada na sociedade do capital, a qual o assistente social irá encontrar institucionalizada no seu espaço de trabalho da profissão, sendo, portanto, necessário fundamentação: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da gestão democrática para estabelecer processos de gestão comprometidos com o acesso e a ampliação dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, assim, rompendo com processos de gestão funcionalistas comprometidos com a reprodução do sistema capitalista de produção (BENEVIDES, 2017, p. 243).

O estudo de Benevides (2017), portanto, subsidia o que já posto neste trabalho, quanto a compreensão de que é o projeto ético e político profissional, sobretudo, seus fundamentos, que dão suporte as competências de gestão do assistente social. O presente trabalho de dissertação e o estudo de Benevides encontram semelhança quanto ao problema pesquisado, contudo, trazem uma significativa diferenciação, a qual é justamente apresentada pela autora Benevides nas análises finais de sua pesquisa:

[...] as muitas temáticas emergidas do estudo devem ser apreendidas e estudadas com a profundidade que a construção do conhecimento exige [...] principalmente sobre o processo de fundamentação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da gestão no serviço social, a partir das orientações propostas nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social da ABEPSS-1996, bem como, sobre a efetividade dos resultados da gestão no trabalho do assistente social (BENEVIDES, 2017, p. 244).

Os achados do estudo de Benevides, apontam, portanto para a necessidade de aprofundar a problemática em questão a partir dos Núcleos de Fundamentação tendo por base as DNC da ABEPSS. Essa importante conexão entre os estudos valida significativamente a forma como buscamos orientar e traçar o percurso de estudo que resulta nesta dissertação e o critério de, ao analisar a formação profissional, fixar as bases a partir das DNC da ABEPSS.

O trabalho de Santos (2016), ao pesquisar sobre a autoimagem dos assistentes sociais que desenvolvem atividades de gestão nas unidades de saúde da família no município de Aracaju/SE, já em suas considerações finais, igualmente aponta para o projeto ético e político como estruturante para a identidade profissional em gestão.

Os assistentes sociais que desempenham atividades no âmbito da gestão de USF, para que possam contribuir na defesa do projeto de Reforma Sanitária, se faz relevante assumir duas prerrogativas defendidas pela categoria em sua autoimagem profissional. A primeira é conhecer e/ou reconhecer o projeto hegemônico de sua categoria enquanto parâmetro de atuação, independentemente, da função que ocupa, a exemplo da gestão (SANTOS, 2016, PG. 103-104).

Campos (2015) analisa como as demandas profissionais emergentes, particularmente no âmbito da atuação em órgãos públicos municipais com a gestão de políticas sociais, configuram o exercício e a formação profissional do Assistente Social. E nos últimos parágrafos de suas considerações finais do seu estudo, analisa que:

A formação em Serviço Social não pode ser realizada com um mero manual, uma forte tendência quando se trabalha com a gestão de políticas sociais públicas, em função do excesso de determinações legais existentes na implementação de tais políticas. Isso é um problema e um dilema a ser enfrentado. Essa constatação aponta para a essencialidade da clareza e do aprofundamento dos conteúdos presentes nos projetos pedagógicos relacionados aos estudos da gestão. É essencial destacar que essa disciplina só terá solidez se articulada às demais disciplinas dos currículos, e se essa articulação for realizada dentro do referencial teórico-dialético-crítico (CAMPOS, 2015, p. 328).

Importante considerar que a identificação de que o projeto ético político profissional e a formação necessitam dialogar com o lugar da gestão surge nas análises finais dos trabalhos, como resultados identificados, mas não os antecede, tão pouco aparece na formulação dos problemas investigados pelos autores. Essa consideração não se refere a uma crítica as produções no que se refere a qualidade da análise e do estudo, mas a incidência de pôr-se a investigar a gestão desassociada da formação profissional. Ao mesmo tempo em que citam que a gestão se apresenta como um desafio em seu reconhecimento enquanto competência profissional, a problematizam, contudo, sem considerar que este dado pode referir-se a uma questão que requer análise a partir da formação profissional.

Identifica-se desta forma uma tendência nas pesquisas da área a tratarem da gestão, não necessariamente discutindo trabalho e formação profissional, tão pouco a gestão como competência profissional. Compreendemos que isso possa ocorrer, pois ainda há uma grande tendência da Pós-Graduação em Serviço Social dedicar-se mais aos fenômenos da questão social - suas múltiplas manifestações e ao estudo das políticas públicas - ocorrendo em menor proporção pesquisas que estudem o Serviço Social enquanto profissão, e as próprias expressões da questão social associadas ao trabalho profissional (PRATES; CLOSS; CARRARO, 2016).

Quando nos referimos ao trabalho em gestão, há ainda o desafio de conceber a gestão como competência profissional. Não raro, incorrendo em compreensões de que o profissional deixa de atuar como assistente social quando contratado¹¹, nomeado, destinado a trabalhar como gestor.

Esta hipótese da não compreensão e não identidade da gestão enquanto competência profissional dos assistentes sociais, presente na categoria e na formação profissional, é identificada e confirmada no estudo de Benevides (2017). A pesquisa foi realizada com uma amostra de discentes e docentes que estudam e ministram disciplinas de gestão em cursos de serviço social, e identificou que há por parte dos alunos questões ideológicas que permeiam a compreensão das finalidades da gestão no Serviço Social e interferem no reconhecimento da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social, pois estes concebem a administração puramente como instrumento e instância de reprodução das relações de dominação de classe no capitalismo. Ou ainda, os alunos reconhecem a importância da gestão no serviço social, mas não como competência e atribuição profissional, mas como uma especificidade dos administradores (BENEVIDES, 2017).

O estudo de Haanwinckel (2017) investigou a atuação do assistente social na gestão da extensão universitária, a partir das suas requisições institucionais e de suas competências profissionais. Os resultados da pesquisa referida não apresentam claramente uma leitura e análise acerca de como a identidade da gestão enquanto competência profissional dos assistentes sociais é percebida neste campo de trabalho. Contudo, descreveu elementos presentes ainda na fase exploratória da coleta de dados, que permitiram elementos para a reflexão. A autora refere que em um período inicial de mapeamento foi necessário lançar a pergunta quanto a existência de assistentes sociais no corpo técnico das pró-reitorias de extensão, ao passo que esse processo perdurou por grande parte da pesquisa de campo, por não ter obtido resposta à pergunta inicial em todas as instituições elencadas (HAANWINCKEL, 2017). A informação apresentada nos permite inferir sobre a confirmação da hipótese da não identidade do assistente social, ou de uma dissolução da mesma, quando ocupando o lócus da gestão.

Benevides (2017) analisa que o não reconhecimento da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social demonstra uma dificuldade de se trabalhar com

¹¹ Mais facilmente identificado nas contratações por regime CLT, onde a função, atribuição do cargo consta na carteira de trabalho profissional. Difere-se do caso de profissionais estatutários, concursados onde o vínculo permanece pela sua categoria, modificando-se apenas por cargos comissionados.

a categoria contradição, a qual é essencial aos fundamentos do Serviço Social, uma vez que é a base da própria compreensão da questão social, da categoria trabalho e do próprio significado social da profissão na (re) produção das relações sociais. Acrescentamos, a partir da consideração da autora, que a dificuldade de se trabalhar com a categoria contradição na compreensão da gestão enquanto trabalho do assistente social, anuncia uma deficiência da formação profissional quanto aos direcionamentos das DNC ABEPSS a partir da unidade articulada entre os núcleos de fundamentação e a compreensão dos fundamentos históricos, teórico e metodológicos do Serviço Social. Ao não compreender o próprio trabalho a partir do seu caráter contraditório tendo base no pensamento crítico e dialético, limitam-se as possibilidades de reconhecer estratégias de redirecionamento das próprias ações. Neste caso, enxergar a gestão, as demandas e técnicas de gerenciamento como oportunidade de contestar e romper padrões históricos culturais que conformam a gestão como um modo de operar do mercado.

Na cultura hegemônica do capital a gestão é concebida como ideologia que legitima uma abordagem instrumental, utilitarista e contábil das relações entre ser humano e a sociedade. O gerenciamento é uma tecnologia de poder, entre o capital e o trabalho, cuja finalidade é obter a adesão dos empregados às exigências da empresa (GAULEJAC, 2007). As evidências do estudo de Benevides (2017) expressam essa forma histórica de conceber a gestão. Quando alunos do curso de serviço social compreendem que a gestão em geral está a serviço do sistema capitalista e de processos de interesse do mercado, de expropriação do trabalhador, conformando-se de forma autoritária e totalitária, estão expressando um dado de realidade. Contudo, a gestão não é a ideologia em si, a gestão é um procedimento que podemos tomar como instrumental, estratégico, sendo, portanto, a ideologia e a intencionalidade a lhe darem formatação.

A gestão a ser exercida enquanto competência dos assistentes sociais precisa ser, portanto, sustentada nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos e no projeto ético e político da profissão com base nas DNC da ABEPSS. Uma gestão democrática, contra hegemônica ao modelo social do Mercado que prevê a exploração da mais valia. Uma gestão participativa que busca modificar a relação entre governantes e governados, gestores e trabalhadores (NOGUEIRA, 2011) estabelecendo relações mais dialógicas e horizontais.

Princípios como democracia e participação são intrínsecos ao código de ética profissional do serviço social. Ao assegurarem especialmente o reconhecimento da liberdade como valor ético central, o reconhecimento da autonomia dos indivíduos

sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo, a defesa da cidadania e da democracia (BRASIL, 1993), anunciam uma postura profissional que requer competências direcionadas a um modelo de gestão contra hegemônico ao modelo capitalista. Ainda, o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática, o respeito ao pluralismo e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (BRASIL, 1993) confirmam estes valores.

Os princípios éticos da profissão como podemos observar, apresentam importantes bases e direcionamentos para a compreensão da gestão enquanto competência profissional, ao mesmo tempo que a sua assimilação lhes dá materialidade. Conforme Iamamoto (2012) os princípios éticos ao serem assimilados no exercício profissional cotidiano, indicam um novo modo de operar o trabalho profissional e a efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. Uma gestão que se pautar nestes princípios e neste projeto ético e político, portanto, contrapõe-se ao modelo de Estado capitalista dominante e para tal questiona as formas de produção e de fruição da riqueza socialmente produzida e as respostas compensatórias e confirmatórias de Estado.

O projeto ético e político profissional é, sobretudo, o conjunto de conhecimentos, valores e normativas construídas pela categoria, e nestas conseguimos identificar a gestão como uma atividade inerente ao trabalho do assistente social, competência e atribuição profissional assegurada na Lei de Regulamentação da Profissão do Serviço Social - 8.662 de 7 de junho de 1993, em seu artigo 4º que dispõe:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - [\(Vetado\)](#); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços

sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 1993).

Observando o disposto no artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão é provável que termos como; elaborar, avaliar, coordenar, planejar, organizar e administrar, sejam facilmente compreendidos como competências de gestão. No entanto, quando consideramos que a gestão realizada pelo assistente social também se refere à gestão que é realizada sobre o próprio trabalho, inerente ao diagnóstico do real e ao planejamento da intervenção, passamos a compreender que todo artigo 4º da Lei de Regulamentação, assegura competências profissionais que instrumentalizam o assistente social para exercer a gestão.

Em seu sentido etimológico, competência profissional “diz respeito à capacidade de apreciar, decidir ou fazer alguma coisa, enquanto a atribuição é uma prerrogativa, privilégio, direito e poder de realizar algo” (IAMAMOTO, 2012, p. 37). As competências de gestão reconhecidas como atribuição privativa do assistente social são as descritas no artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão, as quais asseguram ações que se desenvolvem na área, matéria ou unidade do serviço social. A exemplo, a gestão e supervisão de setores de serviço social, a gestão de cursos de graduação e pós-graduação em serviço social, dos conselhos de categoria, entre outros.

Preservando o que é restrito e privativo da categoria, para além, as competências que subsidiam o assistente social para exercer a gestão, são diversas e não são exclusivas de sua categoria. Conforme nos aponta Souza Filho e Gurgel (2016), a gestão em sua ampla dimensão pública, privada, de programas, políticas, projetos ou organizações não é atribuição específica do assistente social, podendo ser ocupada por outras áreas profissionais. O que difere, portanto, é a concepção de gestão que deve ser empreendida pelo profissional. Neste caso, segundo os autores, “a relação entre gestão e o serviço social refere-se diretamente à subordinação da concepção de gestão ao Projeto ético-Político da profissão” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 10). Ou seja, uma gestão que, sobretudo seja participativa, democrática, contra hegemônica ao sistema capitalista e seus modelos de exploração do trabalho e do trabalhador.

Na mesma perspectiva de que competências profissionais, salvo as de direito privativo, não estão dadas a priori, Iamamoto (2012) refere que as competências profissionais são genéricas e não exclusivas de uma única especialidade profissional, sendo necessário que o conjunto de profissionais possam esclarecer a partir de sua

formação teórica, técnica e ético-política que competências são essas. A autora considera, portanto, que as competências profissionais se manifestam a partir do trabalho profissional realizado, tendo base em seus fundamentos e no projeto ético e político.

Ainda nesta linha de compreensão, importante trabalho realizado pelo CEFESS (2012), qual culminou com reconhecido material didático abordando as atribuições privativas dos assistentes sociais, ao propor um debate nacional acerca das competências profissionais e de suas atribuições privativas, partiu da premissa que as preocupações quanto ao tema “não deveriam centrar-se na revisão da lei, pois que dela não se depreende imperfeições, mas sim levar o debate para o campo do fazer profissional” (CEFESS, 2012, P. 21). Em um segundo momento, o mesmo percurso de estudo identificou que as dificuldades da categoria em discernir competências e atribuições profissionais decorrem das dificuldades relativas à identificação dos objetos das práticas profissionais, uma vez que as demandas do cotidiano de trabalho se compõem a partir de múltiplas manifestações da questão social (CEFESS, 2012).

Com base nas DNC da ABEPSS de 1996, compreendemos que a Questão Social se expressa de variadas formas, a partir de múltiplos fenômenos sociais, contudo, sua natureza possui uma mesma gênese. Essa compreensão é essencial e estrutura-se a partir de uma compreensão material e histórica, logo, determina uma compreensão e opção de projeto ético político profissional. A dificuldade, portanto, em discernir competências e atribuições profissionais em virtude da fragilidade de identificar o objeto da prática profissional, diante a diferentes demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho está centrada em dificuldades oriundas da formação profissional.

Lembremos a discussão já iniciada no segundo capítulo deste trabalho quanto a revisão das Diretrizes de 1982, no que se refere a relação entre pluralismo e hegemonia como uma articulação que respeite as diversidades e ao mesmo tempo, alimente-se delas (ABESS/CEDEPSS, 1995). O respeito democrático ao pluralismo profissional no cenário brasileiro qual se apresenta de forma contraditória, necessita ser um valor, contudo, o respeito a diversidade não deve permitir a banalização da disputa de projeto ético e político, especialmente quando esse se apresenta de forma incongruente. O ecletismo teórico presente em muitas formações profissionais da atualidade, para além de deturpar a compreensão de objeto de trabalho profissional, limita e impede a configuração e consolidação de competências profissionais mais claramente desenhadas quanto a sua posição ética e seu direcionamento político.

Guerra (2007) refere que uma profissão orientada por um projeto profissional crítico, embora não seja a garantia plena de efetividade, é o que possibilita a construção de perfis profissionais que conheçam suas competências e saibam imprimir qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente. Nesse sentido, entendemos que o que deve caracterizar a gestão enquanto uma competência profissional dos assistentes sociais precisa ser a base do projeto ético-político profissional e, especialmente, na compreensão da questão social como matéria profissional (IAMAMOTO, 2012). Do contrário, o assistente social pode até atuar na gestão de diversos espaços sócio-ocupacionais, mas a depender das bases ideológicas, teóricas e metodológicas do seu projeto profissional, não estará exercendo competências de gestão próprias de um serviço social crítico.

A partir do diálogo crítico que se estabeleceu na profissão com a busca por dar-lhe um estatuto científico e romper com as vertentes conservadoras da profissão e alcançar o que os autores contemporâneos da profissão chamam de “maturidade acadêmica e profissional do serviço social”, procurou-se definir novos parâmetros de competência profissional (SOUSA, 2008). Concepções trabalhadas por Yamamoto (2004) apresentam três dimensões que hoje constituem competências básicas ao trabalho profissional:

- Competência ético-política – orientação para romper a neutralidade, posicionamento político diante a realidade, clareza da direção social da sua prática a partir de valores éticos, morais, tendo no código ética profissional a base para sua postura profissional e opção pela classe trabalhadora.
- Competência teórico – metodológica: qualificação para decodificar a realidade social em suas dimensões políticas, econômicas e culturais para além do aparente, buscando apreender a essência das demandas que se apresentam. Rigor teórico e metodológico na busca por construir novas possibilidades profissionais.
- Competência técnico – operativa: necessidade de desenvolver e estabelecer um conjunto de habilidades técnicas que permitam o desenvolvimento de ações profissionais junto à população e as instituições, seja o Estado ou Organizações de forma a possibilitar dar respostas às instituições contratantes, como especialmente, respondendo a realidade que se apresenta.

A gestão realizada pelo profissional assistente social se sustenta nessa compreensão de competência, nestas dimensões teórico-metodológicas, éticas-políticas e técnico-operativas as quais são constitutivas e intrínsecas aos fundamentos da profissão, ao seu projeto ético e político (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016). Uma vez que estas

dimensões de competência profissional não podem ser tomadas de forma isolada, a dimensão técnico operativas, as estratégias de ação, necessitam, serem pensadas em conjunto a sua natureza ética e política, teórica e metodológica.

Neste sentido, com base em Iamamoto e demais autores citados, podemos conceber que, se pensarmos mais especificamente as competências de gestão do assistente social em uma perspectiva contra hegemônica ao modelo econômico capitalista, temos por referência um exercício de gestão democrática que é, sobretudo, ético e político demandando do profissional muito mais embasamento teórico e histórico do que puramente metodológico. A metodologia no trabalho do assistente social, especialmente o assistente social gestor, precisa nascer a partir do método. O caráter instrumental e metodológico nas ações de gestão é essencial, contudo, é resultado de uma postura e intencionalidade ética, política e ideológica que lhe precede. Os instrumentais estão a serviço da concretização da gestão. Neste sentido o método em Marx apresenta-se como instrumental intelectual, e não meramente operativo, direcionando o exercício das competências a serem exercidas¹².

O assistente social é um trabalhador intelectual, gestor de políticas sociais, que supervisiona, coordena, organiza, forma opinião, informa, estabelece protocolos, articula parcerias e redes, gerencia e monitora recursos, presta serviços. O Assistente Social é um trabalhador intelectual que promove consensos em favor de determinada coesão social e que, por outro lado, também pode colocar em questão o consenso, exercendo a crítica social no âmbito da gestão social, desfazendo o consenso (SILVA, 2013, p.218).

O método crítico, em seu movimento dialético, permite, portanto, que o assistente social não se conforme meramente como um profissional operativo, contudo, a partir de um trabalho intelectual que lhe requisita competência do pensar crítico, lhe permite operacionalizar, e materializar seu trabalho na realidade. A partir de uma atitude

¹² Romper a tendência tecnicista historicamente na profissão é um desafio diante de qualquer prática profissional, contudo, adentrando especificamente ao trabalho em gestão, faz-se necessário muito mais essa elucidação, pois é bastante atual, tanto nas instituições de Estado quando, nas Organizações sociais e privadas, o crescente uso de uma linguagem mercadológica de “inovar” os processos de gestão a partir de mecanismos empresariais e “tecnologias” que servem ao mesmo modelo tradicional de exploração do trabalho e do trabalhador. Entendemos que, muito mais do que desenvolver metodologias de gestão, o trabalho do assistente social na gestão requer competência técnico operativa, diante aos desafios que se apresentam em um campo contraditório, o qual necessita ser superado a partir de estratégias ancoradas em num sólido aparato teórico, ético e político. Essa perspectiva de ensino não está direcionada a construção do pensamento crítico e a compreensão da realidade social de forma ampla. Tem base em uma perceptiva tecnicista com foco na resolução de problemas de forma pragmática, sem permitir a reflexão. Não por acaso, observa-se que é próprio do marketing de venda deste mercado a ideia de formar líderes, gestores altamente capacitados a resolução de conflitos. Ganha espaço nessa cena, perspectivas altamente positivistas direcionadas ao ‘treinamento e desenvolvimento de pessoas’, a ‘inteligência emocional’ com ‘foco na produtividade’.

investigativa - fomento básico do exercício profissional que se refere ao movimento de desocultamento do real (FRAGA, 2010) - o trabalho em gestão realizado pelo assistente social não se alimenta apenas em sua perspectiva teórico crítica, mas, sobretudo, em sua natureza prática e metodológica.

Ao trazermos o método em Marx como estruturante para a construção das competências de gestão próprias da categoria do serviço social, adentramos a uma importante provocação de Campos (1998) a qual nos leva a refletir acerca dos desafios teóricos práticos postos a modelos de gestões participativas e democráticas em detrimento ao modelo Taylorista dominante. Campos (1998, p. 864) uma das principais referências na discussão da democratização dos espaços de saúde, refere em um de seus trabalhos que “se a Teoria Geral da Administração jamais pretendeu, de fato, democratizar Organizações; o marxismo, por seu turno, apesar das críticas à concentração de poder burocrático, político e econômico, nunca deu conta, na prática, da Democracia em Instituições”. Refere ainda que “algumas variantes do marxismo produziram, já como preparação ou desdobramento dos movimentos libertários dos anos sessenta, críticas à burocratização e à concentração de poder em instituições, nunca chegando, no entanto, a produzir, de maneira sistemática, Métodos e Técnicas organizacionais alternativos a lógica criada por Taylor”.

A importância de se ter em mente a crítica deste autor ganha notoriedade, pois Campos é uma grande referência em experiências práticas de gestão democrática¹³ em saúde, sendo sem dúvida alguma uma referência a formação profissional. Contudo, embora se compreenda a intenção do questionamento de Campos em relação ao alcance do na democratização de Instituições, discorda-se do autor ao afirmar que o marxismo não foi capaz de propor métodos e técnicas alternativos à lógica taylorista. Entendemos que o marxismo, como teoria social, abarca a análise crítica do Estado, da organização do trabalho, com vistas a superação da alienação, logo aporta elementos teórico-metodológicos e ético-políticos para os processos de gestão.

O que identificamos aqui, como sendo um limite a efetivação de um método do materialismo histórico de base a gestões democráticas nas instituições tem relação justamente com o conflito de classes inerente. A crítica de Campos (1998, p. 864) ao

¹³ Em sua formação acadêmica e no trabalho profissional em gestão, a autora deste trabalho aproximou-se e fez uso de produções de Gastão Campos. O que a levou ao reconhecimento da importância de suas ideias para o trabalho em gestões democráticas e participativas, mas, sobretudo, da necessidade de revisão dessa sua compreensão quanto ao marxismo.

referir que o marxismo, “apesar das críticas à concentração de poder burocrático, político e econômico, nunca deu conta, na prática, da democracia em Instituições” por certo é uma leitura parcial, limitada, ou ainda, que analisa certas experiências históricas.

Contudo, a provocação de Campos é importante e carece de observação e análise, pois pode ser expressão de um fenômeno que tem por base a busca por processos de trabalhos democráticos que não se efetivam e facilmente são corrompidos e cooptados pelas lógicas mercadológicas de gestão, o que não pode ser compreendido como limites do marxismo em si, mas das condições históricas de uma gestão democrática, na dinâmica atual do capitalismo. Compreender o método Marxista apenas como uma forma de interpretar a realidade e, especialmente, o sistema econômico pode incorrer em um grande equívoco de não tê-lo como um método prático, pois a práxis é central os mesmos, e com isso, sem muita possibilidade de interferência no contexto¹⁴. Netto (2011) cita ainda que Engels em carta de setembro de 1890 já advertia a essa deformação ao referir que “Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda” (MARX-ENGELS, *apud* NETTO, 2011 p. 103-104).

O que Marx nos apresenta é sobretudo elementos teórico críticos para um trabalho de investigação. O método de investigação, método dialético, indaga a realidade estabelecendo a relação entre universalidade e singularidade de forma a apreender as suas particularidades (SOUSA, 2008). A construção da atitude investigativa apreendida e executada a partir da perspectiva de Marx é diferenciada de todas as abordagens anteriores acerca da construção da realidade e rompe com abordagens funcionalistas e positivistas. Em Marx não é possível tomar a realidade como evidente, tomar os fatos em sua manifestação mais imediata. “Todo o pensamento de Marx está posto na perspectiva

¹⁴ Conforme aponta Netto (2011) o pensamento marxista sofreu deformações a partir de influências positivistas de pensadores da Segunda Internacional, organização socialista fundada em 1889 e neopositivistas no desenvolvimento ideológico da Terceira Internacional, organização comunista de 1919. O autor refere que destas influências restou uma representação simplista da obra marxiana: uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (o materialismo histórico). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e do materialismo histórico [...] Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação” do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do sistema político, das formas culturais, etc.” (NETTO, 2011, p. 12-13).

crítica, isto é, crítica no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso” (IANNI, 2011. p.399).

Diferentemente da abordagem funcionalista que não se propõe a explicar como a realidade funciona, mas, sim, a ajustar seu funcionamento (YAZBEK, 2009), para Marx a realidade é complexa e intrincada, apresenta múltiplas facetas e não se dá a conhecer imediatamente. Não é possível de ser desvelada em uma investigação empírica convencional, pois corre-se o risco de ficar apenas no superficial, na aparência. O aparente é apenas uma dimensão do real, mas não é a realidade, o que interessa a perspectiva crítica dialética é a visão crítica do real, a análise crítica da realidade. Portanto, para Marx, “explicar a realidade não é apenas descobrir os nexos que a constituem, mas sim ajudar a realidade se constituir”, uma vez que “o pensamento entra na constituição do real” (IANNI, 2011. p.397). Para o autor (p.398) a realidade na crítica dialética não se dá a conhecer se não pela “reflexão demorada, reiterada e obstinada” demorando-se sob o objeto desvelando o que não é visível, o que não está dado a priori.

Compreende-se, com base nos pressupostos desta pesquisa, que quando os assistentes sociais planejam o seu trabalho tendo por base o método crítico dialético a partir de uma análise integrada dos núcleos de fundamentação das DCN ABEPSS por natureza, estão atuando e exercendo competências de gestão. Seja a gestão do seu próprio trabalho nas demandas que diariamente lhes são apresentadas e carecem de profunda análise, compreensão, interpretação e estratégias de encaminhamentos e respostas, ou seja a gestão propriamente dita das políticas sociais, públicas, programas e projetos, na proteção social, pois partem da questão social, da análise da realidade concreta e encontram estratégias no percurso da operacionalização das políticas que não são tomadas como fim, mas como meio na perspectiva de garantia de direitos, desenvolvimento de processos educativos, organizativos da população usuária e trabalhadores. E reconhecendo o caráter contraditório da profissão e a sua inserção em políticas públicas e sociais que são respostas de um Estado de Classe, não tomam a política como fim, mas também as questionam, sugerem, qualificam e não as impõem de forma coercitiva sobre a vida da população que precisa lhe acessar.

A intervenção profissional, portanto, necessita estar atrelada a um trabalho de caráter investigativo, pois requer direção, reconhecimento, problematização e o desvelamento do objeto de sua ação profissional a partir de informações e análises consistentes. Isso exige um plano de intervenção, planejamento, intencionalidade, o que pressupõe pesquisa de dados de realidade quantitativos e qualitativos, investigação,

desvendamento e problematização da realidade social em seu movimento contraditório (FRAGA, 2010). A intervenção, portanto, ao contrário do que posto nos processos conservadores da profissão, é instância que se dá somente após a investigação, análise, interpretação e ao planejamento da intervenção.

Se a intervenção for tomada como instância primeira da ação e trabalho profissional, como ação de impulso diante das demandas e necessidades que cotidianamente se apresentam no emergente e aparente do trabalho profissional, o assistente social tende a ocupar um padrão utilitarista para o Capital, aproximando-se daquilo que criticamente se chama de “manutenção”, de “gestão da pobreza”. O conceito de intervenção sem o processo dialético que anteceda a ação, para além de ocupar o lugar de controle, de caráter policialesco, estará vazio de intervenção estratégica tornando-se ação ineficiente, que não intervém sobre a questão social, apenas sob a manutenção do seu sintoma.

Importante considerar que, quando referimos a necessidade de que toda ação seja previamente compreendida, analisada, reconhecida e planejada, não raro, questiona-se o tempo e as condições que os profissionais dispõe no mercado de trabalho atual, diante as exigências das terceirizações e parcerizações que colocam o profissional assistente social refém de uma série de “resultados” burocráticos. Para tanto, é necessário aqui sermos mais didáticos quanto aos elementos que constituem e possibilitam aos profissionais desenvolver as competências analíticas, reflexivas e de planejamento de forma ágil.

Inicialmente reforçamos que a aplicação do método crítico e dialético são mecanismos e estratégias, sobretudo, metais, cognitivas. Para que estas competências ganhem dinamicidade no cotidiano de trabalho profissional e permitam um trabalho eficiente diante as urgências produzidas pela questão social, elementos como reconhecimento da realidade local e global são imprescindíveis. Quando o assistente social está ciente do contexto social, econômico e político que não só produz as demandas que lhes chegam, mas, especialmente, no caso do trabalho em gestão, produz os modelos de resposta a estas demandas, fica muito mais fácil fazer a compreensão e reconhecimento dialético das contradições e possibilidade inerentes a cada fenômeno.

A competência investigativa, portanto, é basilar e estrutural para o trabalho profissional em gestão. O exercício sistemático da competência investigativa associada ao referencial teórico do método em Marx, possibilita um movimento mental, cognitivo que é constante, sistemático, basicamente quase que automático enquanto competências e exercícios mentais de compreensão e assimilação. Por óbvio, diante da complexidade e

contradição da realidade social, a competência investigativa é constante e inacabada, para tanto a importância de se aliar os espaços de trabalho profissional ao incentivo da formação continuada, ao estágio profissional, a pesquisa e a extensão. Ainda, lembrar que o assistente social enquanto profissional que se insere em processos de trabalho que comumente se estruturam por coletivos interdisciplinares, é nestes lugares, por excelência, que nascem as estratégias de intervenção, e é nestes espaços que o assistente social necessita exercer as competências conforme as prerrogativas de seu projeto profissional¹⁵.

Para tanto, outra competência que aqui se anuncia se refere a prática reflexiva, como uma capacidade de reconhecer e articular os interesses e necessidades da população usuária ao trabalho profissional. Nas palavras de Vasconcelos (1994), prática reflexiva, é aquela desenvolvida por um profissional que, tendo por eixo a questão social busca realizar uma ação profissional de caráter crítico-educativo, reflexivo, criativo e politizante. Para Vasconcelos (1994, pg.4-6) “a prática educativa tem como base a socialização da informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social [...] e socializar a informação implica numa competência teórica, política, ética e técnico operativa”.

Esse trabalho entende que a principal característica de uma gestão que é realizada pela prática profissional do assistente social, se caracteriza por uma gestão contra hegemônica aos modelos totalitários de exploração do trabalho e do trabalhador. Uma gestão que tendo por base o projeto ético e político e o pensamento crítico e dialético, se dará pelo princípio e perspectiva da democratização, independente do espaço sócio ocupacional em que o assistente social gestor venha a atuar. Neste sentido, a competência de conseguir operacionalizar uma prática reflexiva em gestão, tendo a perspectiva do acesso à informação como instrumento de indagação e ação sobre a realidade social como propõe Vasconcelos (1994) é fundamental.

Imprescindível quando falamos em gestão democrática e participativa é compreender que as relações de poder são próprias e intrínsecas a luta de classes, entre quem detêm o poder econômico e quem possui a força de trabalho. Entendemos, portanto, que o lócus da gestão coloca o assistente social trabalhador em um lugar estratégico nesse

¹⁵ O assistente social que não esteja ciente de suas competências profissionais e de seu projeto ético e político, quando em coletivos de trabalho interdisciplinar, pode incorrer em um trabalho que não se defina claramente entre os demais. Ou ainda, incorra em um trabalho que movido pela tendência de projetos profissionais mais conservadores, faça o assistente social associar seu trabalho a compreensões subjetivas e positivistas, quase que “psicologizando” suas análises.

campo de disputa em prol da classe trabalhadora e a favor do projeto ético político profissional. Neste campo as relações e disputa de poder é expressão da questão social e campo de intervenção profissional.

A gestão é um campo de ação que não existe isoladamente. A gestão, em sua natureza, implica na relação com outros sujeitos, grupos e coletivos, pois as condições de respostas, efetivas e eficazes, uma vez que partem da realidade, não se centralizam na gestão, mas necessitam dos trabalhadores que desenvolvem trabalhos mais próximos aos usuários, que conhecem a dinâmica das comunidades, a dinâmica da vida e das relações de trabalho, dialogam com a população e acolhem as suas demandas. Mesmo a gestão sobre o próprio trabalho aqui muito citada na compreensão deste trabalho, carece de mediações para que se efetive a ação finalística. Neste sentido, uma gestão democrática exige, portanto, que o assistente social, para além de colocar seu “poder” em prol da classe trabalhadora, exerça uma competência de mediação.

Sabendo do risco do termo “mediação” quando tomado isoladamente, destacamos que esta competência não se refere a mediação de conflitos, a movimentos apaziguadores ou de conciliação, comumente presentes no cenário do mercado de trabalho atual. Ao contrário, é próprio da natureza profissional em seu caráter crítico, a problematização, o questionamento, a desnaturalização dos fenômenos que se apresentam. Logo a competência de mediação que aqui nos referimos é aquela que é própria da perspectiva dialética. É a categoria de mediação, com base no método histórico e dialético, que irá permitir que o trabalho do assistente social transcenda ao caráter burocrático, ao meramente instrumental, a um trabalho meramente de execução de políticas pré-determinadas, imediatistas e pragmáticas.

Muito ao contrário de um trabalho meramente operacional, a ação profissional que se sustenta no pensamento dialético é exigente e requer um trabalho de identificação gradual quanto as contradições concretas e as mediações específicas que constituem a totalidade enquanto possibilidade de aproximação da realidade. A totalidade, por sua vez, nunca alcança uma etapa definitiva, acabada, completa e exige a capacidade de elaborar sínteses se quisermos compreender a realidade para além do aparente e penetrar na essência do fenômeno de forma a distinguir o imediato do mediato (KONDER, 1981).

O caráter imediatista da profissão só é possível de ser superado chegando a concretude dos fenômenos da questão social. É necessário abrir mão do espontaneísmo, do conhecimento aparente e inicial, que se colocam no cotidiano, indo em busca dos desvendamentos necessários das obscuridades do real, realizando um movimento

continuo e oscilatório entre as partes e o todo através da mediação da parte na localização do específico, do singular no todo (FERNANDES, 2005). O trabalho do assistente social, portanto, requer sistematicamente a construção de estratégias e respostas que elevem a intervenção para além da mera reprodução dos serviços previamente determinado. Requer a passagem entre imediato e mediato articulando as partes de uma totalidade complexa, permitindo as superações dos fatos, do abstrato, chegando ao concreto pensando (PONTES, 1996).

Esse alcance na compreensão acerca dos fenômenos que se apresentam a gestão, a possibilidade de desvelamento do real, assim como, das estratégias de atendimento e construção de respostas as demandas emergentes de forma estratégica, se faz imprescindível espaços de diálogo e construção com os demais trabalhadores. Sem obter condições de ampliar informações e percepções que lhe possibilite fazer a análise das mediações, próprias do processo dialético, a gestão encobre a possibilidade de perceber o mediato.

O reconhecimento do trabalho em gestão como uma competência profissional requer mudanças de perspectivas. Ao contrário de termos em mente que o trabalho em gestão é um lugar contraditório pois defronta e insere o assistente social, mais fortemente, diante aos mecanismos de produção e exploração do capitalismo, precisamos conceber que, enquanto natureza da própria contradição, o trabalho em gestão também coloca o assistente social em um lugar estratégico e privilegiado de análise e enfrentamento da questão social. A estratégia para que essa gestão não se conforme nos padrões que favoreça ao capitalismo, exige que através do projeto ético e político o assistente social faça uso estratégico de sua relativa autonomia.

Todo trabalho profissional é contraditório, pois a natureza da inserção profissional já o é. As demandas de trabalho profissional, enquanto respostas do Estado Capitalista, são permeadas de contradição. Um assistente social que ao operacionalizar estas políticas conforma seu trabalho sem análise dialética, sem submeter sua compreensão e análise a partir da perspectiva do método, não irá estabelecer uma competência de mediação. Não compreendendo a importância deste momento que antecede, muito possivelmente, o assistente social gestor, preocupado em operacionalizar, executar, efetivar a política a irá impor sobre outros coletivos de trabalhadores, a outros processos de trabalho, os quais serão atravessados por uma série de processos burocráticos, administrativos, que por sua vez igualmente dificultam e limitam o tempo da percepção, reconhecimento, reflexão e identificação das demandas, dos fenômenos sociais.

Esse modo de operar, para além de impedir o movimento dialético, ele faz um usufruto equivocado das relações de poder. Como referido anteriormente, o assistente social na gestão ocupa estrategicamente um lugar de poder que poderá ser colocado a favor da classe trabalhadora. Na hipótese de ele não o fazer, automaticamente seu lugar de poder estará favorecendo ao poder econômico.

Compreendidas a partir do projeto ético político profissional e a partir da perspectiva do método, as relações e disputa de poder enquanto expressão da questão social, podem e devem ser ressignificadas. O poder não é ruim, o poder existe de forma organizativa na nossa sociedade, a questão é como o utilizamos, é como o capitalismo se utiliza e se sobrepõem por deter o poder econômico. O movimento sócio histórico da construção do estado democrático de direito já nos comprovou através dos movimentos sociais constituídos a partir das lutas populares e dos espaços de controle social, no entanto, estes espaços estão aparelhados e muitas vezes ineficientes justamente pela disputa de poder, onde com mais frequência e facilidade ganha quem detêm o poder econômico. Princípio básico da democracia brasileira, assegurado no artigo 1º da CF/88 é que “todo poder emana do povo”. A própria luta de classes é uma luta por poder, ou seja, o desafio é o como ocupamos estas relações e a favor de quem o direcionamos. Seja na atuação da gestão de políticas, de grupo e coletivos de trabalho, e, especialmente no atendimento à população, estamos estabelecendo relações de poder e é extremamente necessário reconhecer esta realidade de forma a estabelecer ações estratégicas diante a essa contradição, permitindo que o poder circule, diminuindo os riscos de estabelecer relações de poder centralizado e verticalizado.

Neste sentido, novamente, a categoria de mediação apresenta-se enquanto competência de trabalho em gestão ao instrumentalizar o assistente social, não somente a decodificar a contradição inerente as demandas que se apresentam, podendo pensa-las estrategicamente, mas a estabelecer outras formas de construção de trabalho coletivo. É somente nesta compreensão, de que a gestão está a serviço do seu objetivo fim, da classe trabalhadora e não puramente do Estado, que iremos compreender a potência, importância do trabalho em gestão como entre as nossas competências profissionais. E, para além, perceber que independentemente do local de inserção profissional, é uma competência presente em toda e qualquer ação.

3.2 Ensino e Formação para a Gestão como competência profissional em Serviço Social - uma compreensão a partir da análise documental aos planos de ensino.

O presente capítulo apresenta a leitura dos dados referente a análise dos planos das disciplinas de gestão. A leitura e interpretação sobre os dados dos planos das disciplinas seguiu roteiro de análise documental, conforme Apêndice C, buscando responder como a Formação, para a gestão como competência profissional, nos cursos presenciais de Serviço Social do Rio Grande do Sul tem se conformado. O método de análise adotado para a interpretação e leitura dos dados se sustenta no materialismo histórico dialético, teoria social crítica que igualmente dá base as Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS de 1996, as quais conformam uma formação e profissão que tem a questão social como seu eixo estruturante. Estas Diretrizes são nossos parâmetros de análises para essa discussão, e, com base nela compreendemos que as disciplinas:

constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada (ABEPSS, 1996).

As disciplinas, por sua vez, desdobram-se a partir das matérias as quais “são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional...” (ABEPSS, 1996). Entre estas matérias apresentadas nas DNC da ABEPSS de 1996, entendemos que a estruturação dos planos das disciplinas de gestão, devem ter por orientação a matéria de Administração e Planejamento em Serviço Social, a qual descreve como matéria de ensino:

As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social. Funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil (ABEPSS, 1996).

Compreendendo que o materialismo histórico dialético é a teoria social crítica que orienta a compreensão da formação e do trabalho profissional a partir do eixo estruturante da questão social, sabemos que as matérias acima orientadas não são apenas um conjunto de conteúdos que possibilitam em si mesmas um acúmulo de conhecimento e compreensão da gestão enquanto competência profissional. É necessário que este grupo de matérias e conhecimentos teóricos estejam ao longo da formação articulados e associados a uma compreensão social, histórica, para que possam ser pensados metodologicamente. Portanto, a lógica articulada dos Núcleos de Fundamentação

trabalhados no capítulo anterior com base em Teixeira (2019), não somente é parâmetro de análise nessa discussão, como será orientadora para pensarmos uma formação para a gestão que se conforme em parâmetros contra hegemônicos a lógica capitalista da exploração do trabalho e do trabalhador.

Após acesso às Instituições de Ensino Superior, através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), duas das oito IESs selecionadas para a amostra não aderiram a pesquisa, portanto, a amostra da pesquisa se deu sob seis cursos de serviço social. Destes seis, 3(três) são instituições públicas e 3 (três) instituições privadas. Três dos seis cursos apresentaram plano de ensino de mais de uma disciplina de gestão, destas 3 (três), 2 (duas) são públicas e 1 (uma) é privada. O número de planos para a análise final totalizou, portanto, em 10 disciplinas.

Com base nesta análise documental referente aos planos, identificamos que a totalidade das IESs organizam as disciplinas de gestão em 4 (quatro) créditos e as constam no currículo como disciplinas de caráter obrigatório/curricular. Com exceção da disciplina de Planejamento e Gestão social (IES 4), as demais apresentam uma carga horária de 60 horas/aula. A disciplina de Planejamento e Gestão social IES 4 apresenta uma carga horária de 72 horas, sendo 12 de caráter prático, no entanto, o plano da disciplina não descreve como se dão estas horas práticas. Seis dentre os dez planos analisados ofertam a disciplina de gestão no 7º semestre, três dos dez no 6º semestre e um entre os dez planos no 8º semestre. Quanto a posição da disciplina em relação ao estágio profissional obrigatório, identificamos que em nove dentre os dez planos analisados as disciplinas de gestão são ofertadas exatamente no mesmo semestre em que está previsto a realização de estágios e uma dentre as dez, após a realização do estágio. Analisando igualmente a posição da disciplina em referência as disciplinas de FHTM, com exceção das IESs 4 e 5, as quais não constam disciplinas de FHTM em seu currículo, as demais preveem que as disciplina de gestão seja ofertada após a realização das disciplinas de Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos.

Quadro 4 – Caracterização das disciplinas sobre gestão nas IES pesquisadas

IES	Título da Disciplina	Créditos	Carga Horária	Caráter Curricular	Semestre	Estágio	FHTM
IES 1	Organização e gestão das políticas sociais públicas	4	60h/a	Obrigatória	6º	Junto estágio II	Após FHTM I, II
IES 2	Gestão e Serviço social I	4	60h/a	Obrigatória	6º	Junto estágio I	Após FHTM I, II e III
IES 2	Gestão e Serviço Social II	4	60h/a	Obrigatória	7º	Junto estágio II	Após FHTM I, II e III
IES 3	Estratégias Técnico-operativas em serviço social III	4	60h/a	Obrigatória	7º	Junto estágio III	Após FHTM I, II e III.
IES 3	Oficinas para análise e avaliação de políticas sociais	4	60h/a	Obrigatória	8º	Após estágios	Após FHTM I, II e III
IES 3	Gestão e controle social	4	60h/a	Obrigatória	7º	Junto estágio III	Após FHTM I, II e III
IES 4	Gestão e Responsabilidade social	4	60h/a	Obrigatória	7º	Junto estágio II	Ñ tem FHTM
IES 4	Planejamento e Gestão social	4	60h/a	Obrigatória	6º	Junto estágio II	Ñ tem FHTM
IES 5	Gestão em Serviço Social	4	60h/a	Obrigatória	7º	Junto estágio II	Ñ tem FHTM
IES 6	Gestão Social	4	60h/a	Obrigatória	7º	Junto estágio II	Após FHTM I, II

Possível compreender, a partir da organização do currículo formativo das IESs analisadas, tendo por base o número de créditos, a carga horária, e o status de disciplina como obrigatória, que o ensino para a gestão enquanto uma competência profissional é concebida na totalidade dos cursos pesquisados, como matéria básica, integrante do currículo básico, parte integrante da formação e trabalho profissional. Quanto a posição da disciplina em relação ao estágio profissional obrigatório, maior parte destas estão localizadas no mesmo semestre em que a realização dos estágios finais. Outro dado de relevante importância, se refere à disposição das disciplinas de gestão após a realização das disciplinas de FHTM. Podemos compreender que, no momento em que as IES's optam por organizar estas disciplinas ao final do curso, após ou concomitante ao estágio, e após disciplinas de fundamentos, estão anunciando que a assimilação e o

desenvolvimento de competências previstos nas mesmas, requer uma mínima aproximação ao campo de trabalho profissional e uma série de articulação de conteúdos que a antecedem. Não tratam-se, portanto, de conteúdos introdutórios, ao contrário, exigem uma base de compreensão histórica, teórica e metodológica da profissão, apresentando-se como pré-requisito para o alcance da compreensão da gestão como competência profissional.

Conforme quadro a seguir, apresentamos os títulos das disciplinas seguidos pela descrição de suas ementas/súmulas. No que tivemos acesso, a partir do disposto e apresentado nos diferentes modelos de plano de ensino, identificamos que: Dois dos seis cursos analisados não descrevem a ementa/súmula em seus planos de ensino. Um destes dois cursos, em que não consta a descrição da ementa, apresenta um modelo de plano de ensino bem diferenciado, o qual descreve: “competências e conhecimentos a serem desenvolvidos na disciplina”, (informação que será analisada junto aos objetivos). O outro curso, ao não descrever ementa ou súmula, parte direto para a descrição dos “conteúdos programáticos”. Sendo assim, o quadro a seguir apresenta o título das dez disciplinas e a descrição das ementas/súmulas de sete disciplinas:

Quadro 5 – Caracterização das sumulas das disciplinas sobre gestão

IES	Título da Disciplina	Ementa/Súmula
IES 1	Organização e gestão das políticas sociais públicas	Organização e gestão das Políticas Sociais Públicas: compreensão de seus fundamentos jurídicos legais e dos elementos para sua operacionalização na busca de acesso e garantia de direitos de cidadania.
IES 2	Gestão e Serviço social I	Concepção de gestão. Modelos de gestão. Gestão participativa. Gestão social e a sua importância na democratização do Estado e da sociedade. A gestão nas esferas do 1º, 2º e 3º setor. A gestão na intervenção do assistente social.
IES 2	Gestão e Serviço Social II	Modelos de gestão. Gestão participativa. Ciclo de planejamento – diagnóstico, monitoramento, avaliação e sistematização. Processo de planificação: programas, projetos e planos. Apreensão crítica dos marcadores sociais da opressão na articulação teórico-prática dos instrumentos de trabalho na gestão de políticas sociais.
IES 3	Estratégias técnico-operativas em serviço social III	Reflexão da instrumentalidade no trabalho do assistente social a partir da dimensão técnico-operativa por meio: da assessoria e consultoria, da supervisão de programas e projetos sociais. O trabalho do assistente social e sua particularidade na esfera pública, no setor privado e nas organizações não governamentais.
IES 3	Oficinas para análise e avaliação de políticas sociais	Monitoramento e Avaliação das políticas públicas como parte do trabalho do assistente social quanto a: configuração e abrangência dos direitos e benefícios; financiamento e gasto; gestão e controle social democrático; Relação com as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico operativo. Oficina de políticas setoriais.
IES 3	Gestão e controle social	Configuração das relações entre Estado e sociedade civil sobre a gestão das políticas sociais. Espaço público e os conselhos setoriais e de direitos como estratégia de controle das políticas sociais. Fundamentos teóricos do ciclo da gestão de políticas, programas e projetos sociais. Fundos públicos, orçamento e financiamento das políticas sociais setoriais

IES 4	Gestão e Responsabilidade social	Não consta
IES 4	Planejamento e Gestão social	Não consta
IES 5	Gestão em Serviço Social	Teorias de administração e modelos de gestão social. Compreensão do processo de gestão de instituições, políticas programas e projetos sociais.
IES 6	Gestão Social	Não consta

Fonte: Sistematização da autora com base nos Planos das Disciplinas.

Percorrendo a análise sob a compreensão da gestão como uma competência profissional, iniciamos analisando os títulos das disciplinas e verificamos que: 3 (três) títulos entre os 10 (dez) analisados, apresentam de forma objetiva os termos ‘Gestão e/ em Serviço Social’, (IES’s 2 e 5). Um único título não apresenta o termo ‘Gestão’, mas apresenta o termo ‘Serviço Social’ associado ao conceito de ‘estratégias técnico-operativas’ (IES 3). Dois (2) dos dez (10) títulos apresentam o conceito de ‘Gestão Social’, (IES’s 4 e 6). Outros dois, apresentam o termo ‘Gestão’ associado a ‘controle social’ e ‘responsabilidade social’, (IES’s 3 e 4) e duas (2) entre os dez (10) disciplinas apresentam o conceito de políticas sociais e públicas, (IES’s 1 e 3).

Partindo dessa análise inicial, podemos conceber que metade dos títulos, considerando as IES’s 2, 3 e 5, apresentam uma associação entre os termos ‘gestão e serviço social’, logo, possibilitando uma compreensão de que a disciplina em questão concebe a gestão como competência profissional ao relacionar e posicionar uma perspectiva de gestão associada a profissão já em seu título. Direciona, desta forma, uma compreensão de que a disciplina irá compor conteúdos para a definição destas competências que dialoguem diretamente com o trabalho profissional. Contudo, quando analisamos as ementas destas mesmas disciplinas, apenas duas apresentam novamente termos como ‘assistente social’, ‘intervenção’ e ‘trabalho’. De igual forma, nas demais ementas analisadas, foi possível verificar a reincidência da concepção do termo gestão associado a ‘gestão de políticas públicas e sociais’ preponderantemente, (IES’s 1, 2, e 3). Em alguns planos de ensino, o termo é mencionado mais de uma vez e referem: Gestão das Políticas Sociais Públicas (aparecendo quatro vezes), seguidos de Monitoramento e Avaliação das políticas públicas, controle das políticas sociais (mencionados apenas uma vez cada um).

Referente a estes dados observamos a confirmação quanto a tendência de que o trabalho em gestão, quando realizado pelo assistente social, seja logo relacionado a gestão de políticas públicas sociais, o que, como já trabalhado no capítulo anterior, possui uma marca sócio histórica na profissão quando esta é compreendida apenas em sua perspectiva

interventiva e operacional. Tendência conservadora, onde a profissão se restringe a operacionalização de respostas conservadoras do Estado Capitalista à questão social, trabalhando na esfera da distribuição sem interferir na esfera da produção, atendendo assim aos interesses do Mercado.

Conforme também visto em dados anteriores, a inserção de assistentes sociais no trabalho em gestão de políticas públicas é ainda bastante representativa na inserção social desta categoria, logo, é não somente natural, mas necessário que, portanto, o ensino para a gestão trabalhe profundamente estas competências. No entanto, a concepção de competências que aqui estamos construindo, tem base no materialismo histórico e dialético e se sustenta a partir da perspectiva do método em Marx, dos fundamentos histórico, teóricos e metodológicos da profissão. Neste sentido, compreendemos que, as políticas públicas e sociais não são competências em si e sim legislações, normas, regulamentações que institucionalizadas, constituem processos de trabalho. É, portanto, na inserção profissional nestes espaços, nestes processos que o assistente social irá exercer competências. Logo, a reincidência em associar gestão à execução de políticas públicas e sociais na descrição das ementas não descreve necessariamente competências, mas sim, anuncia conteúdos a serem abordados e espaços sócio ocupacionais a serem ocupados na área de gestão.

A competência diz da forma como o profissional irá trabalhar, realizar, operacionalizar a gestão destas políticas públicas. É possível observar que algumas ementas/sumulas descrevem conteúdos e não necessariamente competências, assim sendo, identificamos que a problematização antecede as categorias identificadas nesta escrita das ementas, mas sim a estruturação do Plano de Ensino como um todo, aliado a compreensão de competências.

Já a descrição de algumas ementas nos dão indicativos de como estes conteúdos podem estar descritos e elaborados de forma a não ocuparem a centralidade rígida do conteúdo em si, mas apresentar-se de forma articulada a outros termos, concepções que anunciem o desenvolvimento da competência que se pretende trabalhar naquela disciplina. Como no exemplo da IES 1: “Organização e gestão das Políticas Sociais Públicas: *compreensão de seus fundamentos* jurídicos legais e dos *elementos para sua operacionalização* na busca de acesso e garantia de direitos de cidadania”. Compreendemos que a forma de redação aqui empregada, quando refere-se a ‘compreensão de seus fundamentos...’ e ‘elementos para a sua operacionalização’, permite uma compreensão de que o conteúdo da disciplina será trabalhado de forma mais

ampla, articulada a outros assuntos, temas e conteúdos, de forma a possibilitar que o estudante desenvolva competências (de gestão), para além de adquirir conhecimento. Outro importante exemplo, está na elaboração da ementa da IES 2 consta: “*Apreensão crítica dos marcadores sociais da opressão na articulação teórico-prática dos instrumentos de trabalho na gestão de políticas sociais*”. Para além de se sustentar nesta ementa uma teoria social crítica e um projeto profissional igualmente embasado no materialismo histórico, destaca-se a dimensão entre teoria e prática. E, por fim, destacamos a ementa da IES 3 ao descrever: “Reflexão da instrumentalidade no trabalho do assistente social a partir da dimensão técnico-operativa por meio: da assessoria e consultoria, da supervisão de programas e projetos sociais”. A formulação da escrita, desta forma, anuncia claramente que a compreensão e o conhecimento sobre técnicas como assessoria, consultoria e supervisão sustentam-se no conceito de instrumentalidade e trabalho profissional, resguardando a compreensão dos fundamentos da profissão.

Os termos ‘*concepção de gestão*’ e ‘*teorias de gestão*’ aparecem em apenas uma vez dentre as ementas dos planos das IESs analisadas. Já o termo ‘*modelos de gestão*’ aparece em três das seis IESs. O termo ‘*gestão participativa*’ e ‘*gestão social*’ aparece em dois dos seis. Da forma como o texto está elaborado na exposição da ementa, observamos novamente o modelo posto de descrição de conteúdo, neste sentido, não sendo possível identificar e situar as concepções de gestão trabalhadas na disciplina, a quais modelos de gestão será dado ênfase, tão pouco o posicionamento ético e político, projeto de sociedade e a forma como será abordado e apresentado o conteúdo.

Uma vez que há um modelo tradicional de gestão, vigente e hegemônico, que se dá no campo do Mercado Capitalista, que impera e é dominante no campo da luta de classe, entendemos que abordar e trabalhar as distintas concepções de gestão é de extrema importância para a compreensão do significado social contraditório do trabalho profissional nesta matéria de intervenção. Somente a compreensão da formação sócio histórica destes modelos permitirá o desenvolvimento de competências estratégicas que viabilizem uma gestão democrática, contra hegemônica, sem recair em modelos previamente instituídos. No entanto, entendemos ser imprescindível que a redação, a forma de apresentar a descrição destes modelos nos planos de ensino diga previamente desse modelo de gestão. Destacamos por fim, ainda analisando as ementas, que o termo “*A gestão na intervenção do assistente social*”, está descrita em apenas uma das ementas (IES 2), e anuncia a gestão enquanto competência profissional, indicando a compreensão

de que há uma especificidade quanto a esta gestão, quando realizada por assistentes sociais.

Quadro 6 – Caracterização dos objetivos das disciplinas sobre gestão

IES	Nome da Disciplina	Objetivos Gerais e Específicos
IES 1	Organização e gestão das políticas sociais públicas	Proporcionar condições para que o estudante possa identificar e compreender aspectos centrais sobre a organização e gestão de políticas sociais públicas no Brasil e desafios a operacionalização no que concerne a garantia dos princípios, diretrizes e objetivos destas na contemporaneidade.
IES 2	Gestão e Serviço social I	Introduzir os acadêmicos do Serviço Social nas discussões sobre gestão nas instituições públicas e privadas a partir das competências profissionais.
IES 2	Gestão e Serviço Social II	Conhecer modelos de gestão social, com ênfase à gestão participativa, e exercitar o processo de Planificação em Serviço Social, com vistas a contribuir para o processo de monitoramento, avaliação e sistematização de políticas sociais.
IES 3	Estratégias técnico-operativas em serviço social III	a) identificar as principais mudanças e configurações no mundo do trabalho e as exigências postas para o trabalho do assistente social em diferentes espaços ocupacionais, na esfera pública e privada. b) Refletir acerca das possibilidades e das contradições para o trabalho profissional no âmbito das organizações da sociedade civil visando o desenvolvimento de competências para o exercício da profissão. c) proporcionar a instrumentalização dos/as acadêmicos/as para o trabalho profissional em processos de assessoria e consultoria. d) possibilitar o adensamento teórico-prático dos conteúdos programáticos, a partir do intercâmbio de experiências com profissionais vinculados/as às organizações da sociedade civil. e) Promover a interlocução da Graduação e Mestrado por meio do Estágio Docente para as (os) mestrandas (os) do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social visando incidir nos processos de aprendizagem dos envolvidos.
IES 3	Oficinas para análise e avaliação de políticas sociais	a) Desenvolver habilidades de análise, monitoramento e avaliação de políticas públicas e setoriais visando a instrumentalização teórico e metodológica para o trabalho profissional do/a assistente social; b) Articular os conteúdos da disciplina com o processo de formação profissional em Serviço Social assim como, com as aprendizagens decorrentes do estágio curricular obrigatório desenvolvido em diferentes espaços sócio ocupacionais; c) Contribuir para o desenvolvimento de posturas investigativas, autônomas e éticas no processo de aprendizagem individual e coletiva d) Promover a integração entre Graduação e Mestrado por meio do Estágio Docente para as mestrandas do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social e de outros PPG que tiverem interesse.
IES 3	Gestão e controle social	Propiciar reflexão sobre a configuração das relações entre Estado e sociedade civil no contexto da contrarreforma do Estado na dinâmica da realidade sócio histórica brasileira. 2. Conhecer os fundamentos teóricos do ciclo da gestão de políticas, programas e projetos sociais e marcadores sociais e étnico-raciais. 3. Compreender o significado do fundo público, orçamento e financiamento das políticas sociais. 4. Refletir acerca da relevância do espaço público, conferências, conselhos setoriais e de direitos e fóruns como espaços de participação popular e estratégia de controle social democrático das políticas sociais. 5. Contribuir na integração entre Graduação e Mestrado por meio do Estágio Docente para as mestrandas do Programa de Pós-Graduação de Política Social e Serviço Social e de outros PPG que tiverem interesse.
IES 4	Gestão e Responsabilidade social	Capacidade de contextualizar os diferentes cenários e paradigmas de desenvolvimento, no qual emergem as práticas e propósitos do 3º setor e da responsabilidade social;

		Conhecimento crítico das diferentes concepções e marcos jurídico-legais implicados à gestão do 3º setor e da responsabilidade social; Capacidade de identificar os espaços de ação profissional, apresentar, monitorar e avaliar projetos na perspectiva da filantropia, do voluntariado, das redes sociais nos ambientes empresariais e da sociedade civil; Capacidade de utilizar metodologias para a materialização de certificações sociais, balanço social, marketing social e captação de recursos.
IES 4	Planejamento e Gestão social	Compreender a gênese e os diferentes referenciais do planejamento, gestão e avaliação no contexto latino-americano e brasileiro; Identificar as possibilidades de intervenção profissional como gestor do social, em especial junto às organizações, políticas e práticas sociais implementadas tanto nos campos governamentais, como empresariais e da sociedade civil; Estabelecer relação entre a gênese e desenvolvimento das Teorias da Administração e Planejamento com o processo de gênese e desenvolvimento do Serviço Social; Ter domínio das metodologias e instrumentos de planejamento, gestão e avaliação.
IES 5	Gestão em Serviço Social	Não consta
IES 6	Gestão Social	Analisar e aplicar a dinâmica do processo de gestão social. Compreender o processo de gestão de projetos sociais relacionados e/ou elaborados com instituições governamentais, terceiro setor e organizações sociais de interesse público. Aprender o processo de avaliação, monitoramento e construção de indicadores como instrumentos de gestão pública. Problematicar a importância da gestão social nas distintas dimensões da intervenção profissional do Serviço Social.

Fonte: Sistematização da autora com base nos Planos das Disciplinas.

Conforme descrito no quadro acima, analisamos igualmente os objetivos gerais e específicos apresentados em cada plano de ensino. Dos dez planos analisados, um não apresenta a descrição de objetivos (IES 5). Para esta análise partimos inicialmente da identificação dos verbos de ação mais recorrentes na forma de redação, uma vez que estes denotam intencionalidade e ação. Identificamos os seguintes verbos: introduzir, conhecer, exercitar, identificar, compreender, introduzir, conhecer, refletir, proporcionar, contribuir, promover, possibilitar e proporcionar. Na forma como descritos nos textos, apresentam-se como verbos de ação, em sua maioria, direcionados a apreensão e compreensão de conteúdos como um fim em si mesmo e não necessariamente ao desenvolvimento de competências. Exemplo: “...*compreender os processos de gestão de projetos...*”; “...*apreender os processos de avaliação e monitoramento...*” ...”; “...*problematizar a importância da gestão social...*”; “...*propiciar reflexões sobre a configuração das relações entre Estado e sociedade civil...*”; “...*compreender o significado do fundo público...*”; entre outros.

Novamente, compreendemos que o embasamento teórico é constitutivo ao desenvolvimento das competências profissionais, logo o acesso aos conteúdos que

remontam o cenário sócio histórico da gestão como uma competência dos assistentes sociais é constitutivo do processo de ensino e aprendizagem, contudo, se trabalhados isoladamente, não apenas podem perder a sua funcionalidade como perdem força de assimilação e compreensão, pois não se trata apenas de “conhecer, compreender, assimilar”, mas de estabelecer conexões com a realidade.

Entendemos por desenvolvimento de competências os mecanismos e estratégias que o ensino dispõe para possibilitar a análise e a relação de conteúdos, saberes e conhecimentos com o objeto de trabalho profissional, com a questão social, desenvolvendo assim, competências históricas, teóricas e metodológicas que possibilitem uma gestão estratégica, contra hegemônica aos padrões pré-estabelecidos. Ou seja, conhecer, compreender, refletir são ações que, especialmente quando relacionadas a um conteúdo individualmente, não garantem que o aluno desenvolva condições plenas de fazer análises mais amplas com a realidade. Não garante a percepção da contradição, da totalidade. Neste sentido, o método crítico e dialético é perspectiva teórica do trabalho e da formação profissional, defendido neste trabalho como teoria social que dinamiza a gestão como competência, não apenas para atender a proposta de projeto ético político profissional e as DNC da ABEPSS. Entendemos que o método em Marx, em sua perspectiva dialética, apresenta-se como a teoria que associada a historicidade, possibilita a construção de metodologias estratégicas dessa gestão.

Como já anunciado anteriormente, uma das IESs analisadas apresentou dois planos de ensino com forma de organização bem diferenciadas em sua estruturação (IES 4), possibilitando maior destaque e fácil visualização do que compreendem e entendem enquanto competências de gestão, a serem desenvolvidas e quais são os conhecimentos a serem absorvidos.

Uma das principais análises que aqui buscamos está na compreensão da gestão como uma competência profissional. A IES 4, acima descrita, é a que apresenta mais objetivamente quais as competências e habilidades a serem desenvolvidas e apreendidas a partir da disciplina. Logo permite mais claramente compreender de que competências estamos falando. *“Conhecimento crítico, capacidade de contextualização, de identificação, capacidade de escolha quanto a recursos e metodologias”*. *Compreensão sócio histórica, identificação quanto as possibilidades de intervenção, estabelecer relações e ter domínio sob as metodologias e instrumentais.* ” Tratam-se de técnicas que exigem racionalidade cognitiva, perpassam dessa forma a necessidade de absorção do conhecimento teórico e histórico, para que possam transforma-se em ação prática,

metodológica e estratégica. Tendo por base o currículo da ABEPSS de 1996, a questão social apresenta-se como eixo estruturante da formação profissional e objeto de trabalho profissional, tendo em vista essa importante identificação, buscamos igualmente verificar como e em que perspectiva a questão social é apresentada, mencionada, articulada à ementa da disciplina. De igual forma, identificar se a disciplina se fundamenta no materialismo histórico crítico e dialético.

Quanto a busca desta resposta, verificamos que o conceito “questão social” não está objetivamente colocado em nenhum dos itens que compõem os planos de ensino da disciplina de gestão, tão pouco, nos que consideramos essenciais como ementa e objetivos. Considerando todos elementos que compõem o plano, o conceito de questão social, aparece em um único plano de ensino, no título de uma das bibliografias, contudo, nas bibliografias elencadas como complementares, e não nas essenciais.

Na ausência do conceito posto de forma objetiva, buscamos analisar se por outras expressões, conceitos era possível identificar se a disciplina está fundamentada no materialismo histórico, crítico e dialético. No entanto, avaliamos que não havendo um claro e objetivo posicionamento conceitual no plano da disciplina, fica impossibilitado afirmar que mesmo alguns termos, expressões, descrições, estejam associados ao materialismo histórico dialético, tão pouco que a formação ali descrita tenha a questão social como eixo estruturante do currículo e da formação profissional. Mesmo quando o plano descreve termos como: “*realidade sócio histórica brasileira...*”, “*desenvolvimento de posturas investigativas...*”, “*mundo do trabalho*”, “*contradição para o trabalho profissional...*”, não é possível afirmar sob quais bases teóricas e sob quais projetos societários se discute, trabalha e se compreende estas categorias. Uma vez que a realidade sócio-histórica pode ser trabalhada e apreendida de forma fragmentada, sendo esta uma tendência conservadora da formação e trabalho profissional, quando não compreende, assimila e incorpora as bases de mudança do currículo da ABEPSS de 1996, entendemos que não é possível afirmar que as disciplinas dialoguem de forma integral com o materialismo histórico e dialético.

Avaliamos que aqui centra-se um ponto sensível referente a questão que buscamos responder quanto ao modo como o tema da gestão, enquanto competência profissional, vem sendo estudado pela categoria. O fato de que nenhum dos planos analisados tenha descrito o conceito de questão social como elemento de base, elemento norteador ou mesmo complementar ao ensino em gestão, anuncia uma possível não centralidade e/ou fragilidade do conceito associado ao ensino e conteúdo da disciplina.

Algumas suposições quanto aos motivos desta não centralidade, se referem a tendência conservadora e positivista na forma de conceber a questão social, nesta mesma linha, a não referência ao currículo de 96 ao coloca-la como eixo estruturante do trabalho e da formação profissional. A depender da perspectiva teórica em que se emprega a análise sobre a questão social, da apreensão fragmentada dos fundamentos histórico, teóricos e metodológicos da profissão, sustenta-se uma compreensão conservadora e positivista que existe e subsiste sobre o conceito de questão social. Concentra-se, nessa questão, o sustentáculo dos diferentes projetos de sociedade e de projetos profissionais que acompanham o ensino e a profissão.

Ponto sócio histórico aqui presente, centra-se na intervenção arbitrária do Ministério da Educação no currículo aprovado pela ABEPSS em 1996, ao proceder com mudanças ao conteúdo original no texto das diretrizes antes de sua aprovação, descaracterizando o documento proposto originalmente esvaziando especialmente os conceitos que dizem respeito a teoria social marxista. Lembrando ainda que o banimento do texto original quanto aos Tópicos de Estudos, acabou por se impossibilitar a garantia de um conteúdo mínimo e comum na formação em Serviço Social (ZACARIAS, 2017).

Tal descaracterização do ensino do serviço social a partir de sua leitura crítica, materialista e histórica da sociedade possibilita hoje a flexibilização de em um ensino que se baseia em outras matrizes filosóficas e projetos de sociedade que vão de encontro ao Projeto Ético e Político da Profissão. Esse pluralismo teórico, como também já trabalhado no capítulo anterior, pode incorrer em um ecletismo, em concepções de sociedade que entram em conflito e contradição com o projeto ético e político profissional. Em um campo de trabalho tão complexo e contraditório como se apresenta o trabalho em gestão, não firmar o caráter crítico e dialético, a compreensão de questão social como objeto central de trabalho, facilita muito para que o ensino e conteúdo seja estruturado em uma perspectiva mercadológica, nas perspectivas do gerencialismo, pragmatismo, do terefismo, da gestão da pobreza.

Conforme estudo de Benevides (2017) o ensino para a gestão enquanto competência profissional que não tem base em uma perspectiva crítico dialética produz uma compreensão parcial da gestão apenas como instrumento e instância de reprodução das relações de dominação de classe no capitalismo e tira-lhe a possibilidade de ser compreendida como finalidade democrática e emancipadora. O mesmo estudo de Benevides (2017) refere que essa concepção de ensino em gestão, sem base crítica, contribui para o não direcionamento dos estudantes de serviço social a uma compreensão

de gestão enquanto competência profissional, mas como competência e atribuição dos administradores, como área do conhecimento que historicamente forma e qualifica gerentes.

Vemos, portanto, confirmar-se de forma complementar aos resultados da pesquisa de Benevides (2017) já bastante explorada neste trabalho, que o não reconhecimento da gestão como atividade inerente ao trabalho do assistente social demonstra uma dificuldade de se trabalhar com a categoria contradição, e - ao que consideramos e agregamos a partir do trabalho da autora - , uma deficiência da formação profissional quanto aos direcionamentos das DNC ABEPSS a partir da unidade articulada entre os núcleos de fundamentação e a compreensão dos fundamentos históricos, teórico e metodológicos do Serviço Social.

Neste sentido, buscamos igualmente analisar e responder se o conteúdo da disciplina dialoga de forma articulada aos núcleos de fundamentação da formação profissional contidos nas DNC ABEPSS. A formação profissional é base da constituição das competências profissionais do assistente social, momento por excelência da construção das fundamentações que darão ao assistente social a assimilação da gestão enquanto competência e à categoria o reconhecimento social por sua habilidade em fazer uma gestão diferente da lógica do Capital.

Buscando elementos de compreensão do ensino para a gestão como competência profissional, analisamos também as referências bibliográficas descritas nos planos das disciplinas. Consideramos para a análise apenas as indicadas como bibliografias básicas, pois entendemos que uma vez assim elencadas, estas anunciam mais criteriosamente o posicionamento e perspectiva teórica e social dos planos e da formação.

Quadro 7 – Caracterização das referências das disciplinas sobre gestão

IES	Título Disciplina	Referências Bibliográficas Básicas
IES 1	Organização e gestão das políticas sociais públicas	BEHRING, Elaine Rossetti. Capítulo 4. A contrarreforma do Estado Brasileiro: projeto e processo. In: Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003, p. 171-212. BEHRING, Elaine Rossetti. Capítulo 5: Ilustrações particulares da contra-reforma. In: Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003, p. 213-281. BERGUE, Sandro T. Capítulo 1 -Fundamentos Conceituais em Gestão no Setor Público. In: Modelos de Gestão em Políticas Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2011 p. 15-71.
IES 2	Gestão e Serviço social I	ANDRADE, Renato. Serviço Social e Terceiro setor: dilemas nas políticas sociais. São Paulo: Saraiva, 2015.

		BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social - Intencionalidade e Instrumentação: uma visão abrangente da moderna teoria das organizações. Veras e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. BIERRENBACH, Maria Ignês R.S. Política e Planejamento social no Brasil: 1956-1978. São: Cortez, 1987.
IES 2	Gestão e Serviço Social II	ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004. BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento Social – Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo. Veras, 2000. BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 2009.
IES 3	Estratégias técnico-operativas em serviço social III	BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. Assessoria, Consultoria e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL –CEFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009 MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002
IES 3	Oficinas para análise e avaliação de políticas sociais	BARBOSA, Rosângela. Gestão: planejamento e administração. Porto Alegre: ABEPSS, 2004. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo. Cortez, 2004. RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. São Paulo. Cortez, 2006.
IES 3	Gestão e controle social	BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS (Org). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Maria Ozanira Silva e Silva. Avaliação de políticas e programas e projetos sociais: aspectos conceituais e metodológicos. São Paulo: Veras, 2001. Ney Luiz Teixeira de Almeida; Mônica Maria Torres de Alencar. Serviço social - trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2011.
IES 4	Gestão e Responsabilidade social	DIAS, Reinaldo. Responsabilidade social: fundamentos e gestão. São Paulo: Atlas, 2012. MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002. YUNUS, Muhammad; WEBER, Karl. Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008.
IES 4	Planejamento e Gestão social	BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2002-2003. JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas: Alínea, 2016. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil. Conceitos, Fontes e Aplicações Campinas: Alínea, 2012.
IES 5	Gestão em Serviço Social	BAPTISTA, Myrian Veras. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras Editora, 2002. 155 p. (Série Livro-texto; 1). CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. 522 p. KARSCH, Ursula M. Simon. O serviço social na era dos serviços. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 183 p.
IES 6	Gestão Social	RAICHELIS, R. Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015. RICO, E. M. (Org.). Avaliação das políticas sociais: uma questão em debate. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. SILVA, A. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2010.

Fonte: Sistematização da autora com base nos Planos das Disciplinas.

Como possível observar no quadro acima, os planos de ensino apresentam uma média de três referências bibliográficas como indicação, essencial/básica, para leitura e apreensão. Segunda percepção é que estas são bastante diversas entre si, sendo algumas poucas obras que se repetem entre os diferentes planos, demonstrando, possivelmente, uma ausência de bibliografias básicas, já consolidadas como referência sobre o tema na área.

As obras conhecidas e citadas mais de uma vez, merecendo destaque foram: a obra da autora Myrian Veras Baptista, “Planejamento Social: Intencionalidade e instrumentação”, tendo sido indicada entre quatro dos seis cursos. A obra do autor Carlos Montaña, “Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social”, tendo sido indicada entre dois dos seis cursos. E a obra de Ivanete Boschetti, “Avaliação de políticas, programas e projetos sociais”.

Importante identificação quanto a estas obras é que tratam-se de autores de referência nas produções da área do Serviço Social, Baptista, Montaña e Boschetti, são profissionais da categoria e que produzem a partir do projeto ético político crítico e dialético. Contudo, são produções que trabalham aspectos de gestão, mas não a gestão como uma competência do assistente social, propriamente, deixando a possibilidade dessa assimilação e compreensão relativizada.

Entre os demais autores mais citados com diferentes produções temos, Elaine Behring Rossetti, com as obras; “A contrarreforma do Estado Brasileiro: projeto e processo” e “Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos”. A autora Raquel Raichelis, com as obras; “Esfera Pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática” e “Democratizar a Gestão das Políticas Sociais: Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil”. E, por fim, o autor Paulo de Martino Jannuzzi, com as obras; “Monitoramento e Avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas” e “Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, fontes de dados e aplicações”. As obras de Rossetti, Raichelis e Jannuzzi, não se repetem entre os planos de ensino, tendo sido indicadas por apenas uma única IESs. O que se repete são seus nomes e referência enquanto autores da área que tiveram mais de uma obra indicada, conforme exposto acima. Novamente vemos uma importante preponderância de autores do serviço social (Rossetti, Raichelis), de obras de referência da categoria que dialogam com o projeto crítico profissional. O autor Jannuzzi é professor e pesquisador da área das ciências exatas.

Nas demais obras, as quais foram indicadas apenas uma vez entre os diferentes planos, igualmente, identificamos que em significativa maioria, são produções de profissionais da área. Encontramos, portanto, os seguintes autores e obras: Renato Andrade, com “Serviço Social e Terceiro setor: dilemas nas políticas sociais”; Ursula Karsch, com “O serviço social na era dos serviços”; Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro Matos, com “Assessoria, Consultoria e Serviço Social”; Maria Ozanira Silva e Silva, com “Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos”; Ney Luiz Teixeira de Almeida e Mônica Maria Torres de Alencar, com “Serviço social - trabalho e políticas públicas”; Rosângela Barbosa, com “Gestão: planejamento e administração”; Elizabeth Melo Rico, “Avaliação das políticas sociais: uma questão em debate”, Ademir Alves da Silva, “gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado”. E a coletânea de obras do CFESS, 2009.

A informação de que a grande maioria das obras indicadas como básicas são produções da área, nos dá indícios de que a disciplina esteja sendo pensada, programada e orientada pela perspectiva do trabalho profissional. Embora não tenhamos optado por nos posicionarmos individualmente sobre cada obra, de forma a identificar seu conteúdo, posicionamento equanto projeto e vertente profissional, o dado de que as IESs em sua totalidade tem buscado constituir a disciplina de gestão a partir de produções da área, é uma informação significativamente positiva. A hipótese de encontrar grande número de produções da área da administração não se confirmou, uma vez que estas totalizaram apenas duas obras: Sandro Bergue, “Modelos de Gestão em Políticas Públicas: teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional” e Idalberto Chiavenato, “Administração: teoria, processo e prática”. Conforme já bastante debatido neste trabalho, especialmente a partir do resultado de trabalhos anteriores, quanto a concepção de que o trabalho em gestão advém da área da administração e logo se conforma a partir desta, não se confirma nestes planos de ensino. Em contraponto, a pesar de o serviço social não haver constituído um número significativos de produções de referência que tratem sobre o tema da gestão como competência, o que identificado igualmente aqui diante a diversidade de obras indicadas individualmente, conseguimos identificar que a categoria já possui condições de orientar-se a partir de suas produções e pesquisas, acerca desta atividade profissional.

As demais obras identificadas se referem à área da sociologia, economia e direitos humanos: Domingos Armani, “Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais”, Maria Ignês Bierrenbach, “Política e Planejamento social no

Brasil”, Marco Aurélio Nogueira, “Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática”, Reinaldo Dias, “Responsabilidade social: fundamentos e gestão”, Muhammad Yunus e Karl Weber, “Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo”.

Buscamos por fim analisar se a metodologia ou os critérios de avaliação revelariam a perspectiva de competências de gestão presentes na disciplina. Estes apareceram de forma muito diversas, em alguns planos até estando ausentes, o que dificultou significativamente um critério de análise. Contudo, entendemos que algumas informações coletadas neste item são de importante destaque no que aqui compreendemos como desenvolvimento de competências. Alguns planos de ensino apresentam para além das aulas expositivas, dialogadas - e de atividades mais tradicionais como seminários temáticos e estudos de casos - propor debates, visando a problematização e apresentação sobre temas de referência, sínteses reflexivas, com articulação teórico-prática sobre o conteúdo abordado, desenvolvimento de uma proposta de assessoria, oficinas de análise e avaliação de política/programa/projeto. Uma das IES's (IES 4) trabalha até mesmo com uma proposição de carga horária prática de 12 h/aula. Destaca-se, porém, que estas formas menos tradicionais de trabalhar o conteúdo e avaliar o desempenho dos alunos, as quais permitem maior reflexão, teórico prática, e não apenas reprodução do conteúdo, foram identificadas mais objetivamente em apenas dois planos de ensino. Destacamos aqui:

Disciplina de: oficinas para análise e avaliação de políticas sociais (IES 3) destaca que “A disciplina desenvolverá atividades de ensino-aprendizagem na dinâmica de oficina, com os estudantes produzindo uma análise e uma avaliação de política/programa/projeto.- Utilização da ferramenta de matriz como referência para elaboração da atividade;- Leitura e Resumo de artigos que fundamentam os conteúdos;- Realização de Seminários- Apresentação e discussão de cada momento de elaboração do trabalho, com orientação da professora, sob a forma de Oficinas.- Elaboração e Apresentação do trabalho final- Utilização do Moodle.- As atividades de estágio docente consiste em planejar, ministrar aulas e participar na avaliação dos discentes”.

Disciplina de: Planejamento e Gestão Social (IES 4) destaca que “ O desenvolvimento das competências desta atividade acadêmica se dará, tanto nos encontros presenciais como nas atividades desenvolvidas pelos discentes em horários extraclasse, por meio de diferenciadas metodologias, entre as quais: Estudo prévio de textos; Debates a partir da teoria e das experiências e percepções presentes no conjunto da turma, com zelo ético; Oficinas; Exposição dialogada com recursos do quadro, pincel, flipshart, datashow, vídeo; Estudo da realidade institucional e elaboração de um programa ou projeto social, a partir de roteiro construído pela turma coletivamente, a partir de diferentes referências bibliográficas.

Por fim, buscamos identificar qual a perspectiva de gestão anunciada nos planos das disciplinas das IES's analisadas. Selecionamos algumas categorias que

compreendemos anunciar perspectivas ideológicas de gestão. Para além das categorias que direcionam a concepção de gestão para a gestão de políticas públicas, já anunciada e analisada anteriormente, em quatro (4) dos dez (10) planos de ensino identificamos o termo gestão social. O conceito de gestão social é concebido de forma ambígua pela categoria profissional e expressa compreensões de projetos societários antagonicos.

Na compreensão de Silva (2013, p. 213) o serviço social sempre esteve vinculado a gestão social:

[...] nos vários momentos históricos e nos vários projetos societários em confronto, conforme as posições teóricas e ético-políticas assumidas. Em uma vertente ou noutra, nesse gradiente de posições que marcam a luta social e a disputa pelo acesso à riqueza social no âmbito do Estado e da sociedade civil, estamos nós os assistentes sociais, na condição de gestores sociais.

Nessa perspectiva, compreendemos que a gestão social, enquanto uma proposta de gestão realizada de forma significativa pelos assistentes sociais é expressão das condições históricas de inserção da categoria no mercado de trabalho, na divisão social e técnica do trabalho e através das demandas advindas da questão social.

A gestão social, ou a gestão ‘do’ social teve crescimento considerável a partir da década de 1990, com a reforma do Estado, dos programas de Estado Mínimo, e o processo de globalização neoliberal, evocando uma série de programas de transferência de renda de políticas focalizadas, compensatórias e, por consequência, uma grande demanda de mercado de trabalho para os assistentes sociais no gerenciamento destas políticas.

Não há divergências quanto ao contexto social e econômico que abre maior campo a gestão do social, contudo, há compreensões de que essa apresenta-se como uma tecnologia para a gestão do Estado Mínimo, assim como para gerenciar a responsabilidade social das empresas privadas. Vulgarmente e sendo fortemente criticada, a perspectiva de gestão social é chamada de gestão da pobreza. Outras compreensões apostam na gestão social, tendo em seu caráter contraditório, a possibilidade de um “novo modelo de gerenciamento que possa substituir a gestão administrativa tecnocrática, o chamado gerencialismo, apostando em processos de gestão participativos e dialógicos” (WANDERLEY, 2013).

Logo, para Iamamoto (2012, p. 36), o velho conservadorismo “mostra sua face maquiada” ao ser concebido como novidade pela profissão e, especialmente, pela sociedade civil, “travestida de uma forma comunitária, dotada de cidadãos solidários dedicados a um empreendimento voltado ao bem comum, dentro de uma ampla estratégia de mistificação”. Não raro a Gestão tem sido pautada em discussões de perspectiva

positivista, de naturalização das manifestações da questão social, apreendidas de forma fragmentada e compreendidas como passíveis de superação a partir de uma gestão eficiente do social (PAGAZA, 2009 *apud* THAISA, 2015), reforçando lógicas reformistas.

Souza Filho e Gurgel (2016) fazem uma importante consideração a essa questão ao referir que a chamada gestão do social a partir de uma orientação crítica ao padrão neoliberal é um campo teórico ainda em construção e, portanto, com diferentes perspectivas em disputa. Neste sentido, o presente estudo, tal qual apresentado nos estudos destes mesmos autores, não se enquadra ao que hegemonicamente vem se produzindo nesta área, mas dialoga com algumas reflexões deste campo, no que se refere a necessidade de que gestão realizada pelo assistente social estabeleça processos democráticos e participativos, por exemplo.

O que é imprescindível discutir são os riscos de estabelecer processos de gestão que justifiquem a presença do Estado Mínimo, seu modelo de atenção focalizada, de políticas sócias que flexibilizam as relações de trabalho e de produção dos agentes econômicos (TENÓRIO, 2006). Nessa direção, é importante reafirmar sistematicamente que:

... nós, assistentes sociais, não somos gestores/ as da pobreza. Não somos funcionários/as de luxo de políticos/as inescrupulosos/as nem instrumentos de controle do Estado. Somos profissionais que, ao longo da história de construção de um projeto ético-político profissional, afirmam a defesa intransigente dos direitos humanos e a opção de uma opção profissional vinculada à construção de uma nova lógica societária. Vivemos, sim, as contradições impostas pela sociedade capitalista contemporânea, com a mercantilização da vida, com a promiscuidade das relações institucionais que confundem público e privado, reduzindo a esfera pública em favor da manutenção de interesses privados e privatistas. Na perspectiva da nossa análise, reafirmamos: é no enredo das contradições que buscaremos alternativas, não numa terceira via, mas na busca do rompimento das raízes da opressão (FUZIWARA, 2012, p. 18-19).

Como refere Yamamoto (2000) é necessário que os assistentes sociais tenham clareza do que produzem com o seu trabalho, nos diferentes processos de trabalho onde estão inseridos, para que possam decifrar o que fazem, bem como as implicações políticas da sua intervenção. Enquanto profissão que “se configura e se recria no âmbito das relações entre Estado e sociedade e que também é fruto dos agentes que a ela se dedicam” (IAMAMOTO, 2012, p. 39), as respostas acerca de quais competências e atribuições profissionais caracterizam a gestão enquanto competência profissional dos assistentes sociais, precisam ser descritas a partir da compreensão de seu contexto sócio-histórico. Considerando “as mudanças no padrão de acumulação e regulação social, na globalização

da produção dos mercados e dos bens culturais, que vêm provocando profundas alterações na produção de bens e serviços, nas formas de organização e gestão do trabalho nos organismos empregadores” (IAMAMOTO, 2012, p. 39-40).

Buscando compreender, portanto, a perspectiva de gestão implícita nos planos das disciplinas analisadas, uma vez que somado a dubiedade e discricionariedade do conceito de gestão social, identifica-se a ausência de uma articulação ao conceito de questão social. Avaliamos que, na ausência de método crítico e dialético, de base material e histórica, prepondera uma grande tendência de que a gestão, enquanto competência profissional dos assistentes sociais, esteja sendo ministrada em perspectivas positivistas, operacionais, mercadológicas.

Uma gestão voltada ao modelo de Estado Capitalista, de políticas de Estado Mínimo as quais exigem da categoria a eficaz operacionalização das políticas sociais públicas. Muito direcionadas igualmente a gestão de parcerias no contexto do terceiro setor, uma gestão de tendência empresarial na busca do alcance de metas e resultados, mas pouco estratégica no sentido de pensar o objeto de trabalho, a questão social.

Nessa lógica do modelo de trabalho acelerado não respeita o tempo da vida dos sujeitos e elege o pragmatismo como um valor de gestão, recaindo em uma série de encaminhamentos e processos de trabalho burocráticos e que violam a direitos e a integridade da população. A lógica da produtividade, do aceleração revestido de “efetividade”, o pragmatismo, como um valor de gestão ganha espaço e força e ocupa facilmente um “pseudo” lugar de competência profissional de gestão. As habilidades aqui evidenciadas seriam de um gestor ágil, pró-ativo, assertivo e com “poder de liderança” no sentido de conduzir o modo como os processos de trabalho devem ser executados.

Esta concepção de gestão coloca os trabalhadores no lugar de executores, operadores dos serviços e políticas, se apresentando sobre a vida da classe trabalhadora usuária, a partir de uma série de protocolos de encaminhamentos, burocracias e imposições que não dialogam, não permitem a escuta, a reflexão, violam direitos, a autonomia e cidadania dos sujeitos. Trabalho esvaziado de percepção, compreensão e problematização do fenômeno em sua dimensão macrosocietária resultando em um modelo de gestão a favor da manutenção do *status quo*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando a sistematização final do presente estudo, e nesta, uma reflexão que oriente-se para uma possível sugestão quanto a conformação de um ensino para a gestão como competência profissional, é imprescindível partirmos da compreensão quanto a necessidade da interlocução entre formação e trabalho profissional, ensino e pesquisa em serviço social. O trabalho realizado pelo assistente social, em qualquer espaço de atuação, mas, especialmente na gestão, pressupõe domínio técnico-operativo e teórico, sustentamos a partir do projeto ético e político, das DNC da ABEPPS de 1996, que dão bases às competências que instrumentalizam e estabelecem o pensar crítico, analítico e propositivo. O assistente social é, sobretudo, um profissional intelectual, o qual, através de seu trabalho, intervém na realidade sem desassociar sua ação prática da perspectiva teórica e histórica. É, portanto, diante a compreensão dessa densidade teórica e prática que se sustenta a exigência do pensar crítico, onde o método em Marx precisa ser concebido não apenas como teoria social que permite a compreensão material e dialética da história, mas que, principalmente, possibilita a construção de estratégias de ação para o trabalho profissional. Em uma profissão fortemente marcada pelo seu caráter prático e interventivo, a operacionalização de instrumentos do trabalho cotidiano, pressupõe a antecipação da tomada de consciência e posicionamento ético.

Sendo imprescindível partirmos da concepção de profissão crítica e interventiva reforçamos nossa percepção de que a gestão é competência profissional intrínseca ao trabalho profissional, não apenas pela gestão e autogestão que cabe a uma profissão assalariada, o espaço estratégico de trabalho que se abre na perspectiva da relativa autonomia, já trabalhado anteriormente, mas, porque, o rompimento com perspectivas conservadoras de trabalho e profissão requer percepção, reconhecimento, análise, interpretação e mediação.

A investigação acerca do ensino e da formação profissional para a gestão como competência profissional dos Assistentes Sociais, com o objetivo de conhecer como se dá a Formação para a gestão como competência profissional nos cursos presenciais do Rio Grande do Sul (RS), anunciou importantes percepções e reflexões. O ensino para a gestão como uma competência profissional, analisado neste trabalho a partir do acesso as produções da área identificadas na plataforma de teses e dissertações da CAPES e dos planos de ensino das disciplinas de gestão, apontaram para a percepção de que as IESs

têm conformado um ensino para a gestão ainda em uma perspectiva mais operacional e instrumental. A ausência do conceito de questão social nos planos das disciplinas e a não possibilidade de verificação quanto ao posicionamento teórico, e de projeto ético e político, deixam evidências de que a formação para a gestão possa incorrer em lógicas mais mercadológicas e menos críticas e contra hegemônicas. Integra os planos das disciplinas em uma perspectiva de gestão de políticas públicas, marcada pelo seu tempo histórico, como uma demanda contemporânea do mercado de trabalho, trabalhada na perspectiva da gestão do social. Identificamos uma fragilidade significativa quanto a não presença do conceito de questão social, logo, a não evidência de qual projeto ético e político sustenta a perspectiva de profissão. Os conteúdos das disciplinas demonstram uma abordagem individualizada e conteudista, não fica evidente em nenhum dos planos a integração destes conteúdos aos demais conteúdos e disciplinas, em acordo a lógica dos núcleos de fundamentação. A conformação de competências com o ênfase para o mercado, com um ensino pela via instrumental, acompanhando as tendências do mercado de trabalho a partir da contrarreforma do Estado, dissociada da unidade articulada dos núcleos de fundamentação.

Quanto a perspectiva de gestão, importante destaque se dá ao fato de que o conjunto de conteúdos apresentados em ementas, conteúdos programáticos, referências bibliográficas, referem-se ao trabalho e matéria do Serviço Social. Pouco ou nada se identificou quanto a conteúdos das áreas da administração. Foi possível identificar a preponderância de obras e produções da área. Mesmo que essa ainda não tenha consolidado uma bibliografia tratando especificamente das competências de gestão no trabalho profissional, é importante observar que a profissão já consolidou produções que tratam de planejamento, avaliação e processos de trabalho que nos orientam sem ser necessário recorrer a outras ciências. Nesta perspectiva, vemos avanços em uma profissão que pensa o seu fazer, mas, em contraponto, confirmam-se as evidências de que a formação profissional em serviço social, têm encontrado dificuldade de materializar um ensino na lógica articulada dos núcleos de fundamentação em diálogo com a DNC da ABEPPS de 1996.

Nesse sentido, uma percepção é de que a formação profissional para a gestão enquanto competência profissional anuncia uma perspectiva de reatualização conservadora, a partir de uma matriz funcionalista. É possível verificar essa perspectiva especialmente em conteúdos que dialogam com a compreensão de gestão social ou gestão do social. Nessa tendência, as “novas” metodologias de planejamento, monitoramento,

avaliação permitem perceber estas nuances do que hoje muitas vezes é compreendido como mais tecnológico é compreendido como mais eficiente, prático, inovador.

Não trata-se de banalizar a busca pela eficácia, eficiência e pelo uso de novas tecnologias, trata-se do risco inerente a estes processos uma vez que o Capital sempre consegue remodelar-se, reestrutura-se para continuar mantendo as mesmas modalidades de lucro e exploração do trabalho e do trabalhador. Portanto, queremos propor aqui a necessidade de percorrer uma perspectiva de intenção de ruptura, buscando a partir da fundamentação crítica e dialética estabelecer competências para a gestão que se sustentem na problematização e desvelamento do real de forma contra hegemônica e democrática.

Como já dito no capítulo anterior, entendemos por desenvolvimento de competências os mecanismos e estratégias que o ensino dispõe para possibilitar a análise e a relação de conteúdos, saberes e conhecimentos com o objeto de trabalho profissional, com a questão social, desenvolvendo assim, competências históricas, teóricas e metodológicas que possibilitem. A dimensão da formação profissional está assegurada, portanto, na integralidade dos núcleos de fundamentação, como vimos no capítulo anterior, pois o pensar e agir crítico, investigativo, interpretativo e interventivo está assegurado na unidade entre história, teoria e método presente nos núcleos de fundamentação. Conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 ao apresentar enquanto princípios da formação profissional o “estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.” Observa-se, portanto, que:

Refletir acerca do lugar que a dimensão investigativa tem assumido na formação profissional tendo por base as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (1996), significa tentar construir enfrentamentos, calcados pelos valores edificados a partir do Movimento de Reconceituação, via projeto ético-político profissional, que objetivem analisar as amarras arquitetadas pela contrarreforma do ensino superior no Brasil e tecer reflexões referentes a estratégias de confronto e superação (MORAES, 2015, p.301).

Desta forma, defendemos que o ensino para a gestão deve estar estruturados a partir da unidade articulada dos núcleos de fundamentação, por compreender com base em Teixeira (2019) que estes dispõe de subsídios para a análise da realidade, para a apreensão da correlação de forças presente no trabalho profissional, e nas respostas profissionais para a intervenção prática junto aos sujeitos, assim como, para a produção dos planos de trabalho e projetos de intervenção.

A análise dos Fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação tem particularidades na formação e no trabalho e cabe aqui evidenciar cada uma delas. Um dos objetivos na formação é que a/o

discente tenha a capacidade de apreender que tal unidade articulada se expressa como Fundamentos do Serviço Social, portanto, é o ponto de chegada ao final da formação profissional. Mas, no trabalho profissional tal unidade é o ponto de partida, sem a qual o trabalho profissional não ocorre sob a direção social crítica construída pela profissão (TEIXEIRA, 2019, p. 83).

Evidencia-se a permanente disputa de projeto profissional diante a natureza intrínseca a uma profissão que, inserida na divisão social e técnica do trabalho, é constituída das contradições próprias da questão social. O aprofundamento desta análise requer o respeito ao pluralismo e a hegemonia como uma articulação que respeite as diversidades e ao mesmo tempo, alimente-se delas. Ao posicionar-se por uma perspectiva crítica e dialética com base nas DNC ABEPSS o presente trabalho não quer fechar a discussão para o pluralismo, contudo, quer poder problematizar o que possa vir a ser conflitivo ao projeto ético e político da profissão.

As competências exigem, portanto, um processos de ensino e aprendizagem que se sustentam na teoria, nos conteúdos trabalhados e apreendidos, no entanto, o desenvolvimento das competências profissionais, requer a habilidade e capacidade de estabelecer conexões com a realidade. Sem conceber e compreender sistematicamente o próprio trabalho a partir do seu caráter contraditório tendo base no pensamento crítico e dialético, limitam-se as possibilidades de reconhecer estratégias de redirecionamento das próprias ações. Neste caso, enxergar a gestão, as demandas e técnicas de gerenciamento como oportunidade de contestar e romper padrões históricos culturais que conformam a gestão como um modo de operar do mercado requer a competência de estabelecer um pensamento dialético, movido pelo método em Marx e em diálogo com os Fundamentos da Profissão assegurados nas DNC da ABEPSS.

Pensar o ensino, formação e trabalho profissional a partir dos Fundamentos da profissão requer análise da trajetória sócio histórica da profissão, da sua dimensão teórico-metodológica e dimensão ético-política. Compreender como a profissão se conformou historicamente, sua gênese, institucionalização e desenvolvimento, não como um processo histórico em linearidade, mas a partir do movimento da realidade sócio histórica brasileira, capitalista e de seus rebatimentos na profissão (SIMIONATO,2004). Compreender a profissão a partir dos diversos projetos societários, das relações entre Estado, sociedade, classes sociais e os paradigmas teóricos é básico e essencial para compreender e desenvolver competências de gestão contra hegemônicas. Somente apropriados das contradições históricas e sociais se é possível compreender a inserção contraditória da profissão e assim estabelecer parâmetros estratégicos que não conformem

o trabalho profissional, especialmente na gestão, a lógicas operativas, reformistas e conformistas. Em sua dimensão teórico-metodológica compreender as matrizes do pensamento social, o conhecimento da realidade produzida socialmente, o significado social do trabalho, definição do objeto da atuação profissional. Enquanto dimensão ético-política compreender os valores a orientaram historicamente, seu processo identitário, sua imagem social e organização política.

A chamada lógica articulada refere-se à competência de estabelecer um trabalho que não dissocie história, teoria e método, como historicamente e ainda hoje observa-se uma tendência a um ensino fragmentado. A indissociabilidade entre história, teoria e método, no diálogo com o que preconiza cada núcleo de fundamento, remete automaticamente a uma compreensão e concepção de que a matéria básica de Administração e Planejamento em Serviço Social só estará estabelecendo competências para a o ensino da gestão como competência se em articulação com as demais matérias e teorias. A saber, conforme DNC da ABEPSS de 1996, constituem matérias básicas para o ensino em Serviço Social: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Processo de Trabalho do Serviço Social, Ética profissional, Administração e Planejamento em Serviço Social, Política Social, Acumulação capitalista e desigualdades sociais, Economia Política, Filosofia, Formação sócio-histórica do Brasil, Direito, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Antropologia.

É possível observarmos a vastidão de conteúdos e informações que requer uma formação em serviço social, contudo, é aqui justamente onde a compreensão de articulação a partir dos núcleos deve ser concebida. Do contrário, considerando estas matérias como disciplinas a serem ministradas de forma isolada, não será o suficiente para estabelecer a compreensão sobre o que é próprio do fazer profissional, quais as competências profissionais que surgem destas matérias quando articuladas aos seus fundamentos, tomadas a partir da perspectiva crítica.

As matérias básicas se desdobram em disciplinas, mas não são disciplinas. Ainda, a conformação de um ensino articulado pelos seus Núcleos sócio históricos, ético políticos, teórico metodológicos, requerem transversalidade da ética, da pesquisa, do trabalho como categoria central na análise e compreensão do significado social da profissão e tendo a questão social como eixo ordenador do currículo e transversal a formação. Tudo isso em busca de um perfil profissional que seja capaz de ler a realidade social de forma totalizante, ancorada em uma perspectiva teórica marxista, capaz de

construir intervenções na defesa dos direitos sociais de forma crítica e criativa (ABEPSS, 1996).

O exercício da profissão exige profissionais com competência para “propor, negociar seus projetos com as instituições, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais, indo além das rotinas institucionais a fim de apreender, no movimento da realidade, respostas e projetos de trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2014, p. 611). As contradições da realidade, articuladas a perspectiva crítica, exigem assistentes sociais que sejam contemporâneos do seu tempo e, para tanto, demandam uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade (GUERRA, 2019).

Conforme já bastante aprofundado neste trabalho, o contexto de mercantilização e precarização do ensino, especialmente, pelo crescente número de Instituições de ensino em EAD, reitera para o Serviço Social a necessidade de defesa as DNC da ABEPSS de 1996, de um projeto profissional crítico, que aprofunde os Fundamentos do Serviço Social a partir da teoria social crítico dialética. Diante as deficiências sócio históricas da educação brasileira, do modelo de ensino tradicional, conservador, o Brasil, desde a educação primária, não ensina crianças e adolescentes a pensar, a fazer perguntas, a compreender seu contexto. No processo histórico da sociedade, essa mesma cultura adentra as universidades trazendo desafios ao ensino superior no que se refere ao processo de aprendizagem. Para além da ausência de uma perspectiva crítica de educação, os modelos de ensino brasileiro são conteudistas e fragmentados. Neste cenário, a questão social expressa na mercantilização do ensino, para além de um produto rentável, é, sobretudo, um projeto de dominação.

Reiterando o que já demarcado neste trabalho em outros momentos, a formação acadêmica é base da constituição das competências profissionais do assistente social e de toda uma categoria profissional, este é, portanto, o momento por excelência da construção das fundamentações que darão ao assistente social a assimilação da gestão enquanto competência e à categoria o reconhecimento social por sua habilidade em fazer uma gestão diferente da lógica do Capital. Assim, o trabalho da categoria na gestão precisa ser visto como espaço oportuno para lançar-se de estratégias de enfrentamento às expressões da questão social que assolam, exploram e alienam a classe trabalhadora.

Propor um ensino para a gestão enquanto competência profissional do assistente social que se contraponha aos históricos modelos capitalistas totalitários, alienantes, com foco na exploração de mais valor. A gestão autoritária, totalitária, fascista, misógina,

racista, homofóbica, centrada apenas no lucro do Mercado, *modus operandi* do governo (gestão) do Brasil, fortemente legitimada por significativa parcela da sociedade nos últimos quatro anos do governo Bolsonaro, precisa servir de fomento para a luta da categoria do serviço social no contra hegemonia do capital e pela consolidação da democracia. Esse trabalho, portanto, não pretendeu trazer respostas, uma vez que, com base no movimento dialético, elas são parte de uma totalidade maior da realidade. Mas pretendeu dar destaque a necessidade de um ensino mais crítico para a formação profissional nas competências de gestão, por compreender esse espaço de trabalho, ou mesmo o trabalho profissional tomado como gestão e auto-gestão, uma estratégia movente para o posicionamento crítico, investigativo, estratégico e propositivo. Não há como fazer gestão sem estratégia e pensamento crítico, desassociada disso é apenas repetição, gerenciamento sem autoria e autonomia.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de serviço social. Rio de Janeiro. Novembro de 1996.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 50, 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz. As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade. Revista Serviço Social e Saúde, São Paulo v. 11, n. 1(13), p. 7-26 jan/jun. 2012 ISSN 1676-6806.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO FILHO, Tarcísio Perdigão. Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado. Áskesis, v. 3, n. 1, janeiro-junho – 2014, p. 45-57. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/123>. Acesso em 20/04/2021.

BARROCO, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CEFESS (Org). Código de ética do/a assistente social comentado. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.124, p.623-636, out/dez.2015.

BATISTONE, Rosangela. Vídeo Aula ABEPSS Itinerante, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CSCVzMdzkko&t=1831s>

BEHRING, Elaine Rossetti. Seminário nacional: 30 anos do congresso da virada/Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CEFESS, 2012

BENEVIDES, Geis de Oliveira. Gestão e serviço social: desafios teóricos-práticos para a formação e trabalho profissional. Franca, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Lei de Regulamentação da profissão de assistente social. Junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm

BRAVO, Maria Inês Souza. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o serviço social brasileiro. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.100, p. 679-708, out./dez., 2009.

CAMPOS, Eliane Christine Santos de. A gestão no exercício profissional do assistente social: Um estudo a partir de demandas profissionais emergentes. São Paulo, 2015.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. O anti-Taylor: sobre a invenção de um método para co-governar instituições de saúde produzindo liberdade e compromisso. In: Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 14(4) 863-870, out-dez, 1998.

- Chaui, Marilena. A UNIVERSIDADE OPERACIONAL. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior*, 4(3). (1999). Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>
- CHIEZA, Rosa Angela;, FRANCHESCINI, Rejane; SANTOS, Dão. Alternativas à redução da Regressividade do Imposto de Renda da Pessoa Física no Brasil. **Revista Análise Econômica**. V.38,n.76, junho de 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/82019>>
- CHIEZA, Rosa Angela; QUEIROZ, Stein, Guilherme Instituições e Desempenho Socioeconômico na Democracia Brasileira: Preferências Liberalizantes e Preferências Distributivas Administração Pública e Gestão Social, vol. 12, núm. 4, 2020 Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351564289015>
- _____. Mitos da Austeridade. . **Blog Trajetórias de Educação Permanente no SUAS**. 15/07/2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2020/07/15/os-mitos-da-austeridade-fiscal/>>
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1. ed. Brasília, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS, Gestão 1989/1991 p. 05-17
- CLOSS, Thaisa Teixeira. Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área. Porto Alegre, 2015.
- FERNANDES, Idília. A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social. Rev. Vir. Textos e Contextos, nº4, ano IV, dez. 2005.
- FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan/mar. 2010.
- FUZIWARA, Áurea Satomi. Seminário nacional: 30 anos do congresso da virada/Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CEFESS, 2012
- GAULEJAC, Vincent de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. 3. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.
- GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. 4º Ed. Revista Atualizada, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4.ed. Editora Atlas, 2002.
- GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Y. A. et al. (Orgs). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019. P. 47-84.
- HAANWINCKEL, Bárbara Zilli. Serviço Social na gestão da extensão universitária: Caminhos percorridos em instituições públicas de educação superior brasileiras. Rio de Janeiro, 2017.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. Libertas, Juiz de Fora, v. 18 n. 2, 2018.

_____. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. Revista em Pauta, n. 21, 2008.

_____. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS, ABEPSS. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) Assistente Social na atualidade. In: Atribuições Privativas do/a assistente social. CFESS, 2012.

_____. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n.136, p.439-461, set/dez.2019.

IANNI, Octavio. A Construção da Categoria. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr2011 - ISSN: 1676-2584.

KONDER, Leandro. O que é a dialética. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LARA, Ricardo. A Incidência da Teoria Social Crítica no Serviço Social. In: Serviço Social e Realidade. Franca, v. 18, n. 1, p. 43-59, 2009

MONTAÑO, Carlos; "Neodesenvolvimento e Política Social", p. 19 -40.
In: **Capitalismo, Trabalho e Política Social - Vol. 2**. São Paulo: Blucher, 2017.
ISBN: 9788580391879, DOI 10.5151/9788580391879-01

MORAES, Carlos Antonio de Souza. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.122, p. 294-316, abri/jun.2015.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Introdução ao Estudo do método de Marx. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011. Livro I. SBN 978-85-7743-182-3

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS, ABEPSS. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Murilo Delanhesi; TAKADA, Mário Yudi. A mercantilização do ensino superior. Colloquium Humanarum, vol. 11, n. Especial, Jul–Dez, 2014, p. 721--728. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2014.v11.nesp.000595.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. In: Cadernos Técnicos SESI – n. ° 23, Brasília, 1996.

Prates, Jane Cruz. Gestão como processo social e o processo de gestão da política de assistência social. In: MENDES, J. M.R et al (Orgs). Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. P. 38-61.

_____.O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. In: Textos e Contextos. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012 |

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 15(2): 111-125, jul-dez./2009.

PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaisa Teixeira. Relações de trabalho e competências profissionais dos assistentes sociais na região metropolitana de Porto Alegre. Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n.30, jul./dez.2015.

PRATES, Jane Cruz; CLOSS, Thaisa Teixeira, CARRARO, Gissele. Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 18, n.2, p.05 - 33, jan. /jun. 2016.

RAICHELIS, R. O Trabalho do Assistente Social na Esfera Estatal. In: CFESS/ ABEPSS. Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS e ABEPSS. Brasília, 2009.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serviço Social & Sociedade, n. 116, p. 609-635. São Paulo, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: DAMARES; V. et al (Orgs). A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2019. P. 25-65.

ROSSI, Pedro; David, Grazziele e CHAPARRO, Sérgio. **Política Fiscal, desigualdades e direitos humanos. In : Economia Pòs Pandemia.** Desmontando os mitos da Austeridade Fiscal e construindo um novo Paradigma Econômico. DWECK, Esther et al (orgs.). Autonomia Literária, 2021.

SANTOS, Dijane da Silva. Gestão de Políticas Sociais: Intervenção do Assistente Social. Salvador: UNILAB, 2016.

SILVA, Ademir Alves. O debate contemporâneo sobre a gestão social. Serv. Soc. Rev., Londrina, v.16, n.1, p.211-222, jul./dez, 2013.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Serviço Social e Mestrado e Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, v. 1, n. 1 (2001).

SOUZA FILHO, Rodrigo; GURGEL, Claudio. Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica.1. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

TEIXEIRA, Rodrigo José. Fundamentos do Serviço Social: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TORRES, Mabel Mascarenhas; LANZA, Liria Maria Bettiol. Serviço Social: exercício profissional do Assistente Social na gestão de políticas públicas. Argumentum, Vitória (ES), v. 5, n.1, p. 197-215, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2979>. Acesso em 18/04/2021.

TORRES, Michelangelo. Um balanço do primeiro ano da política educacional do governo Bolsonaro. Esquerda Online. Dez, 2019. Disponível em: In: <https://esquerdaonline.com.br/2019/12/21/um-balanco-do-primeiro-ano-da-politica-educacional-do-governobolsonaro>

VASCONCELOS, Ana Maria – Serviço Social e prática reflexiva – 1994/1

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Discussão sobre a gestão social: conceitos e protagonistas. Serv. Soc. Rev., Londrina, v.16, n.1, p.19-29, jul./dez, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Y. A. et al (Orgs). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019. P.47-84.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS, ABEPSS. Direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

ZACARIAS, I. R. A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A -

	<u>Proposta de diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996</u>	<u>Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999</u>	<u>Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviços Sociais aprovada pelo MEC em 2002</u>
Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social	Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade. A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação. O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica a priori ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.	Compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;	Compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira:	Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. Para tanto devem ser objeto de análise: - Os padrões de produção capitalista, em seus vários modelos de gestão e organização do processo de trabalho e todas as suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho; e, ainda, o acompanhamento das profundas mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalistas, criando uma nova configuração do “mundo do trabalho”. - A constituição do Estado brasileiro, seu caráter, papel, trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto. Trata-se, portanto, de apreender as relações entre Estado e Sociedade, desvelando os mecanismos econômicos, políticos e institucionais criados, em especial as políticas sociais, tanto no nível de seus objetivos e metas gerais, quanto no nível das	Remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;	Remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;

	<p>problemáticas setoriais a que se referem. - O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas. - Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas. Estes conteúdos implicam em uma constante e atenta análise conjuntural da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o acompanhamento dos processos sociais em curso, geradores das múltiplas manifestações da questão social. Nesse sentido, indica-se: 12 - Análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais, em seus conflitos, diferenças, alianças - em suas dimensões econômicas, políticas e culturais. - Conhecimento, em profundidade do movimento das ações das classes subalternas, reconstruindo sua composição e posição no processo produtivo; de suas condições de vida e de trabalho; de suas formas de manifestação social, cultural, ética e política; de suas formas de luta e de organização; de suas aspirações e práticas de resistência, contestação ou subalternização que explicitem seu modo de viver e pensar.</p>		
<p>Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional:</p>	<p>O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996). Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto 13 as determinações sócias históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto a herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. Remete, pois, a um entendimento do Serviço Social que tem como solo a história da sociedade, visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo assistente social. É o resgate dessa conjunção - rigor teórico-metodológico e acompanhamento da dinâmica societária - que permitirá atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão. O reconhecimento do caráter interventivo do assistente social, supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, em suas particularidades sócio institucionais para a elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a</p>	<p>Núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei. É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não</p>	<p>Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.</p>

	<p>formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. Estas formas de pensar implicam formas de agir, ou seja, a instrumentalidade da profissão (GUERRA, 1995), reconhecendo seus aspectos tradicionalmente consolidados, mas também buscando novas formas de ação profissional. Tal fundamentação e instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários. A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais 14 mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais. Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. Imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos. As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões.</p>	<p>admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.</p>	
--	---	--	--

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

O presente termo de consentimento refere-se a um convite para que participe da pesquisa intitulada: Ensino e Formação Profissional para a Gestão como competência dos assistentes sociais: Uma análise a partir das Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS de 1996, tendo como pesquisadora responsável a Profa. Dra. Thaisa Teixeira Closs, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, orientadora da mestranda Bruna de Brum Cabral. Trata-se de uma pesquisa realizada pela UFRGS, a partir do programa de pós-graduação em Política Social e Serviço Social. O estudo tem como objetivo geral: Conhecer como se dá a Formação para a gestão como competência profissional nos cursos presenciais do RS, a fim de fomentar o debate acerca das contribuições da categoria para processos de gestões democráticas e participativas. Uma das etapas da coleta de dados se refere a realização de grupo focal online, que serão realizadas, via google meet, sendo enviado convite antecipadamente, ao e-mail dos docentes que ministram disciplinas de gestão no curso de serviço social das Instituições de Ensino Superior selecionadas. As falas serão gravadas, após autorização expressa de todos os participantes, para que sejam transcritas e armazenadas. Desta forma, convidamos você para colaborar por meio da participação nesta técnica de coleta de dados, com duração aproximada de 1h à 2h 30min.

A participação oferece risco mínimo de possível desconforto, sendo que, caso ocorra alguma intercorrência ou dano, resultante de sua participação na pesquisa, a equipe de pesquisa fará o acolhimento e devidos encaminhamentos sem nenhum custo pessoal ao participante da pesquisa. Importante destacar que o ambiente virtual, assim como meios eletrônicos, contém riscos que escapam ao controle das pesquisadoras, embora todo esforço para suprimi-los. Frente aos limites das tecnologias utilizadas há que se ter ciência da impossibilidade de assegurar total confidencialidade dos dados e potencial risco de sua violação. Destaca-se a garantia da liberdade, que possibilita ao participante da pesquisa interromper ou sair dela a qualquer momento da pesquisa sem ônus. No processo de análise e produção/publicação posterior a pesquisa, será mantido o sigilo quanto a sua identidade. Os benefícios em participar da pesquisa se constituirão em contribuir para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento sobre A gestão enquanto uma competência profissional dos assistentes sociais. Os materiais coletados ficarão armazenados sob a responsabilidade da pesquisadora responsável - no Instituto de Psicologia na sala 318 do Anexo-Saúde/UFRGS- Ramiro Barcelos,2777/Santana/POA, pelo período de cinco anos. A participação no estudo não acarretará custos para o participante, bem como este não será ressarcido pela sua participação. O consentimento de participação na pesquisa não retira os direitos previstos nos termos da Lei (artigos 927 a 954 da Lei 10.406/2002 e Resolução CNS no 510 de 2016 e Resolução 466/2012). Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Profa. Dra. Thaisa Teixeira Closs pelo telefone 51 – 33085700 pelo e-mail thaisa.closs@ufrgs.br, ou contatar o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos 2600, Santana – Porto Alegre/RS - telefone 51 - 33085698) e-mail: cep-psico@ufrgs.br.

Sendo assim, pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido declaro que fui informado sobre os objetivos deste estudo de maneira clara e detalhada e concordo em participar do mesmo. Fui igualmente informado e esclarecido sobre a garantia de poder retirar meu consentimento em participar da pesquisa, de solicitar informações sobre este estudo pelos contatos acima indicados. Concordo com a utilização dos dados e resultados da pesquisa para elaboração de material de ensino em Serviço Social, documentários, artigos e publicações divulgando e socializando os achados da mesma.

Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Nome do participante da pesquisa: _____

Assinatura: _____ Data: _____

Pesquisador(a): _____

Assinatura: _____ Data: _____

APÊNDICE C - TERMO DE CONCORDÂNCIA INSTITUCIONAL

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, através do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social, está realizando uma pesquisa sob coordenação da professora Dra Thaisa Teixeira Closs cujo objetivo constitui-se em: Conhecer como se dá a Formação para a gestão como competência profissional nos cursos presenciais do RS, a fim de fomentar o debate acerca das contribuições da categoria para processos de gestões democráticas e participativas. Em caso de dúvidas em qualquer etapa do estudo, você poderá entrar em contato com a coordenadora da pesquisa pelo e-mail thaisatcloss@hotmail.com.

A metodologia consiste em duas etapas: a primeira etapa, a partir da realização de mapeamento dos cursos de graduação presenciais em Serviço Social do Rio Grande do Sul, se realizará análise documental dos planos das disciplinas de gestão de forma verificar como tem se conformado o ensino para a gestão enquanto uma competência profissional, nos cursos de serviço social, e a sua articulação aos Núcleos de Fundamentação conforme as Diretrizes Nacionais Curriculares da ABEPSS de 1996.

Na segunda etapa a coleta de dados se dará mediante a realização de um encontro de grupo focal com os docentes que ministram a disciplina de gestão nas IESs pesquisadas. O grupo terá duração de 2h no máximo e será gravado para que, posteriormente, possa ser feita a degravação do seu conteúdo.

As normas vigentes expressas na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e em suas complementares serão devidamente cumpridas, os dados coletados nas etapas referidas, terão assegurados a confidencialidade e a privacidade no seu uso e serão destinados somente para o projeto ao qual se vinculam. Os resultados da pesquisa serão utilizados para fins de análise e composição final da dissertação de mestrado e artigo científico. Os dados serão armazenados pelo período de cinco anos, nas dependências da UFRGS (Rua Ramiro Barcelos, 2777, sala 318 do anexo saúde).

O presente estudo apresenta riscos mínimos aos participantes, como desconforto ou constrangimento em responder às perguntas da entrevista e questionário com relação às suas experiências de ensino e pesquisa na área de gestão, da conformidade com as DNC da ABEPSS de 1996 e os Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social. Caso necessário, a equipe de pesquisa fará o acolhimento e devidos encaminhamentos sem acarretar nenhum custo ao participante da pesquisa.

A pesquisa foi devidamente analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-PSICO), situado na Rua Ramiro Barcelos, 2600, Porto Alegre – RS. Telefone: 3308-5698. A participação da instituição na pesquisa é voluntária, podendo cessá-la a qualquer momento sem prejuízos e caso se sinta lesada em decorrência da pesquisa, pode buscar indenização através das vias judiciais e/ou extrajudiciais. A instituição aceitando participar da pesquisa assinará o presente termo e receberá uma via do mesmo, para que durante ou após a participação, possa consultá-lo.

Nome e assinatura do responsável pela instituição

Coordenadora da Pesquisa
APÊNDICE D – Instrumento 1: Roteiro de Análise Documental

Documento: Plano das Disciplinas que trabalham gestão ou elementos de gestão enquanto competência profissional.

Questões Norteadoras: Como o ensino acadêmico tem abordado o tema da gestão como competência profissional? De que forma o tema da gestão como uma competência profissional é abordada nos Planos das Disciplinas? Quais as concepções e fundamentos que norteiam o ensino da gestão como competência profissional?

1. Identificação do documento:
 - a. Nome da universidade:
 - b. Nome da faculdade/centro/curso:
 - c. Ano de fundação do curso:
 - d. Ano em que o projeto pedagógico entrou em vigor:
2. A disciplina está distribuída em quantos créditos?
3. É optativa ou obrigatória?
4. Como a disciplina é descrita e apresentada na ementa/súmula? (Conceitos, termos, expressões).
 - a. Quais os objetivos elencados à disciplina?
5. O Plano descreve, anuncia ou revela indiretamente quais as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas e apreendidas a partir da disciplina?
6. A questão social é apresentada, mencionada, articulada a ementa da disciplina? Em que perspectiva?
7. A disciplina se fundamenta no materialismo histórico crítico e dialético? É possível identificar em qual teoria social a disciplina se fundamenta?
- 8.
9. Quais as principais categorias analíticas reveladas na ementa da disciplina?
10. Qual a perspectiva de gestão anunciada?
11. A partir de quais e quantos autores estão planejadas as bibliografias da disciplina?
12. A partir de quais e quantas áreas do conhecimento estão planejadas as bibliografias da disciplina?
13. A partir de quais e quantos referenciais teóricos estão planejadas as bibliografias da disciplina?
14. A metodologia ou os critérios de avaliação revelam a perspectiva de competências de gestão presentes na disciplina?